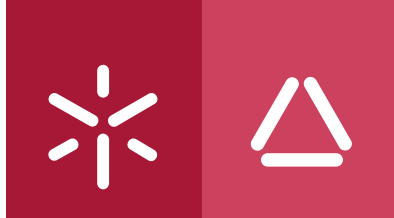


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cristina Maria Fiúza da Rocha Pereira de Lima

**Turismo Cultural: À descoberta do Castro
de Sto. Estêvão da Facha
- Um Percurso Pedestre no Caminho
Português de Santiago**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Cristina Maria Fiúza da Rocha Pereira de Lima

**Turismo Cultural: À descoberta do Castro
de Sto. Estêvão da Facha
- Um Percurso Pedestre no Caminho
Português de Santiago**

Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro

Outubro de 2011

DECLARAÇÃO

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 26 de Outubro de 2011

Assinatura: _____
(Cristina Maria Fiúza da Rocha Pereira de Lima)

DEDICATÓRIA

Aos pais... testemunho de coragem e partilha no caminhar.

AGRADECIMENTOS

Considerando este projecto o resultado de uma caminhada, as primeiras palavras de reconhecido agradecimento dirigem-se à boa vontade das gentes do Lima, a alegria e a partilha de saber viver, à colaboração de instituições públicas e privadas e a todos os que contribuíram para chegar ao destino.

Um especial agradecimento ao Professor Doutor José Manuel Lopes Cordeiro, Director do curso de Mestrado em Património e Turismo Cultural, pela coordenação, o sábio entusiasmo e a disponibilidade na orientação científica.

Aos professores e colegas de curso, que partilharam ensinamentos e contribuíram para o resultado final do trabalho.

À família, irmãos David e Filipe, primos Joana e Margarida, o tio Bilo e tantos amigos com entusiasmo, amizade, iguarias estimulantes e grandes viagens verbais, que acompanharam esta jornada passo a passo.

Um particular agradecimento à tia Maria do Céu, à Maria da Glória Santos Solé, pelo apoio incondicional e sábios conhecimentos.

Os meus reconhecidos agradecimentos limianos,

- Ao Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, Engº Victor Mendes, à Vereadora Engª Estela Almeida, à Dra. Andreia Pereira, pelas entrevistas e a colaboração no tratamento do material cartográfico e ao Ovídio de Sousa Vieira pela informação disponibilizada;
- Ao Museu dos Terceiros, Dra. Sandra Rodrigues e Dr. José Dantas, pela disponibilidade e a colaboração na informação e acompanhamento de visita educacional ao espólio arqueológico;
- À Paróquia da Facha, Reverendo Padre António Baptista, pelo material cedido e o acompanhamento de visita educacional ao Castro de Sto. Estêvão da Facha;
- Ao Presidente da Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago, Engº João Abreu Lima, pela partilha de informação;
- Ao Presidente da TURIHAB e ADRIL, Engº Francisco de Calheiros e à Directora de *Marketing*, Dra. Maria do Céu Sá Lima, pela entrevista e a partilha de informação;
- Ao Proprietário da Casa das Torres, Engº Tristão Malheiro, pela colaboração no reconhecimento e validação do percurso pedestre;
- À *aktivanatura* e ao Luis Antas de Barros, pelo apoio informático, a partilha de informação e o espírito '*slow down and see the world*', uma inspiração para o lançamento de uma agência de animação local.

RESUMO

O Turismo Cultural associado ao pedestrianismo constitui uma fórmula e uma oportunidade de desenvolvimento económico sustentável do mundo rural. Um projecto de Turismo Cultural traduzido num percurso pedestre representa uma mais-valia importante ao apresentar os recursos locais, a monumentalidade das estruturas arqueológicas, as condições de acesso e a sua dinâmica para a interpretação do património como potencialidade turística, a consciencialização da preservação da memória e a identidade cultural.

A existência de um conjunto de recursos locais no espaço temporal e em rede, em que a matriz dinamizadora cultural integra o «Caminho de Santiago», permite desenvolver o projecto de criação de um percurso pedestre local (PL), também possível, a cavalo ou de bicicleta, partindo de um programa de visita ao Castro de Sto. Estêvão da Facha e o levantamento e a análise de diferentes locais. O Turismo de Habitação — Casa das Torres, representa a modalidade de alojamento seleccionada para o programa. As visitas e o levantamento do Castro de Sto. Estêvão, de um forno cerâmico romano na Casa do Paço na freguesia da Facha, e o espólio arqueológico no Museu dos Terceiros na vila de Ponte de Lima, reúnem os pontos identificativos do itinerário programado.

As referências cronológicas deste percurso reportam-se ao passado Proto-Histórico (período do Calcolítico – II Idade do Ferro), Romano e Medieval.

Este conceito traduz a criação de um percurso cultural de descoberta do património cultural, material e imaterial, a memória e a identidade local, numa visão integrada e diferenciadora permitindo dar visibilidade e rentabilizar as estruturas existentes no território num pacote de oferta cultural.

Palavras-chave

Turismo cultural; percurso pedestre; Caminho de Santiago; Castro de S. Estêvão da Facha; desenvolvimento sustentável local.

ABSTRACT

Cultural Tourism versus pedestrianism defines a formula and an opportunity of sustainable development for the rural world. A cultural tourism project based in a walking trail represents an important add value introducing local resources, the monumental archaeological structures, the access facilities and the dynamic heritage interpretation considering touristic potential, the consciousness of heritage preservation and the cultural identity.

Local resources in time, space and network, in a cultural formula with the support of «Caminho de Santiago», allows the process of a local walking trail project (LW), possible, riding and biking, with a visit programme to the Celtic settlement of Sto. Estêvão da Facha and several spots. Turismo de Habitação – Casa das Torres, is selected for accommodation. The Celtic settlement, the ceramic roman oven in Casa do Paço in Facha Parish and the archaeological remains in Museu dos Terceiros in Ponte de Lima, are set as the spots selected for the planed itinerary.

The chronological time of this walking trail comes back to proto-historic period (calcolitic period – II Iron age), roman and medieval age.

This concept propose the creation of a cultural trail to discover the local heritage and environment, the memory and local identity, in an integrated and diverse approach of local resources developing a package to supply the cultural demand.

Keywords

Cultural tourism; Caminho de Santiago; Celtic settlement S. Estêvão da Facha; rural sustainable development.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	iii
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vii
Abstract	ix
Índice Geral	xi
ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xv
INTRODUÇÃO	1
Metodologia.....	3
Plano de Trabalhos do Projecto de Investigação	4
CAPÍTULO I	7
O Conceito de Turismo Cultural (Revisão da Literatura)	7
1.1. Factores de Procura.....	13
1.2. Factores de Oferta	16
1.3. Os Itinerários Culturais — «O Caminho de Santiago»	18
CAPÍTULO II	27
Conceito de Pedestrianismo.....	27
2.1. Dialéctica do Pedestrianismo	30
2.2. A Criação de um Percurso Pedestre	35
2.2.1. As Características Base	36
2.2.2. O Pré-projecto	43
2.2.3. Processo de Legalização de um Percurso Pedestre	47
CAPÍTULO III	49
Levantamento do Percurso Pedestre.....	49
3.1. Enquadramento do Percurso	49
3.2. Programa de Visita.....	54
3.3. Perfil do Percurso.....	54
3.4. Considerações Gerais — BOA CAMINHADA!	55
3.5. Análise do Percurso Pedestre.....	56
3.5.1. TH Turismo de Habitação — Casa das Torres.....	56
3.5.2. Capela de S. Sebastião — CPSC Caminho Português de Santiago de Compostela.....	59
3.5.3. Capela da Sra. das Neves.....	64
3.5.4. Castro de Sto. Estêvão da Facha	65
3.5.5. Quinta da Casa do Paço.....	73

3.5.6. Quinta do Bom Gosto	76
3.5.7. Capela de S. Francisco	77
3.5.8. Ponte da Sra. das Neves	78
3.5.9. Capela de Sto. Abdão.....	79
3.5.10. Capela da Sra. da Guia	80
3.5.11. Museu dos Terceiros	83
3.5.12. Ponte de Lima.....	86
3.6. Reconhecimento e Validação do Percurso Pedestre	88
CAPÍTULO IV	91
Estratégia de <i>marketing</i> do percurso pedestre.....	91
4.1. Objectivo	92
4.1.1. Produto	92
4.1.2. Preço	93
4.1.3. Distribuição.....	94
4.1.4. Promoção	95
4.2. Análise SWOT.....	96
4.3. Dimensão do mercado e segmentos-alvo	96
CAPÍTULO V	99
CONCLUSÃO.....	99
Referências Bibliográficas.....	103
Anexos.....	113
Anexo 1.....	113
Anexo 2.....	115

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACPSC	Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago de Compostela
ADRIL	Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima
ATLAS	European Association for Tourism and Leisure Education
ERA	European Ramblers Association
CPSC	Caminho Português de Santiago de Compostela
ENNHO	Rede Europeia de Organização do Património Cultural das Nações
FCMO	Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFSC	International Federation of Sport Climbing
IGESPAR	Instituto para a Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
ISMF	International Ski Mountainering Federation
LEADER	Liaison Entre Actions de Développement de l'Economie Rurale
LIMICI	Associação para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima
OMT	Organização Mundial de Turismo
TER	Turismo no Espaço Rural
TH	Turismo de Habitação
TURIHAB	Associação do Turismo de Habitação
VIAA	Union International des Associations d'Alpinisme

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig.1 - Grandes Rotas Trans-Europeias (GR®)	38
Fig. 2 - Grandes Rotas (GR®) em Portugal	39
Fig. 3 - Marcas de sinalização dos Percursos Pedestres.....	41
Fig.4 - Vale da Facha	49
Fig. 5 - Latada tradicional de Vinho Verde	51
Fig. 6 – Percurso Pedestre à Descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha / CPSC	52
Fig. 7 – Percurso Pedestre à Descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha / CPSC	53
Fig. 8 – Programa de visita do percurso pedestre.....	54
Fig. 9 – Gráfico/tabela – Perfil do percurso pedestre	54
Fig. 10 – Sinalização JAE	55
Fig.11 – Troço do percurso pedestre	56
Fig. 12 – Casa das Torres.....	56
Fig. 13 – Capela de S. Sebastião / CPSC.....	59
Fig. 14 – Credencial do Peregrino.....	60
Fig. 15 - «Escavações Arqueológicas em Santo Estêvão da Facha».....	62
Fig. 16 – Caminho da Sra. da Rocha	63
Fig. 17 – Capela da Sra. das Neves.....	64
Fig. 18 – Castro de Sto. Estêvão da Facha.....	65
Fig. 19 - Pia de água	66
Fig. 20 – Casas reconstruídas na Citânia de Briteiros	67
Fig. 21 – Conjunto Capela de N. Sra. da Rocha, coreto e escadório	68
Fig. 22 – Sino e miradouro	71
Fig. 23 – Quinta da Casa do Paço	73
Fig. 24 – Forno cerâmico romano	75
Fig. 25 – Quinta do Bom Gosto.....	76
Fig. 26 - Cruzeiro da Pedrosa	77
Fig. 27 – Capela de S. Francisco	77
Fig. 28 – Ponte da Sra. das Neves.....	78
Fig. 29 - Largo Sra. das Neves	79
Fig. 30 - Rio Trovela e lavadeira	79
Fig. 31 – Capela de Sto. Abdão	79
Fig. 32 – Capela da Sra. da Guia.....	80
Fig. 33 – Troço do CPSC	81
Fig. 34 – Avenida dos Plátanos.....	82
Fig. 35 – Museu dos Terceiros.....	83
Fig. 36 – Sepultura tardo-romana	85
Fig. 37 – Ponte de Lima	86
Fig. 38 – Ponte de Lima medieval.....	87

Fig. 39 – Grupo de reconhecimento e validação do percurso pedestre.....	89
Fig. 40 - Promoção do Percorso Pedestre	95
Fig. 41 - Análise SWOT.....	96

“Um caminho é um testemunho de civilização...

... uma construção humana”.

Almeida, 1968

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de projecto de Mestrado em Património e Turismo Cultural desenvolve o tema do Turismo Cultural, no quadro do estudo de «um percurso pedestre à descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha», no Concelho de Ponte de Lima, região do Minho, através do Caminho Português de Santiago de Compostela.

A organização de circuitos, roteiros e itinerários com esta filosofia de aproximação ao Património Cultural, vem de encontro às novas tendências do mercado turístico e à necessidade de criação de actividades complementares e alternativas, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento do espaço rural.

A apresentação dos recursos locais e a monumentalidade que as estruturas arqueológicas ainda ostentam, integram-se num estudo atendendo à importância e tendências do Turismo Cultural, às condições de acesso e a sua dinâmica para a interpretação do património como potencialidade turística, sustentabilidade económica e social das comunidades rurais, a consciencialização da preservação da memória e a identidade cultural.

A escolha do tema de trabalho atendeu à existência de um conjunto de recursos locais no espaço temporal e em rede, em que a matriz dinamizadora cultural integra o «Caminho de Santiago» como um denominador comum da cultura europeia. Esta rede intrincada de itinerários jacobinos provenientes de todos os cantos da Europa que se enleiam, os que têm origem em Portugal, e tantas são as possibilidades reais de acesso de cada local ao túmulo do Apóstolo. Mas, entre todos, assume particular relevo a estrada real Porto-Barcelos-Valença, onde

confluem todos os demais, reforçando este percurso como a espinha dorsal dos caminhos portugueses de Santiago.

Em 1987, o Conselho da Europa consagra o Caminho de Santiago como o «Primeiro Itinerário Cultural Europeu», sendo a parte espanhola e francesa do Caminho classificada «Património da Humanidade» pela UNESCO (em 1993 e 1998, respectivamente), e a parte portuguesa encontra-se em fase de reconhecimento até 2021. Por outro lado, em Portugal, o percurso está em vias de classificação pelo Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR).

Considerando a existência deste itinerário cultural, decidimos criar um percurso pedestre local (PL) – também possível, a cavalo ou de bicicleta, partindo de um programa de visita ao Castro de Sto. Estêvão da Facha e o levantamento e a análise de diferentes locais. O Turismo de Habitação é a modalidade de alojamento seleccionada para o programa proposto — a Casa das Torres representa um interessante exemplar da arquitectura Barroca na Ribeira-Lima a “mais bucólica e celebrada Ribeira Portuguesa”. As visitas e o levantamento do Castro de Sto. Estêvão, de um forno cerâmico romano na Casa do Paço na freguesia da Facha, e o espólio arqueológico no Museu dos Terceiros na vila de Ponte de Lima, reúnem os pontos identificativos do itinerário programado.

As referências cronológicas deste percurso reportam-se ao passado Proto-Histórico (período do Calcolítico – II Idade do Ferro), Romano e Medieval.

O plano de trabalhos do projecto integra quatro fases:

- I – O Conceito de Turismo Cultural;
- II – O Conceito de Pedestrianismo;
- III – O levantamento e a validação do percurso pedestre;
- IV – A Estratégia de *marketing*.

A palavra “projecto” foi usada pela primeira vez por altura do séc. XVI e deriva do latim *projicere* (= lançar para a frente). A raiz latina sugere por isso movimento, uma trajectória, uma relação exacta com espaço e tempo. O processo implicado envolve: um ponto de partida...; utilizado como base,

de onde...; um indivíduo se lança para a frente... e em direcção a um objectivo.

O objectivo específico de implementação do projecto de percurso pedestre, pressupõe um conjunto de premissas de Turismo Cultural, Pedestrianismo e *marketing* para a reutilização destes espaços temporais, com o objectivo geral, de lançamento de novos produtos diferenciadores de Turismo Cultural no mercado que potenciem a oferta local, em rede, e a vários níveis.

Neste quadro, a abordagem do património cultural convida à descoberta de experiências e sensações únicas, a reutilização e a dinamização de espaços rurais, desconhecidos ou pouco promovidos, com a finalidade de interpretar, empreender, planejar, gerir, organizar e distribuir iniciativas criativas, oportunidades de investimentos em projectos de Turismo Cultural inovadores.

O presente projecto, traduz-se num contributo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida no campo, uma parceria dinâmica e integrada na consciencialização das comunidades rurais e dos visitantes para a problemática da preservação da herança cultural.

Metodologia

O trabalho de projecto caracteriza-se pela recolha e a revisão sistemática de informação bibliográfica (fundos documentais e virtuais) para o enquadramento teórico dos vários conceitos envolvidos na criação de percursos pedestres: a abordagem do Turismo Cultural, o pedestrianismo, o estudo dos segmentos de mercado, o perfil do potencial consumidor, e o planeamento de marketing, complementado pela pesquisa de campo (fotografia e mapas), reconhecimento e validação do percurso através de implementação de questionário e a síntese crítica.

O desenvolvimento do projecto integra o recurso, a consulta e a colaboração de um conjunto de organizações, locais, nacionais e internacionais, entre as quais, a LIMICI - Associação para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima; o Museu dos

Terceiros; a AACSC - Associação do Amigos do Caminho Português de Santiago; a FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal; a TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação; a CENTER – Central Nacional de Turismo no Espaço Rural; a ADRIL – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima; a Câmara Municipal de Ponte de Lima; a Junta de Freguesia da Facha; a Paróquia da Facha; o Arquivo Municipal de Ponte de Lima; o IGESPAR – Instituto para a Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico; o IAPMEI - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, o Turismo de Portugal; a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal.

Ao longo do projecto será enquadrado um exemplo de modelo de dinamização de Turismo Cultural, no quadro dos novos paradigmas do desenvolvimento sustentável das zonas rurais e a preservação da identidade cultural.

Plano de Trabalhos do Projecto de Investigação

Recolha de Dados

- Pesquisa de informação bibliográfica e documental específica (Estudos de arqueologia, de biologia e de geologia, de geografia e da paisagem, do património e a toponímia, realizados no âmbito da criação do percurso pedestre, projectos locais);
- Pesquisa sobre o percurso pedestre;
- Estabelecimento de contactos e consulta de entidades públicas e privadas;
- Análise de documentos.

Trabalho de Campo

- Visitas ao Concelho de Ponte de Lima (freguesias da Facha, Seara e Correlhã) com o objectivo de reconhecer o território, o património, a cultura e os recursos turísticos e experienciar *in loco*, as potencialidades locais;

- Levantamento e registo fotográfico dos recursos turísticos e do percurso pedestre (máquina fotográfica, conta passos);
- Consultas sistemáticas (documentos/folhas 28 e 41 da Carta Militar de Portugal à escala 1:30.000 dos Serviços Cartográficos do Exército);
- SIG (Sistema de Informação Geográfico) / colaboração CMPL;
- Recolha de informações orais/entrevistas: CMPL; Museu dos Terceiros; AACSC; TURIHAB; ADRIL; Casa das Torres; Junta de Freguesia da Facha e Paróquia da Facha.
- Levantamento e Interpretação do percurso;
- Organização de visita de grupo (voluntários do ensino superior da Escola Superior Agrária/Instituto Politécnico de Viana do Castelo e Universidade do Minho, no quadro do Programa *Erasmus* e convidados locais envolvidos no levantamento do percurso) com a implementação de questionário, reconhecimento e validação do percurso.

Trabalho de Gabinete

- Tratamento e gestão da informação;
- Concepção e desenvolvimento de fichas de identificação, fotografias, gráficos e tabelas de apoio;
- Tratamento e análise dos questionários;
- Redacção de síntese crítica.

CAPÍTULO I

O Conceito de Turismo Cultural (Revisão da Literatura)

No início do séc. XXI o turismo surge como uma força social, cultural e económica capaz de movimentar centenas de milhões de pessoas pelo Mundo.

O turismo constitui um fenómeno vocacionado para o lazer e os tempos livres¹, a vários prismas, intelectual, físico, cultural, social e profissional, novas ou existentes, actividades económicas estruturadas para enfrentar todo um processo turístico, vendo nele um mercado a conquistar.

O turismo e a cultura sempre se encontraram no “velho continente”. A Europa identificou um importante destino associado à herança histórica e cultural. No tempo do Império Romano, considerado por alguns autores, como os primeiros “turistas culturais” (Richards, 1996)², a motivação da viagem assentava na descoberta da cultura Grega e do Egipto, seguindo-se na Idade Média, as peregrinações que viriam a originar os ‘itinerários culturais’ que hoje conhecemos, com cariz cultural — de fé ou espiritual, como é o contexto do «Caminho de Santiago».

A deslocação pela Terra, na procura do sagrado com vista à adoração, consulta, festejo ou simples conhecimento, recua muitos séculos. As antigas peregrinações Gregas tinham como destino a Panatenéia, de Acrópolis até ao Partenon, para trocar o traje da estátua de ouro e marfim de Atenas. (Coleman e Elsner, citado por Calvelli, 2006). Em 776 a. C., associado aos Jogos Olímpicos, as pessoas visitavam as cidades gregas, pela fama de curas sobrenaturais e pelos Oráculos, como

¹ MALTA, Paula Alexandra (2000), *Das Relações Entre o Tempo Livre, Lazer e Turismo*, in «Sociedade e Cultural», Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, Vol.13 (1), pp. 219-231.

² Veja-se COSTA, José Manuel Ferreira de Lima e (2003), *Os Caminhos de Descoberta do Passado, A Via Romana (Via Nova) entre Bracara e Asturica*, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo; Braga, Uminho, pp. 117-120.

no caso das peregrinações ao Oráculo Sagrado de Apólo, na região de Delfos. Segundo alguns autores, foi a Odisseia de Homero que influenciou a ideia de peregrinação no Ocidente.

Os principais centros de peregrinação cristã mergulham as suas raízes no Antigo Testamento, «no Êxodo do povo eleito para a Terra Prometida na actualidade, Jerusalém, Roma e Santiago foram os grandes centros da cristandade que mobilizaram inúmeras gerações de peregrinos, e continuam com Lourdes (França), Fátima (Portugal) ou Czestochowa (Polónia). No entanto devemos ressaltar que, desde a fundação do Cristianismo no Continente Americano, ainda devemos destacar Guadalupe (México), Aparecida (Brasil) e Luján (Argentina) (Guerra, 1989).

No Século das Luzes, a vida cultural na Europa encontrou um meio de se expressar ao mesmo tempo que um recurso inesgotável: as viagens. É a Europa com efeito que, em todas as fases pacíficas da sua história, desenvolveu o intercâmbio cultural, associado às movimentações: testemunhos dos escritores-viajantes, estadias de artistas, inspiração procurada noutros locais, modas das visitas culturais longínquas, as viagens de jovens da aristocracia inglesa pela Europa como complemento da sua educação, conhecidas a partir do século XVIII por *The Grand Tour*. Apoiando estas práticas, toda uma lógica de acolhimento inicialmente espontâneo, foi organizado numa hospitalidade mercantil que se instituiu. «A Europa inventou e implementou o serviço turístico em benefício de um turismo inicialmente consagrado à cultura e à descoberta do outro» (Beneyto, 1996).

Nas décadas de 1970-1980, a UNESCO, com a Declaração de Nairobi, a Convenção para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural³, as Rotas da Seda, o Projecto do Barroco e o Conselho da

³ I DEFINITION DU PATRIMOINE CULTUREL:
ARTICLE 1

Aux fins de la présente Convention sont considérés comme "patrimoine culturel":

- Les monuments: œuvres architecturales, de sculpture ou de peinture monumentales, éléments ou structures de caractère archéologique, inscriptions, grottes et groupes d'éléments, qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l'histoire, de l'art ou de la science,
- Les ensembles : groupes de constructions isolées ou réunies, qui, en raison de leur architecture, de leur unité, ou de leur intégration dans le paysage, ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue de l'histoire, de l'art ou de la science,
- Les sites: œuvres de l'homme ou œuvres conjuguées de l'homme et de la nature, ainsi que les zones y compris les sites archéologiques qui ont une valeur universelle exceptionnelle du point de vue historique, esthétique, ethnologique ou anthropologique.

Europa, no quadro da Convenção do Património Arquitectónico Europeu, a Rede de Centros Culturais e os Itinerários Culturais, contribuíram decisivamente para o reconhecimento do Turismo Cultural como valorização social e económica das Sociedades. A nível internacional, a classificação de monumentos “Património da Humanidade” pela UNESCO, o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, o ICOM – Conselho Internacional de Museus ou a UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza têm contribuído para institucionalizar esta terminologia.

Em 1985, a Organização Mundial do Turismo (OMT⁴) define o Turismo Cultural “o movimento de pessoas por razões essencialmente culturais, tais como: visitas de estudo, viagens artísticas e culturais, viagens com intuito de assistir a festivais ou outros eventos, visitas a monumentos, viagens para estudo da natureza, do folclore ou da arte, e ainda peregrinações”.

A nível europeu, a ATLAS (*European Association for Tourism and Leisure Education*) lançou em 1992 um projecto de pesquisa sobre Turismo Cultural para o DGXXIII da Comissão Europeia, definindo as principais motivações dos turistas culturais que se relacionam com a aprendizagem, não só no sentido formal de adquirir nova informação, mas também no sentido lato da procura de novas experiências culturais. Definiu-se, conceptualmente, Turismo Cultural como “o movimento de pessoas para atracções culturais longe da sua área de residência habitual, com a intenção de adquirir nova informação e novas experiências para satisfazer as suas necessidades culturais” (Richard e Bonink, 1995).

O Código Mundial de Ética do Turismo, aprovado em Outubro de 1999, em Santiago do Chile, refere no seu Artigo 4º que «as políticas e actividades turísticas devem ser desenvolvidas no respeito pelo património

Convention pour la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel, (1972), in MARQUES, Helder; MARTINS, Luís Saldanha, Património e identidade territorial: apontamentos geográficos sobre novas (uma “nova”) componentes do processo de desenvolvimento, in «Património» – Encontros de divulgação e debate em estudos sociais, 1º sem. 1999, pp.11-18.

⁴ OMT, Código Mundial de Ética do Turismo (1999), Santiago do Chile.

artístico, arqueológico e cultural, competindo-lhes a sua preservação e transmissão às gerações futuras»⁵.

Por outro lado, a UNESCO defende que “o turismo não existiria sem a cultura”⁶. A cultura constitui uma das principais motivações das movimentações das pessoas e qualquer forma de turismo provoca um efeito cultural, quer da parte do visitante quer da parte do local de acolhimento.

Associações não governamentais (ONG) organizadas em rede como a EFHA – Forum Europeu para o Património e as Artes, A Europa *Nostra* – Federação das Associações de Defesa do Património e Ambiente, a rede de Centros Culturais em Monumentos e Sítios Históricos e a ENNHO – Rede Europeia de Organizações do Património Cultural das Nações, desenvolvem um conjunto de orientações que têm influenciado o sector do Turismo, com recomendações técnicas, a nível internacional (Calado, 1998).

Desde os anos 80, as Tutelas do Turismo têm reconhecido que a cultura e o turismo se aproximam progressivamente de um produto chamado “turismo cultural” ou “turismo de património” (Richard, 1996).

Nos nossos dias, os políticos de qualquer região ou cidade na Europa empenham-se no desenvolvimento de produtos turísticos culturais porque reconhecem o papel crescente de um sector no mercado turístico, protagonista de desenvolvimento — rendimento e emprego. (Sobral, 2001). A utilização da cultura como base para o desenvolvimento turístico tem a vantagem da cultura poder encontrar-se em qualquer lugar. Neste quadro, a maior parte dos políticos considera que a sua localidade, município, região ou país, tem algo de atractivo diferenciado e único para oferecer. A cultura local é, por outro lado, encarada como uma forma de defesa e salvaguarda da identidade nacional, valorizando as especificidades das diversas zonas, contra as forças da globalização e da homogeneização da cultura⁷.

⁵ JAFARI, Jafar (1996), *Tourisme et Culture: enquête sur des paradoxes* — table ronde sur «Culture, tourisme, développement: les enjeux du XXI^e siècle», UNESCO, Paris, pp.45-50.

⁶ *La Déclaration de Majorque Pour le Tourisme Culturel* (1996), Institut Cultures del Món – Agence Européenne pour la Culture, Palma de Mallorca.

⁷ d PINA, Paulo (1988), *PORTUGAL, O Turismo no século xx*, Lucidus, Lda., p. 89.

Os anos 90 reforçam a parceria entre o sector da cultura e do turismo, permitindo estreitar laços em termos de promoção. A partir deste momento, lançam-se as bases de um conjunto de co-financiamentos de apoio ao turismo, em consonância com as directrizes da Europa, materializados em obras de valorização do património cultural – as Aldeias Históricas, o Circuito do Património Mundial, os Itinerários Arqueológicos, as Zonas Históricas, os Jardins Históricos, o Turismo no Espaço Rural, entre outros. Assim, as linhas de actuação vão de encontro à criação e a melhoria de infra-estruturas de oferta turística, nomeadamente, o alojamento, o crescimento organizado da procura, a diversificação, a promoção e a qualificação da oferta, promovendo novas oportunidades de projectos para o sector do Turismo. Segundo Alberto Marques (1999), o Turismo começa a assumir um contributo importante para o desenvolvimento local.

Nos últimos anos, verifica-se uma preocupação em reabilitar edifícios com peso histórico e arquitectónico, como é o caso de antigos castelos, mosteiros e conventos, convertidos em Pousadas, ou casas antigas, de reconhecido valor patrimonial, recuperadas para Turismo de Habitação (Turismo no Espaço Rural), ou ainda, aldeias históricas integradas numa filosofia de Turismo de Aldeia. Um conceito iniciado nos anos 40, por António Ferro, ministro da informação, no sentido de dinamizar as zonas de interior de Portugal. No seu projecto de *marketing* nacional todos os sectores, por todos os meios, “deviam concorrer para o lançamento da imagem do País”, o turismo assumia um potencial multidisciplinar⁸.

Apesar da clara importância do turismo em termos económicos, sociais e patrimoniais, o sector tem registado grandes dificuldades em obter o seu legítimo reconhecimento político em Portugal. Em Maio de 2000, Portugal reuniu em Vilamoura, os Responsáveis Governamentais de Turismo da União Europeia. Esta iniciativa, da responsabilidade da Presidência Portuguesa do Conselho da U. E., de acordo com as palavras de Vítor Neto, Secretário de Estado do Turismo, constituiu “o maior fórum sobre turismo na União Europeia, jamais realizado”. Destacam-se alguns indicadores e projecções:

⁸ SOBRAL, José Manuel (2001), *Na Era da Globalização A persistência das identidades nacionais*, in «Le Monde Diplomatique», p.1-2.

- A Europa, constitui a principal região de turismo do mundo, registando-se anualmente um movimento de 386 milhões de turistas;
- A Europa representa 52% das receitas turísticas mundiais, e esta actividade é responsável por 6% do emprego;
- A maioria dos turistas mundiais é europeia;
- O turismo crescerá, nos próximos anos, às taxas superiores à da média da economia europeia (2,5 a 4%), continuando a gerar emprego.

O turismo de motivação cultural tem vindo a crescer nos últimos anos em todo o mundo, constituindo uma das linhas estratégicas de desenvolvimento da actividade turística em Portugal.

Após uma década, verifica-se que o *Touring Cultural* integra o Plano Estratégico Nacional de Turismo (2006), "...formatando itinerários experienciais que sejam uma montra do património histórico, cultural e religioso..."⁹. A revisão no horizonte do PENT de 2015, fundamenta-se nestas linhas de orientação, promovendo a importância da criação de parcerias e a cooperação entre os agentes públicos e privados para concertarem estratégias, definirem objectivos e acções comuns, com vista ao crescimento sustentável do turismo nacional e o fomento do Turismo Cultural e de *touring* cultural. Este novo paradigma de turismo está alicerçado nas características de história, a cultura e as tradições locais, a hospitalidade e a diversidade de actividades de interesse turístico disponíveis nas regiões do país, potenciando a oferta de experiências marcantes para o turista, que tirem partido do conjunto de recursos únicos disponíveis em cada região.

A União Europeia encara a cultura como uma fonte essencial de diversidade e salvaguarda da identidade, que poderá tornar diferentes regiões da Europa atractivas para o turismo. A cultura funciona como um contributo importante para a diversificação do produto turístico de cada região. O turista global actual move-se cada vez mais pela busca de

⁹ Turismo de Portugal (2011), *Plano Nacional Estratégico do Turismo*, propostas para Revisão no Horizonte 2015, Lisboa, p.39.

experiências de novas iniciativas autênticas e ‘momentos especiais’, em detrimento de destinos e produtos turísticos convencionais «sol & praia»¹⁰.

A combinação dos factores da procura e da oferta levou à identificação do Turismo Cultural como um importante mercado em crescimento na Europa, veículo de conhecimento e troca de experiências entre os povos. Este facto torna-se evidente através do desenvolvimento de políticas de turismo cultural levado a efeito em muitas áreas, e também na Comissão Europeia. Em 1990, no primeiro *Plano de Acção para o Turismo*, a Comissão Europeia identificou o turismo como um segmento de mercado importante, enfatizando ainda mais o factor cultura — *Green Paper on Tourism* (COMISSÃO EUROPEIA, 1995) e no desenvolvimento do programa Rafael para o património cultural.

O Turismo Cultural assume um papel heterogéneo de actividades multifacetadas, multidimensionais, criando dinâmicas económicas e recreativas determinantes da sua especificidade, potenciando a oferta e a procura turística. Os factores exemplificativos do gradual crescimento do Turismo Cultural dividem-se em factores de procura e factores de oferta.

1.1. Factores de Procura

A recente investigação tem associado o crescimento do Turismo Cultural ao aumento do interesse geral pela “cultura” na sua diversidade considerada como um todo. Vários autores como Urry (1990) e Dann (1994) defendem que a alienação da sociedade moderna causou um forte sentimento de nostalgia pelo passado, introduzindo uma visão integradora globalizante e a intensidade ou o drama com que, sobretudo na segunda metade do século passado, se vive a perda. A vida moderna não dá às pessoas o sentido que elas precisam para as suas vidas, sendo condicionadas a procurar sentido e autenticidade em outro lugar. Isto poderá significar viajar no tempo e no espaço, “o regresso às origens”, a

¹⁰As potencialidades do sector Cultural na União Europeia, Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/workingpapers/educ/104aptsum_pt.htmhttp://www.europarl.europa.eu/workingpapers/educ/104aptsum_pt.htm, acesso em 16/11/2011.

forma mais simples de viver que muitas pessoas relembram ainda do seu próprio passado.

A cultura vinculada à história, integra outras formas culturais — teatro, artes visuais, visitas a museus, que tem vindo a aumentar gradualmente nos últimos tempos. Certas formas culturais requerem um elevado nível de formação e capacidade cultural, de “capital cultural”. Desta forma, a maioria dos participantes caracterizam-se por um grau elevado de escolaridade. A participação cultural prende-se com a estimulação pelo crescimento ao nível da educação superior registada nos últimos 30 anos. A “nova classe média” com formação superior aumentou consideravelmente nas últimas décadas, representando uma fonte importante para o turista cultural pós-moderno (MUNT, 1990).

Por outro lado, o envelhecimento da população constitui um factor de peso no crescimento do Turismo Cultural. As pessoas seniores demonstram um interesse maior pela cultura, dispondo de tempo e dinheiro para as viagens culturais, as férias activas (actividades *Outdoor*). Tendem a interessar-se pelo património cultural (museus e monumentos), por ambientes rurais, em contrapartida, os visitantes mais jovens embora demonstrem mais interesse pela cultura contemporânea e a preferência pelos ambientes urbanos com uma vasta oferta de animação, começam a descobrir novas alternativas no âmbito de experiências culturais articulando com actividades desportivas.

A crescente procura pelo Turismo Cultural nos anos oitenta está interligada à crescente oferta de atracções culturais lançadas no mercado turístico. Este desenvolvimento é caracterizado pela criação histórica num produto chamado património, de uma “indústria do património”, em que se associam o crescimento do turismo cultural e o património (HEWISON; 1987). Por outro lado, Uzzell (1998) identifica 5 factores que influenciam o envolvimento emocional pelo património cultural e a sua interpretação: o tempo (— Lowenthal (1985) afirma que o significado dos lugares modifica no tempo e a existência de três níveis na análise histórica: a memória, o registo histórico e os artefactos; a distância (as pessoas residentes numa localidade, têm uma visão diferente do visitante), a experiência do local; o grau de abstracção (os sentimentos e emoções resultantes de um

ambiente, são interpretados de maneira diferente por cada pessoa), e a gestão (o tipo de interpretação utilizada pelos gestores de atracções afectará o nível de envolvimento afectivo dos visitantes, quer seja escrito, imagem, audio-visual, guias locais, ou reconstruções).

As mudanças sócio-económicas das últimas décadas determinaram a recente passagem do Turismo Cultural de uma actividade marginal a um importante sector do mercado turístico. A democratização da sociedade permitiu a transformação do turismo num mercado de consumo de massas, tornando-se num elemento essencial do quotidiano do mundo desenvolvido, considerado como um “direito social”¹¹. Na actualidade, o “direito” a férias torna-se cada vez mais importante, traduzido na fruição de algo especial, permitindo a distinção do resto das massas turísticas. O turista cultural do passado passou a preferir destinos caracterizados pela diferença e o criativo, considerando a ‘fruição’ cultural como uma forma de se distinguir do turista de massas. O crescente interesse pela cultura permite a identificação de um novo segmento de mercado, em que os factores de oferta e da procura desempenham um papel decisivo no processo de desenvolvimento do destino turístico.

De acordo com os dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2010 registaram-se 940 milhões de turistas em viagens internacionais, dos quais 18% de viagens com motivações culturais. Até 2030 (*Tourism Towards 2030*), a expectativa é de que as viagens internacionais totalizem 1,8 bilião, significando um crescimento continuado na ordem média de 4% a 5% anuais¹². Nos próximos 20 anos, 35% a 50% das viagens internacionais serão motivadas pelo Turismo Cultural (Turismo Verde/Natureza, Turismo Aventura/Activo).

De acordo com McKecher e Cross (2002), o Turista Cultural pode ser específico e/ou geral, e as tendências de procura são:

- Viagens especificamente culturais ou motivação cultural com maior ou menor peso;

¹¹RICHARDS, Greg (1996), *Cultural Tourism in Europe*, Wallingford CAB International.

¹²WORLD TRAVEL TRENDS, disponível em:

http://www.itb-berlin.de/media/itb/itb_media/itb_pdf/publikationen/worldttr_2010_2011.pdf, acesso em 16/11/2011.

- Experiências de recreação culturais, desportos e aventura, actividades *outdoor* articuladas com a história, cultura, natureza, atendendo às necessidades de actividade, física e intelectual;
- A comunhão e a aprendizagem cultural, sítios históricos, modelos culturais, actividades económicas e profissionais;
- O Retorno às origens, o conhecimento do passado e a identidade cultural;
- A consciência ambiental, a conservação da natureza, a história e a cultura locais.

1.2. Factores de Oferta

O Turismo Cultural constitui um conjunto diversificado de actividades e representações simbólicas: desde a pintura, escultura, teatro, dança, música, gastronomia, artesanato, literatura, arquitectura, história, festas, folclore, entre outros, formando uma combinação que permite a vivência da diversidade cultural (Barreto, 2007). Quanto maior a diversidade de opções e actividades, maiores serão as possibilidades de criar produtos diferenciados). Além de estimular a permanência do turista no destino por um período de tempo maior, aumenta as taxas de ocupação nas épocas baixas, incrementa a despesa média e contribui para a redução da sazonalidade (Grängsjö, 2003).

A cultura é encarada, como um factor de atracção de determinada localidade fazendo parte de uma forma de turismo de “interesse especial”, susceptível de fomentar o turismo para destinos não convencionais e em épocas menos procuradas. A Comissão Europeia interpreta o Turismo Cultural como um excelente meio para potenciar o turismo, quer em termos de tempo, quer em termos de espaço, reduzindo o congestionamento turístico e a sazonalidade (EU, 1995).

A Declaração de Maiorca para o Turismo Cultural (1995) defende “o desenvolvimento da formação específica dos profissionais ligados ao turismo com o objectivo de ilustrar o património e ajudar à sua conservação,.. e o alargamento e diversificação da oferta desenvolvendo a

capacidade *d'accueil chez l'habitant*, favorável ao contacto humano e ao desenvolvimento regional.

As múltiplas e heterogéneas facetas do consumo cultural incluem, por um lado, os bens e serviços que se podem caracterizar como “tipicamente turísticos” (por exemplo, o alojamento, bem como a concepção, organização e venda de viagens e estadias) e por outro lado, os que não são exclusivamente utilizados por turistas e residentes (transportes de passageiros, restauração, aluguer de veículos...). Acresce ainda, a produção induzida que, tal como noutros domínios, serve de suporte às categorias precedentes (por exemplo, a produção alimentar e artesanal).

Em simultâneo, a oferta turística articula-se com a produção turística, porque comporta a utilização de recursos – naturais, culturais, artísticos – com especificidade diferenciada associados a um local específico, com natureza de bens públicos (Vera, 1997). Cabe neste contexto, o reconhecimento das entidades públicas e privadas enquanto salvaguarda do melhor equilíbrio entre o binómio desenvolvimento/recursos naturais, culturais e humanos para as gerações vindouras.

Esta consciencialização está presente na salvaguarda do legado para as gerações futuras em que assenta a definição de turismo sustentável coerente ou seja visa “satisfazer várias necessidades actuais, não pondo em causa a sustentabilidade dos recursos utilizados, para o futuro!”. Turismo sustentável é definido como: «todas as formas de turismo (desenvolvimento, gestão, planeamento e actividades) que permitam manter a integridade do ambiente, da sociedade e da economia, o bem-estar e o equilíbrio dos recursos naturais, edificados e culturais para o futuro!»¹³, (1993). O conceito do turismo sustentável começa a ganhar cada vez maior visibilidade. O turismo é agora visto como uma ferramenta para fomentar o desenvolvimento de regiões, do património, de áreas rurais e áreas com natureza. Neste contexto, os trilhos que permitem a circulação de ciclistas, cavaleiros e pedestrianistas começam a surgir como um elemento central de uma oferta alternativa de turismo (Lane, 1999).

¹³ Veja-se a Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo (2007), Comissão das Comunidades Europeias, Comunicação da Comissão.

De acordo com a OMT, o desenvolvimento e a valorização sustentável do ambiente são questões prioritárias que afectam não só a população mundial como também o crescimento económico global (Agenda, 21, 2011). O aumento significativo da actividade turística a nível mundial e a consequente preocupação com o seu impacto ambiental deu origem a uma maior preocupação com a gestão dos recursos locais, onde se procuram soluções para as questões da preservação do ambiente e a salvaguarda da identidade cultural de cada região¹⁴.

1.3. Os Itinerários Culturais – «O Caminho de Santiago»

O programa dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa nasce em 1987 com o objectivo de mostrar, através de viagens no espaço e no tempo, que o património dos diferentes países da Europa constitui um património cultural comum que pode ser utilizado como um recurso para o desenvolvimento sustentável das regiões. Segundo o Conselho da Europa, os itinerários têm como vocação:

1. Promover a tomada de consciência de uma identidade cultural comum graças a uma melhor compreensão da História da Europa com base em valores patrimoniais que dão forma tangível a percursos de descoberta dos patrimónios que reflectem as trocas e a evolução das culturas na Europa e permitem o melhor conhecimento da sua História;
2. Promover a salvaguarda deste património cultural como recurso para o desenvolvimento social, económico e cultural da Europa;
3. Promover a valorização deste património tendo em vista um turismo sustentável.

Os caminhos de peregrinação que levam a Santiago de Compostela ou a Roma, seguindo a Via Francigena, prefiguraram, desde a Idade

¹⁴ BUTTLER, Richard (2009)- Sustainability or Stagnation? Limits on development in tourist destinations in p.10-23. European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation, Instituto Politécnico de Leiria. Acesso em 11-08-2011, <http://www.turismodeportugal.pt/Português/conhecimento/centrodedocumentacao/Pages/Destaques.aspx>

Média, um espaço aberto à livre circulação de pessoas e de ideias e constituíram eixos fundamentais na construção do continente europeu.

No quadro de um acordo entre o Conselho da Europa e o Grão-Ducado do Luxemburgo, em 1997 foi criado o Instituto Europeu dos Itinerários Culturais, com sede na Abadia de Neumunster, tendo como missão por em marcha o programa dos Itinerários Culturais do Conselho da Europa, com base na promoção de projectos de turismo cultural que valorizem o património num contexto de desenvolvimento local. Trata-se de valorizar o território através da dinamização de um turismo cultural de qualidade, estruturado sobre um património que importa valorizar.

Na actualidade, além do “Caminho de Santiago” os principais itinerários culturais são:

- “Al-Andalus”, termo que significa “terra de vândalos”, propõe descobrir, através do conjunto de rotas que traçam o percurso dos muçulmanos no sul da Península Ibérica, o rico património que materializa as trocas civilizacionais suscitadas pela sua instalação.
- As “Rotas da Oliveira” permitem compreender a importância desta árvore que marca não só a paisagem mas, também, a vida quotidiana das civilizações mediterrânicas.
- O “Itinerário do património Judeu” convida o visitante a descobrir a influência da cultura judaica no continente europeu através do património de origem judaica nos diferentes países.
- O “Itinerário dos Parques e Jardins”. Os parques e jardins revelam as trocas artísticas, científicas e técnicas que marcaram a evolução das relações do homem com a natureza do decurso da história europeia.
- O “Itinerário do Barroco”, desenvolve-se em torno dos principais exemplares da arte barroca.
- Os “Caminhos da Vinha”, integram as paisagens vitícolas, que constituem uma cultura comum, em produtos turísticos integrados que interpretam estas paisagens.
- O “Património das Termas” que interliga cidades que se desenvolveram em torno dos recursos naturais termais.

- A “Rota dos Fenícios” que, passando por 18 países, faz a conexão das principais vias de comunicação cultural e comercial estabelecidas pelos fenícios no Mediterrâneo.

Fazendo uma breve abordagem histórica (Costa, 2003), os documentos responsáveis pela revitalização da rota percorrida pelos peregrinos na Idade Média, desde vários pontos da Europa até Santiago de Compostela, nascem no quadro do Conselho das Rotas Culturais da Europa criado em 1987 pelo Conselho para a Cooperação Cultural (CDCC). Este projecto surge no âmbito da Recomendação da Assembleia Parlamentar de 1985, discutida durante a 2ª Conferência de Ministros responsáveis pela Herança Arquitectónica da Europa (Granada, 1985). Os critérios presentes nesta iniciativa correspondiam a um sentimento de pertença a uma família de nações, com identidade própria, mas partilhando os mesmos valores e um denominador civilizacional comum.

Este projecto de criação dos Itinerários Culturais Europeus, integra-se na resolução dos ministros responsáveis dos assuntos culturais, reunidos no seio do Conselho da Europa, em 17 de Fevereiro de 1986, no âmbito da qual “acordam em estimular as actividades no domínio dos itinerários culturais transnacionais, encorajando as autoridades competentes dos estados-membros a colaborarem além fronteiras, tendo em vista o estudo e a eventual realização de itinerários de interesse europeu e em deixar uma tal cooperação aberta a outros países europeus”¹⁵.

O Programa Itinerários Culturais do Conselho da Europa propunha desenvolver uma alternativa ao turismo de massas, tendo para o efeito criado vários percursos que atravessam o ‘velho continente’, onde se destacam os Caminhos de Santiago – primeiro Itinerário Cultural Europeu. Estamos perante uma nova dinâmica de lazer, incentivando os europeus a percorrerem o espaço geográfico atravessando vários países e regiões, assimilando um património comum. Trata-se de uma ‘identidade cultural’ que segundo alguns autores como Michel Thomas-Penette citado por Faria (Costa, 2003), manifesta-se em vários campos e não só através do património construído, destacando-se todo um acervo cultural

¹⁵ Disponível em <http://InstitutEuropéendesItinérairesCulturels.mht>], acesso em 16-08-2011).

que se encontra espalhado pelo património etnográfico, literário, musical, etc. A preocupação com a salvaguarda destes testemunhos, foi sempre a ideia central destes itinerários, respeitando um conjunto de requisitos associados à reabilitação, classificação e protecção do património, antes de um projecto ser concretizado.

Em 1990, na celebração do Ano Europeu e sob a alçada do Conselho da Europa, é lançado um Guia dos Itinerários Culturais da Europa, publicando um conjunto de percursos do “velho continente”.

Em Espanha, o Caminho de Santiago é valorizado, principalmente a passagem nas províncias de Aragón, Asturias, Castilla e León, Rioja, Navarra e Galiza.

Entre 1987 e 1996, O Caminho de Santiago, principalmente a ligação da Europa do norte e central até Santiago de Compostela, foi incentivada como itinerário de peregrinação, seguindo-se a Via Francigena que ia de Canterbury (Inglaterra) até Roma. O peso das ordens monásticas, principalmente, a Cisterciense, permitiu a criação de um percurso inspirado por esta ordem religiosa. Outros percursos, como a “Arquitectura Rural Europeia” (*Architecture without frontiers*), os “Itinerários do Barroco”, a “Seda e os Têxteis”, “Os Celtas e os Vikings”, “Os Músicos, os Arquitectos e os Humanistas”, “os Parques e Jardins”, “As cidades Europeias dos Descobrimentos”, “Os Itinerários Celtas”, entre outros itinerários de espírito transnacional num espaço comum europeu.

A Comissão Europeia ao considerar o Caminho de Santiago como o primeiro Itinerário Cultural Europeu, incentivou a investigação nesta área, o levantamento e a sinalização do Caminho Português para Santiago de Compostela.

Existe um conjunto de autores digno de registo, portugueses e estrangeiros, inspirados pela temática do Caminho de Santiago. O Conde d’ Aurora, escreve em 1965 uma obra importante acerca do Caminho de Português para Santiago de Compostela. O autor limiano, peregrino, faz uma descrição dos caminhos que seguiam a *via láctea* até à casa do apóstolo na Galiza, destacando a ligação do litoral desde o Porto, passando por Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo até Valença do Minho, e uma outra desde Braga a Ponte de Lima,

com ligação ao Lindoso em Ponte da Barca. Um trabalho reconhecido com o prémio “Virgem Peregrina”.

Mas existem outros nomes de referência, como Carlos Alberto Ferreira de Almeida (“Caminhos Portugueses do Norte de Portugal”, 1995), Humberto Baquero Moreno (“Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, 1986), José Marques (“A assistência dos peregrinos no norte de Portugal, na Idade Média, 1991).

A Associação dos “Amigos de Los Pazos” na Galiza, através de López-Chavez Meléndez edita em 1988, “El Camino Portugues”. Este livro é uma tradução do relato de Confalonieri que, em viagem desde Lisboa a Santiago de Compostela, descreve em 1594 este percurso, realizado em companhia de Fabio Biondo de Montalto, patriarca de Jerusalém. Percorre este Sacerdote o Caminho a cavalo com partida de Lisboa a 20 de Abril desse ano, passando por Alverca, Santarém, Tomar, Coimbra, Mealhada, Albergaria, Grijó, Porto, Vila do Conde, São Pedro de Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença, Tui, Porrinho, Redondela, Pontevedra, Caldas de Reis, Padrão e chegando Santiago de Compostela, no dia 5 de Maio.

A Associação para o Desenvolvimento do Turismo da Região Norte promove, em 1997, um Programa de Promoção Conjunta intitulado “Santiago – Caminhos do Minho”. Com o objectivo de motivar potenciais turistas nacionais e estrangeiros a percorrer este itinerário de peregrinação atravessando o território português até à Galiza. Assim, lançam-se seis itinerários, que interligam-se com as antigas vias medievais:

- o “Caminho do Noroeste” (litoral – Porto, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Esposende, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença, por Tuy - Espanha);
- o “Caminho do Lima” (Porto, S. Pedro de Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Paredes de Coura e Valença);
- o “Caminho do Norte” (Porto, S. Pedro de Rates, Barcelos, Portela de Suzã, atravessando o rio Lima em Deão, seguindo a meia encosta pela Serra de Arga até Vila Nova de Cerveira e Valença);
- o “Caminho de Celanova” (Porto a Santo Tirso, Guimarães, Braga, Prado, Ponte de Lima, Ponte da Barca, depois para nascente até Lindoso, Espanha, ou de Ponte da Barca para Norte, passando pelos

- Arcos de Valdevez seguindo para Monção, onde transpunha o rio Minho para Salvaterra do Minho em terras Galegas;
- o “Caminho da Geira Romana (Braga, Amares e Terras de Bouro até à fronteira da Portela do Homem, entrando em Espanha mas voltando ao território nacional pela fronteira da Ameixoeira, seguindo por Castro Laboreiro até Melgaço);
 - e finalmente o “Caminho do Lamego” (Viseu através de duas variantes: em direcção a Braga, continuando depois uma outra do “Caminho de Celanova” em direcção a Monção, e a que levava a Vila Real e Chaves).

Este projecto integrava a sinalização de alguns itinerários, nas estradas nacionais dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança.

Com a passagem dos Anos Santos Compostelanos, assistiu-se à criação de associações ligadas ao Caminho de Santiago.

A Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo, descreve um dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela (Lello Editores, 2000) – com partida de Barcelos, Abade de Neiva, Mosteiro do Carvoeiro, Lanheses, São Lourenço da Montaria, Argela, Vila Nova de Cerveira e passagem do rio Minho para Goian, em Espanha, Tomino, Gondomar, Vigo, Redondela, Caldas de Reis, Padron, Milladoiro e Santiago de Compostela.

A partir de 1998, a Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago, sediada em Ponte de Lima, ao abrigo de um projecto da ADRIL- Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (Programa LEADER para o Vale do Lima) lançou um conjunto de iniciativas de estudo dos caminhos de peregrinação, na variante que do Porto provém via Barcelos até Ponte de Lima e depois Valença do Minho. Nesse mesmo ano, organiza a primeira Peregrinação Jacobeia de Ponte de Lima a Santiago e em 2001 edita uma publicação intitulada “O Caminho Português de Santiago”. Este livro descreve as nove jornadas do Porto a Santiago de Compostela, através da antiga via medieval, com descrição de quilometragem de cada etapa, os locais de interesse e respectiva nota

histórica, fornecendo também as indicações, e contactos úteis para cada peregrino e respectivo mapa.

Uma questão interessante e atendendo à influência da Xunta da Galiza em promover os caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, e reconhecendo o crescimento anual das peregrinações ao Santuário de Fátima, o Conselho Nacional de cultura, concentrou as atenções na recuperação dos trilhos tradicionais utilizados pelos devotos de Nossa Senhora que, ano após ano, desde 1917, vão engrossando as estradas em direcção à Cova da Iria. Um fenómeno transversal, que abrange as populações rurais, a classe urbana e estrangeiros. Identificados os tradicionais caminhos que coincidem, muitos deles, com itinerários para Santiago de Compostela, escolheu-se o “Caminho do Tejo” para se dar início a este projecto finalizado em 2003.

O Plano Director Municipal de Ponte de Lima faz referência ao Caminho Português a Santiago, no Anexo II, no que respeita ao Património Arqueológico Inventariado e Não Classificado, sob a denominação de Itinerário e dizendo respeito à área geográfica compreendida entre Poiães, Navió, Vitorino de Piães, Facha, Seara, Correlhã, Ponte de Lima, Arcozelo, Cepões e Labruja. Descreve esta área arqueológica, secção XIII, artigo 62º, ponto número 1, enquanto “*conjunto de locais de ocorrência de achados arqueológicos com inegável interesse cultural, áreas de protecção e de reserva que acautelem presumíveis extensões do objecto arqueológico ainda não pesquisadas*”. Mais adianta sobre a salvaguarda do mesmo, estabelecendo a proibição de “*construção, rectificação de traçado, alteração de pavimentos ou abertura de novas vias, ou modificação do perfil morfológico do terreno, impermeabilizações de solo e correcção da drenagem hídrica, desmatações e desbaste do coberto florestal e agrícola e actividades de pesquisas e de reconhecimento arqueológico, enquanto não houver parecer favorável do Instituto Português do Património Arquitectónico*”.

Todas estas iniciativas, revelam o interesse crescente pelo Caminho de Santiago, um conjunto de caminhos antigos como lugares privilegiados da descoberta do passado.

Para celebrar as rotas culturais o Dia Europeu do Turismo, comemorado em Bruxelas a 27 de Setembro, a Comunidade Europeia, os Estados Membros e o Conselho da Europa anunciaram a concertação de políticas de valorização das rotas culturais como veículo de promoção da Europa enquanto destino turístico de excelência.

CAPÍTULO II

Conceito de Pedestrianismo

Na última década, temos assistido à proliferação de iniciativas inovadoras, públicas e privadas, programas, concursos, eventos, festivais, rotas e itinerários temáticos, actividades *outdoor* — percursos pedestres, sedimentadas nas novas tendências do Turismo Cultural.

Uma das fórmulas mais antigas de Turismo Cultural é o «pedestrianismo». A sua origem associa-se à história do Homem. Praticar pedestrianismo «é andar a pé...», uma actividade que o ser humano desenvolveu, desde sempre, para se deslocar de um lugar para o outro, por necessidade ou, simplesmente, por lazer. Na verdade, muitos dos caminhos que se percorrem na prática do pedestrianismo já existiam para ir de uma aldeia a outra, para chegar a uma pequena ermida ou para aceder a velhas ruínas.

Os primeiros percursos terão surgido como consequência dos primeiros movimentos migratórios dos herbívoros, tendo o homem associado a procura de alimentos, as peregrinações religiosas, o comércio e a guerra (Andrade, 2006). De acordo com Salvati (2006), os percursos são antigos caminhos ou caminhos abertos que têm como objectivo “aproximar o visitante ao ambiente natural, ou conduzi-lo a um atractivo específico, possibilitando seu entretenimento ou educação através de sinalizações ou de recursos interpretativos”.

Os caminhos celtas, as calçadas romanas, os trilhos rurais são testemunhos da herança histórica e cultural, do culto da descoberta e podem contribuir para a valorização e potenciação de percursos pedestres culturais. Também, o «Caminho de Santiago» constitui, por um lado, um referencial reconhecido de peregrinação e culto de fé, e por outro lado, o

repositório da identidade cultural e a memória de séculos de história de vivências e experiências culturais.

De índole desportiva, regulamentada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), de lazer e de saúde, actividade multifacetada ligada às áreas do desporto, do turismo e do ambiente, o pedestrianismo constitui uma das práticas crescentes em Portugal, e no resto do mundo, com potencialidades de rentabilização turística cultural.

A saúde constitui uma área em franco crescimento associado ao turismo. Considerando esta particularidade, já Hipócrates, médico da Antiga Grécia defendia “caminhar é o melhor remédio do Homem...».

A legislação portuguesa define pedestrianismo como a “actividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspectos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites.” (Portaria n.º 1465/2004, de 17 de Dezembro).

Na actualidade, a arte de andar volta a estar na moda. O pedestrianismo, a marcha de montanha ou, a mais recente, marcha nórdica (*nordic walking*), começam a posicionar-se como uma actividade organizada associada ao turismo de lazer, no mercado nacional e internacional.

O pedestrianismo ou caminhada (passeio pedestre) pode ser definido como o desporto de andar a pé geralmente na natureza e em caminhos tradicionais, mas também em meios urbanos. A prática de pedestrianismo pode ser feita em percursos pedestres não sinalizados no terreno ou em itinerários balizados: Grandes Rotas (GR), Pequenas Rotas (PR) ou Percursos Locais (PL). O pedestrianismo constitui a actividade desportiva, turística e ambiental que consiste em percorrer percursos a pé ao longo de caminhos e trilhos, preferencialmente tradicionais ou históricos, na natureza ou em meio urbano. Ao contrário de outras actividades de ar livre, a prática de pedestrianismo não envolve grandes dificuldades técnicas. Trata-se, em geral, de uma actividade simultaneamente relaxante e agradável, recomendada dos 8 aos 80 anos de idade, em família, amigos, individual ou em grupo organizado.

Os percursos pedestres permitem desfrutar de paragens de grande beleza, sensações únicas de visita ao passado, durante o dia ou à noite ao luar, a descoberta de ruínas de remotos tempos, como a cultura castreja e as suas povoações — castros, outros costumes e tradições (festas, feiras e romarias), os vestígios do tempo do Império Romano, o espírito da Idade Média, ou mesmo, a ligação a um sítio ou uma estrutura museológica, repositório da memória colectiva. Os percursos associados ao alojamento, são oportunidades de explorar os recursos locais como os refúgios, as casas-abrigo, albergarias ou casas de turismo de habitação (TER) como uma experiência complementar do património, os produtos locais e outras experiências e vivências diferenciadas.

Os percursos podem ser recreativos ou de lazer, com mais ou menos carácter exploratório e de aventura. Os percursos interpretativos ou culturais, o contacto e a presença privilegiada do meio. A geologia e a geomorfologia, a fauna e a flora, as hortas, os jardins, a história e a arqueologia ou a arquitectura e o artesanato, a gastronomia, enfim, o património material e imaterial, o património humano, os "autoctones" duma determinada região.

O pedestrianismo pratica-se geralmente em caminhos tradicionais e antigos, tais como os caminhos medievais de peregrinação, como o «caminho de Santiago» ou as estradas militares romanas, como a «via romana (Via Nova) entre Bracara e Asturica», contribuindo para a sua preservação (Costa, 2003).

A maior parte dos trilhos foram abertos por gente do campo, conhecedora da região e das particularidades do terreno. Os caminhos são diversificados, desde ravinas, matagais, florestas, campos. Permitem, muitas vezes, poupar tempo e esforços, são ecológicos e culturais. Os percursos, no continente Americano são designados de *trekkings* e resultam da organização de *tours*, viagens organizadas, por agências de Viagens, operadores turísticos ou estruturas de animação turística.

Actualmente podemos usufruir de um *trekk* nos Himalaias ou nos Andes. Percursos programados, de vários dias com o objectivo de atingir o campo base do Everest ou fazer o Circuito dos Anapurnas, o caminho Inca a Machu Picchu no Perú. Em África são por vezes designados safaris e

incluem, por exemplo, a ascensão do Kilimanjaro (5895 m), um percurso de cinco dias até ao topo do continente africano. Nos Himalaias, um considerável número de elevações são consideradas *trekking peaks*.

2.1. Dialéctica do Pedestrianismo

Fazendo uma breve resenha histórica, a prática de «*andar a pé*» apresenta uma evolução gradual nos tempos. Durante muito tempo secundarizado, o turismo de passeio pedestre constitui um desafio de desenvolvimento local. O pedestrianismo é uma das modalidades dos denominados desportos de Natureza, que são “todos aqueles cuja prática aproxima o homem da natureza de uma forma saudável e sejam enquadráveis na gestão das áreas protegidas e numa política de desenvolvimento sustentável” (Fraga, 2005).

Actualmente, trata-se de uma actividade muito divulgada entre a população dos países europeus, o passeio pedestre tendo evoluído, passa da categoria de um lazer informal para uma verdadeira acção turística, potencialmente geradora de benefícios económicos a nível local, numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

Na actualidade, o pedestrianismo e os percursos pedestres promovem a conservação do património viário e a preservação do património cultural das regiões envolvidas, constituindo motores de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a conservação da natureza e representando veículos privilegiados de ligação e de intercâmbio cultural entre os povos.

O pedestrianismo surge na Europa e conta com cerca de dois séculos de prática e tradição. A balizagem de percursos pedestres regista um século de implementação e constitui um inegável património cultural. O passeio pedestre teve a sua génese como actividade de grupo de pessoas que habitavam na cidade e que, organizados em clubes e associações, aproveitavam os trilhos como um terreno de jogo sem limites. A única regra básica era o prazer de andar, de percorrer caminhos comprometidos pela evolução da agricultura e a economia rural.

O movimento cultural do Iluminismo na Europa teve um papel importante na origem do pedestrianismo. Jean-Jacques Rousseau (séc. XVIII) ao escrever *Les Reveries d'un Promeneur Solitaire*, uma obra autobiográfica na qual celebra a harmonia da natureza e a magnificência das montanhas — «A marcha tem qualquer coisa que anima e aviva os meus pensamentos...», fontes de contemplação e de felicidade, influencia o lançamento da moda de andar a pé (*la marche*).

A organização de passeios, sobretudo pelas famílias, também se verifica em Inglaterra, no século XVIII. A etimologia da palavra pedestrianismo deriva do inglês «*Pedestrianism*»: *pedestr* antepositivo do lat. *pedester*, *pedestre* ou *pedestris*, que vai a pé pedestre, que está em pé (...) ocorre no voc. Pedestre (em curso na língua desde o séc. XVI e em cultismos do séc. XIX em diante: pedestrianismo, pedestrianista e pedestriano¹⁶).

No século XIX, a prática de andar a pé em passeios organizados estende-se e passa a ser muito apreciada na Alemanha, na Áustria, na Polónia e nos países escandinavos. Segundo Henry David Thoreau (1817-1862), um dos grandes vultos da literatura e cultura americanas e uma das figuras inspiradoras do movimento naturalista, deixa-nos o seu testemunho no seu livro “Andar a Pé”:

«Acho que não posso conservar a saúde e o espírito sem passar no mínimo quatro horas por dia - e o comum é passar mais do que isso - sauntering pelas matas, colinas e campos absolutamente isento de todas as obrigações mundanas.

Quando às vezes me recordo de que os mecânicos e os caixeiros permanecem em seus postos não apenas toda a manhã, mas toda a tarde também, muitos dos quais de pernas cruzadas - como se as pernas tivessem sido feitas para sobre elas nos sentarmos e não para sobre elas, ficarmos de pé e caminharmos - julgo-os merecedores de louvor por não terem todos, de há muito, praticado o suicídio».

O pedestrianismo começa a ser praticado em Portugal, no final do séc. XIX, entre amigos e no começo do séc. XX, no seio de clubes no âmbito do Escutismo e do Campismo. O primeiro núcleo escutista português data de 1911, fundado no território de Macau pelo Comandante

¹⁶Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (Tomo XIV), p. 6188.

Álvaro de Melo Machado (1883-1870). Dirigente da Sociedade de Geografia de Lisboa foi o responsável pela introdução do movimento «*boy-scout*» de Baden Powell em Portugal. O Escutismo acaba por se juntar ao movimento do Campismo, duas modalidades ao ar livre, «na reacção natural do homem actual, pela qual o cidadão vive temporariamente em contacto com a natureza, imprimindo ao movimento um carácter educativo sobre todos os aspectos: intelectual, físico, moral, estético ou social». Em 1923, a Igreja constitui o seu Corpo Nacional de Escutas, e mais tarde, em 1936, o Estado Novo integra-se no movimento através da Mocidade Portuguesa.

A partir dos anos 30, o campismo emancipa-se deixando as suas origens escutistas e juvenis, criando uma corrente própria — «pernas rijas, botas cardadas, estrada fora», assente na modalidade desportiva ao ar livre, permitindo o contacto do homem com a natureza. A dimensão desportiva associada ao lazer já se encontrava consagrada desde 1942, quando ficou sob a tutela do Ministério da Educação Nacional, através da sua Direcção de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar, departamento existente até 1966, transitando para o Comissariado do Turismo, no Secretariado Nacional de Informação (SNI).

O campismo desses tempos, pedestrianista era organizado individualmente ou em grupos restritos com uma filosofia de evasão e aventura, com uma carga nostálgica dos cidadãos pela natureza, divergente do estatuto de alternativa económica de lazer/férias dos nossos dias.

Em 1941, surge o primeiro núcleo associativo da modalidade em Portugal — o Clube Nacional de Campismo, com a Exposição Portuguesa de Campismo e o lançamento do primeiro Guia Campista de Portugal, editado em 1943.

Em 1945 é aprovada a constituição de uma Federação de Campismo. No final da década de 40, a organização campista portuguesa federava já 2287 praticantes desta modalidade.

A Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal - UPD, criada em 6 de Janeiro de 1945, abreviadamente designada por FCMP, entidade de utilidade pública, atribuída em 15 de Junho de 1978, constitui-se sob a

forma de associação sem fins lucrativos, dotada do estatuto de utilidade pública desportiva outorgado em 6 de Março de 1996, engloba clubes, praticantes, técnicos, árbitros e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento do campismo e montanhismo, incluindo as suas várias disciplinas.

A FCMP é uma Federação unidesportiva de modalidades individuais competindo-lhe promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática do campismo e montanhismo, incluindo as suas várias disciplinas, de que se destacam o auto caravanismo, a escalada nas várias vertentes incluindo a competição, o canyoning, o pedestrianismo e outras modalidades de ar livre. Representa o campismo e montanhismo, bem como o conjunto de modalidades afins ou associadas junto das organizações desportivas nacionais e internacionais nas quais se encontra filiada, de que se destacam o Comité Olímpico de Portugal (COP), a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), a *Federation Internationale de Camping et Caravanning* (FICC), a *Union Internationale des Associations D'Alpinisme* (UIAA), a *European Ramblers Association* (ERA), a *International Federation of Sport Climbing* (IFSC) e a *International Ski Mountaineering Federation* (ISMF); assegura a participação competitiva das selecções nacionais; representa perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados; promove actividades de animação cultural, recreativa e desportiva, especialmente os jogos tradicionais; e contribui para o desenvolvimento turístico nacional projectando internacionalmente a imagem de Portugal. Um percurso pedestre marcado no terreno poderá equiparar-se a uma instalação desportiva e, isso implica a responsabilidade de quem o marca, nomeadamente, a responsabilidade civil. Visando a aplicação dos princípios gerais de marcação de percursos pedestres adoptados na Declaração de Bachine, aprovada pela Assembleia Geral da ERA – *European Ramblers Association*, realizada em Brilon, Alemanha, no dia 09 de Outubro de 2004, compete à Federação Portuguesa de Campismo e Montanhismo de Portugal a implementação, de percursos pedestres e a sua homologação, conforme regulamento. Decorre da Lei de Bases do Desporto, do Regime Jurídico das Federações Desportivas e do Estatuto de Utilidade Pública Desportiva, a competência da Federação de

Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), para o exercício de poderes regulamentares, no âmbito das modalidades entre as quais o pedestrianismo. (FCMP, 2006).

A nível internacional, no princípio da década de 50 do século XX, em França, começa a implantação e sinalização de percursos de Grande Rota (GR), resultado do grande interesse pela prática do pedestrianismo. O Club Vosgien iniciou a marcação dos percursos no final do séc. XIX, o *Touring Club de France* e o *Club Alpin Français* continuaram o projecto de marcação de uma vasta rede de itinerários. Na actualidade, a *Fédération Française de la Randonnée Pédestre* regista nos nossos dias 200.000 km de percursos pedestres de grande rota marcados. Este modelo serviu como referência a Portugal que inicia a implantação dos primeiros percursos na década de 80 do século passado (Rodrigues, 2004). Em Espanha o pedestrianismo começa em 1973, detendo actualmente um enorme potencial de praticantes e cerca de 60.000 percursos pedestres marcados. Na actualidade, a Alemanha reúne um número de pedestrianistas federados de 650.000 inscritos (Gonçalves, 2003). Os números expressam o fenómeno na Europa que se estende aos Estados Unidos da América, ao Canadá, a África do Sul e a Nova Zelândia.

Em 1969, constitui-se na Alemanha a Federação Internacional de Trilhos Pedestres (ERA) que visa unir as associações e federações nacionais, para que façam intercâmbios e projectos comuns. A ERA desenvolve as seguintes actividades: a criação e manutenção de trilhos de âmbito continental (Rota E), símbolo de unidade entre as nações europeias; divulgação dos trilhos e do património, principalmente das rotas Europeias; a acessibilidade dos trilhos atendendo às regras de cada país; conseguir apoios nos diferentes níveis da sociedade tendo em vista uniformizar as regras que definem a utilização dos caminhos.

As empresas de animação turística surgem como os operadores mais vocacionados para a dinamização do pedestrianismo, complementada pela actuação dos operadores turísticos. O Decreto-Lei n.º 108/2009 regulamenta o acesso e o exercício da actividade das empresas de animação turística — «...consideradas actividades próprias das empresas de animação turística, a organização e a venda de actividades recreativas,

desportivas ou culturais, em meio natural ou em instalações fixas destinadas ao efeito, de carácter lúdico e com interesse turístico para a região em que se desenvolvam», sendo criado o Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT).

2.2. A Criação de um Percorso Pedestre

O Pedestrianismo define-se pela actividade de percorrer distâncias a pé, de forma a desfrutar de tudo o que o rodeia a um ritmo tranquilo.

A prática pedestrianista não assenta na competição como objectivo principal, mas a fruição do meio que envolve a paisagem, a cultura, a história, o património natural. O pedestrianismo não se resume a uma mera actividade desportiva já que os trilhos não são um fim, mas um meio de aproximar as pessoas, os visitantes das paisagens, da história e da cultura e sobretudo das pessoas das zonas rurais, sendo para alguns autores considerada uma actividade que se situa entre “o desporto e o turismo” (Fraga, 2005). Enquadra-se, assim, entre o desporto e o turismo. Idealmente, pratica-se em caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites e devidamente homologados.

O Pedestrianismo ao fazer deslocar as pessoas para as zonas rurais pode constituir um modelo de promover o desenvolvimento sócio-económico, contribuindo para evitar a sua desertificação humana e rentabilizar a oferta da hotelaria, o alojamento rural, o turismo de habitação, a restauração, a gastronomia local, o património material e imaterial e as estruturas museológicas. Para o pedestrianista o percurso constitui uma experiência de conhecimento do ambiente, através da observação da beleza das paisagens, da diversidade da flora e da fauna e das formações geológicas, a identidade cultural, promovendo a consciencialização e a preservação ambiental.

Em termos gerais, para além do interesse cultural, património local e turístico dos percursos, a escolha do itinerário deve evitar estradas asfaltadas ou vias utilizadas por veículos motorizados. No entanto, tratando-se de vias tradicionais como o presente projecto de «descoberta

do Castro de Santo Estêvão da Facha no Caminho de Santiago», em que a evolução dos tempos, não respeita, em muitos casos, a importância de caminhos velhos e itinerários culturais, a passagem por localidades, deve ser incentivada permitindo o contacto com as pessoas e com património construído, mas também, contribuindo para a dinamização do comércio local (compra de produtos locais, artesanato, etc.) e as estruturas pré-existentes ou criadas para sustentar os percursos.

Antes de iniciar um projecto de turismo de passeio pedestre, um conjunto de questões estratégicas estão implicadas na criação de um itinerário, uma verdadeira infra-estrutura que obedece a determinadas regras de implementação, o potencial turístico da região, a comunidade, os agentes locais, as parcerias públicas e privadas.

As razões que se prendem com um projecto de criação de turismo de passeio pedestre prendem-se com a criação de uma nova actividade numa área pouco valorizada economicamente, complementar as actividades económicas tradicionais (pesca e a agricultura) e dinamizar o turismo local, diversificando a oferta turística no quadro do Turismo Cultural.

O visitante ou turista de passeio “consome” a imagem de uma região, as suas paisagens, a identidade cultural, os itinerários adaptados e interpretados, os serviços e o acolhimento — antes, durante e depois do seu passeio.

2.2.1. As Características Base

Os percursos pedestres podem ser classificados tendo em conta a sua função, a sua forma, o seu grau de dificuldade, os recursos usados na interpretação ambiental e a sua extensão.

Distinguem-se vários tipos de circuitos:

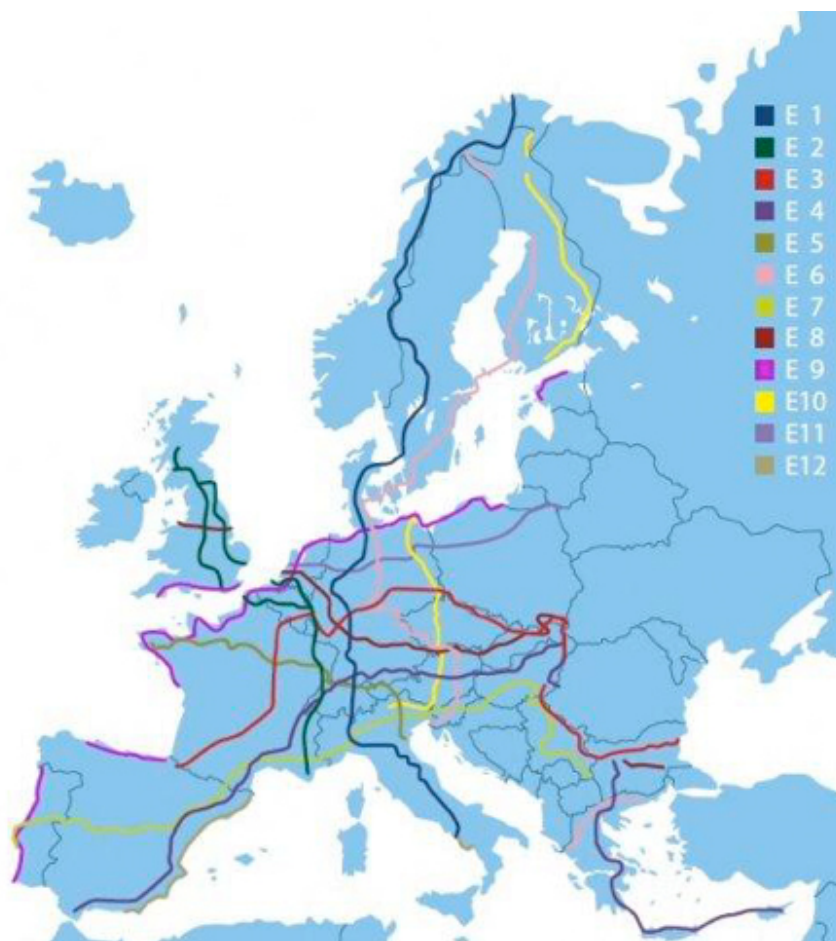
- os itinerários em vários dias, a travessia de um maciço ou de uma região. Permite a descoberta de uma região, devendo atender à questão do regresso ao ponto de partida;
- os itinerários em vários dias, em círculos/sistema fechado;
- os itinerários de um dia, de maior ou menor distância.

O modelo ideal enquadra-se na concepção de uma rede articulada com vários itinerários, com o objectivo de possibilitar um conjunto de experiências únicas e diferentes possibilidades aos praticantes.

Em Portugal um percurso pedestre homologado integra uma instalação identificada pelas marcas registadas GR® (Grande Rota) e PR® (Pequena Rota), propriedade da FCMF. Constituem percursos pedestres balizados no terreno através de marcas registadas, específicas para o efeito; geralmente, em ambientes naturais ou ao longo de caminhos tradicionais. O Registo Nacional de Percursos Pedestres constitui a entidade reguladora, numerando e homologando os percursos, bem como a sua divulgação nacional e internacional. As normas para marcação dos percursos estão divulgadas na publicação “Percursos Pedestres – Normas para a implementação e marcação”, edição do Centro de Estudos e Formação Desportiva, ISBN 972-8460-23-6, DEPÓSITO LEGAL 163342/01. São regras de marcação (cores, letras e tamanhos, tipo e género de sinalética), de segurança (orientação, trilhos transitáveis), duração: PR – Pequena Rota; GR – Grande Rota e quando são transeuropeus: iniciando ou terminando em Portugal decorrendo por mais de três países a numeração é complementada com a letra E (Europa). Existe a obrigatoriedade de manutenção dos percursos, durante 5 anos, findo este prazo os percursos são novamente vistoriados pela FPCM (FPCM, 2006).

Os percursos pedestres de GR são percursos com extensão superior a 30 km e requerem mais de um dia de jornada, ou seja, o pedestrianista deverá pernoitar durante a sua marcha. Constituem verdadeiros percursos de ligação entre regiões, povoações, cidades, interligando milhares de quilómetros, que decorrem usualmente, por caminhos tradicionais e históricos, e por vezes, traduzindo-se como a "espinha dorsal" de redes de percursos de Pequena Rota. Os percursos pedestres de PR, possuem trajectos mais curtos, de uma só jornada igual ou superior a 30 km de extensão e destinam-se ao conhecimento específico de uma zona seleccionada. Os PL atingem 10 km de extensão sobretudo através de um vale, desde uma povoação a um local de interesse especial. Os Percursos Urbanos são percursos pedestres implantados em meio urbano como o

exemplo da Grande Rota Transeuropeia que atravessa vários países europeus (figura 1).



Fonte: FCMP

Fig.1 - Grandes Rotas Trans-Europeias (GR®)

De acordo com a ERA, Portugal está ligado a um percurso Trans-Europeu — E7, GR12 — Espanha — França — Itália — Eslovénia — Hungria, com uma distância total de 4330 Km. Portugal integra outras Rotas sinalizadas e em projecto (figura 2) com o objectivo traçado pela ligação a grandes percursos Europeus, de destacar: GR11 E9 — Caminho do Atlântico; GR11.2 — Caminho de Santiago (Rota Cultural da Europa) e GR14 — Rota dos Vinhos da Europa (Gonçalves, 2003).



Fonte: FCMP

Fig. 2 - Grandes Rotas (GR®) em Portugal

A Federação Francesa de Pedestrianismo constitui a referência internacional para a classificação dos graus de dificuldade dos percursos em 4 fases: Muito Fácil, Fácil, Médio e Difícil (FFRP, 2003). Muito fácil traduz o grau de dificuldade de um percurso pedestre efectuado em menos

de duas horas de caminhada, num trilho bem balizado; fácil representa o grau de dificuldade duma caminhada com menos de três horas de duração sobre caminhos com algumas passagens menos fáceis; médio identifica o grau de dificuldade duma caminhada com menos de 4 horas de duração, destinado a pessoas habituadas a caminhar, com alguns desníveis. Por último, difícil constitui o grau de dificuldade duma caminhada com mais de quatro horas de marcha, um itinerário longo e/ou difícil (desnivelado e com passagens delicadas). O grau de dificuldade de um percurso varia de pessoa para pessoa, dependendo da sua condição física. Contudo, alguns factores — a extensão, o tipo de terreno, o desnível e a climatologia, devem ser considerados ao estabelecer o grau de dificuldade de um percurso (Jumping, 1997). Para Beck, citado por Cotes (2004), “não existem caminhadas difíceis...devagar e sempre”. Por último, Acidentado representa o percurso com declives por vezes acentuados.

Os serviços aos caminhantes constituem outra componente da oferta de passeios pedestres. Tratando-se de uma actividade turística, os serviços de base são, classicamente, o alojamento, a restauração e os transportes. Outros serviços podem ser criados: o acompanhamento e as visitas guiadas temáticas. Os percursos podem ser guiados ou auto-guiados (Salvati, 2006). No primeiro caso, o guia constitui um papel muito importante na interpretação e o garante do sucesso do trilho, dependendo da sua condição física e técnica, dos conhecimentos sobre a região visitada (geografia, geologia, arqueologia, história, cultura local) e da estratégia de abordagem utilizada, que deve ser adaptada a cada grupo. No segundo caso, tal como o nome indica, a direcção a seguir, os elementos a serem realçados (construções, árvores, etc.) deverão ser apresentados aos visitantes através de recursos visuais e gráficos dispostos ao longo do percurso.

Quanto à marcação dos percursos, não existe uma marcação universal, contudo tem havido algum esforço no sentido de tentar uniformizar, de que são exemplo os princípios gerais de marcação de percursos pedestres adoptados, a 9 de Outubro de 2004, na Declaração de Bachyne aprovada na Assembleia Geral da Federação Europeia de Pedestrianismo (*European Ramblers Association, ERA*).

O Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres da FCMP (2006) integra um conjunto de regras consideradas na marcação dos percursos pedestres no quadro das seguintes marcas: caminho certo, caminho errado e mudança de direcção: à esquerda e à direita (figura 3).



Fonte: FCMP

Fig. 3 - Marcas de sinalização dos Percursos Pedestres

A marca “Caminho Certo” deve ser colocada no início e ao longo de um percurso, a uma distância inferior a 50 m dos painéis informativos, a menos de 50 m e para confirmar o caminho certo, logo após as mudanças de direcção. A marca mudança de direcção deve ser colocada imediatamente antes de um cruzamento para indicar mudança de direcção, a menos de 30 m dos cruzamentos e bifurcações.

A marca “Caminho Errado” deve ser colocada à entrada de caminhos que se pretendem evitar, a menos de 30 m. Em qualquer percurso, o número de marcas e a sua distância é variável, dependendo das características de cada percurso (número de cruzamentos, extensão, etc.),

a morfologia do terreno e as condições climatéricas da região seleccionada, mas a distância entre as marcas não deve ultrapassar os 250 m.

As marcas deverão ser colocadas em suportes devidamente escolhidos, de preferência em locais com boa visibilidade e leitura nos dois sentidos. Podem ser usados como suporte, rochas ou velhos troncos de árvore e devem ser usadas “tintas plásticas de exterior de qualidade - tinta de água ou outras soluções que não sejam agressivas para o ambiente” (FPC, 2001). A marcação em edificações exige autorização dos proprietários e deve ser ponderada, não permitindo a marcação em monumentos, alminhas, fontanários e outras construções de interesse histórico e/ou arquitectónico (FCMP, 2006). Em alguns casos, recorre-se a postos para colocação das marcas que deverão estar suficientemente enterrados, com cerca de 80 cm fora do solo (FPC, 2001).

Os painéis informativos devem ser colocados no início e no final de cada percurso, podendo também ser colocados em pontos intermédios, servindo para fornecer um conjunto de informações úteis sobre o mesmo, como o seu esquema, a duração aproximada, os obstáculos, o grau de dificuldade, o grau de perigosidade, informações gerais sobre os locais onde passa, telefones úteis, etc. (FPC, 2001; FCMP, 2006; DLR nº16/2004/A).

As placas indicativas de sentido do percurso devem ser colocadas nos cruzamentos de um percurso ou num ponto que se considere importante, servindo para indicar o sentido do percurso e a distância entre as placas e um ou mais locais. As placas informativas ou indicativas de local ou ponto de interesse (miradouro, centro de interpretação, local de acampamento, etc.) devem ser colocadas junto dos locais ou curiosidades (FPC, 2001; FCMP, 2006). Para além da sinalética já referida, poderá ser usada sinalética complementar, sobretudo em percursos temáticos ou de interpretação ambiental.

No contexto da promoção para a saúde, a abordagem dos percursos pedestres terá como principal objectivo a caracterização do comportamento da carga biomecânica no joelho e no pé. Especificamente, procura caracterizar-se o nível de dificuldade associado a cada troço dos referidos

percursos, em função dos valores de *FcorTF*, força de corte entre a tíbia e o fémur, de *FcomRF*, força de compressão da rótula sobre o fémur, (Gabriel, 2005) e de *MaxP*, valores máximos de pressão, (Gabriel, 2008), estabelecendo uma classificação do nível de dificuldade, associado aos diferentes troços, com base nos critérios contemplados no *International Trail Marking System* (IMBA, 2004).

Foi ainda estabelecido como objectivo complementar, a predição do dispêndio energético inerente a cada um dos percursos considerados. Para determinar este custo metabólico foram utilizadas as equações do *American College of Sports Medicine* (ACSM, 1991).

Na elaboração dos roteiros de percursos pedestres, para a indicação do tempo de duração dos percursos, considera-se que, em média, uma pessoa, em terreno plano, desloca-se a uma velocidade de 3,5 km/h e, em terreno com desníveis acentuados, consideram que a mesma é de 3 km/h. De qualquer modo, o mais seguro é fazer a determinação do tempo, fazendo os percursos com pessoas com condições físicas diferentes e apresentar sempre o valor médio.

Os percursos pedestres têm como objectivo “suprir as necessidades recreativas de maneira a manter o ambiente estável e permitir ao visitante a devida segurança e conforto” (Andrade, 2006), considerando o cuidado na sua implantação. A primeira condição relaciona-se com o conhecimento da área e das suas características (naturais, históricas e culturais), os recursos locais que possam ajudar na sua qualificação.

2.2.2. O Pré-projecto

O primeiro passo para a implantação do percurso pedestre «*à descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha — Um Percurso Pedestre no Caminho Português de Santiago*», traduz-se na elaboração de um ante-projecto com a indicação das razões que justificam a criação do percurso, a sua descrição, ainda que sumária e a implantação do seu itinerário num mapa.

A segunda fase integra o reconhecimento do percurso no terreno, escolhendo de preferência caminhos públicos, evitando ao máximo

estradas asfaltadas. Sempre que ao longo do percurso se considere digno de interesse, como miradouro, monumento, etc., deverá ser feito um desvio. Nesta fase, realiza-se a descrição e interpretação da geografia, da paisagem natural, de história, de arqueologia, de etnografia, do alojamento. Com a informação recolhida e com a já existente do ante-projecto elabora-se o percurso. Por último, deverá proceder-se à sua sinalização e esta deverá estar de maneira a que qualquer pessoa sem o mínimo conhecimento de cartografia e de orientação possa fazer o percurso sem qualquer dificuldade.

De acordo com Schelhas, citado por Andrade (2006), um percurso pedestre é responsável, principalmente, por impactes na sua superfície, sendo afectada a área compreendida a partir de um metro para cada lado do mesmo. A utilização dos percursos pedestres poderá afectar o solo, a água, a vegetação, a fauna, as formações geológicas e ser responsável pela deposição de resíduos ou por fogos florestais. No caso dos percursos serem percorridos por pessoas sem “consciência ecológica”, vai provocar a deposição de resíduos ao longo dos caminhos. Para além de todas as medidas que deverão ser tomadas aquando dos trabalhos de planeamento e de implantação dos percursos, um princípio deverá ser tido em consideração: “os sítios de visita não devem ser adaptados aos visitantes, estes é que deverão ser preparados para a visita” (Salvati, 2006). Ainda de acordo com Salvati (2006), a educação ambiental desempenha um papel de grande importância para minimizar os impactes causados pelo uso dos percursos. De acordo com o presidente da Câmara de Ponte de Lima, os percursos pedestres “devem ser ponderados de acordo com a manutenção das áreas e a comunidade local”.

Nas áreas protegidas, em geral, e no caso específico dos percursos, o objectivo é “o estabelecimento de um índice ideal de uso, para que as mudanças no ambiente não atinjam um nível indesejado sob o ponto de vista da conservação dos recursos” (Magro, 1999). O conceito de capacidade de carga que deve ser atendido no quadro do turismo, constitui uma das ferramentas usada para minimizar os impactes do uso público dos recursos naturais definido por Wagar como sendo “o nível de

uso que uma área pode suportar sem afectar a sua qualidade” (Magro, 1999).

A interpretação ambiental que está subjacente às temáticas culturais está cimentada numa metodologia de educação ambiental que pode ser entendida como uma forma de comunicação que procura levar cada um a fazer a sua própria tradução do ambiente. A especificidade reside no estimular da interpretação do território através da conjugação de diferentes olhares. Os passeios temáticos são exercícios de procura de sentidos orientados para "sítios especiais" e reencontro com saberes e memórias. Através de caminhos de terra, cursos de ribeiras, acompanhados pelos que vivem ou estudam o território, à procura dos vestígios menos visíveis ou conhecidos do património cultural e natural. Colaboram no projecto, orientando as caminhadas pelos campos, zoólogos, botânicos, arqueólogos, historiadores, geólogos, contadores de contos, pastores, artesãos, ferreiros, antigos mineiros e ervanários. Articulado saber popular e saber científico, ouvindo lendas e histórias locais, questionando e evocando memórias e vivências, descodificando vestígios à luz da arqueologia, etnografia, biologia, geologia, procura-se vivificar e valorizar o gosto pela descoberta da paisagem e a aproximação entre dois mundos, o rural e o urbano.

Desde as plantas medicinais e aromáticas, a fauna e a flora, a astronomia, o povoamento celta e medieval, as caminhadas ao luar, os contos populares e a tradição oral, a cozinha rural, uma forma diferente de experienciar, conhecer e valorizar as paisagens e o património, potenciando novas valências aos territórios rurais e seus habitantes, numa fórmula rentável e no respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável.

O guia que acompanha o visitante no passeio pedestre, preferencialmente local, para além de possuir todas as capacidades físicas e técnicas para efectuar percursos pedestres, deverá possuir conhecimentos pedagógicos de modo a conseguir com facilidade passar os seus conhecimentos técnicos e a sua experiência aos visitantes. Segundo Salvati (2006) o guia deve:

1. Conhecer a área (geografia, história, arqueologia, cultura);

2. Conhecer o visitante e adaptar-se ao seu perfil;
3. Ser animado, criativo e gentil;
4. Ser seguro;
5. Tratar todos com igualdade;
6. Manter boas relações.

O guia de um percurso pedestre deve observar um conjunto de cuidados de modo a proporcionar um passeio em segurança. A primeira preocupação deverá assegurar as motivações, as capacidades físicas semelhantes e uma experiência base que permita vencer todos os esforços exigidos.

De acordo com a Federação Francesa da Montanha e da Escalada, o número de participantes deverá ser mais reduzido para caminhadas de maior grau de dificuldade, para percursos de menor altitude pode atingir 15 ou 18 pessoas. Durante a marcha, em terreno fácil, o guia regula a velocidade da marcha, com atenção ao grupo. No plano psicológico o guia deverá estimular a solidariedade, e motivar o grupo para os problemas técnicos, questões ambientais e culturais.

A realização de passeios pedestres pressupõe um conjunto de critérios de Ética e Condutas no sentido de evitar acidentes e causando o menor impacte possível:

- 1 - Seguir somente pelos trilhos sinalizados;
- 2 - Ter cuidado com os animais locais;
- 3 - Evitar barulhos e atitudes que perturbem a paz do local;
- 4 - Observar a fauna à distância, preferencialmente com binóculos
- 5 - Não danificar a flora;
- 6 - Não abandonar o lixo, colocar no serviço de recolha;
- 7 - Fechar cancelas e portelos;
- 8 - Respeitar a propriedade privada;
- 9 - Ter cuidado com o lume;
- 10 - Não colher amostras de plantas ou rochas;
- 11 - Ser afável com os habitantes locais e informar.

2.2.3. Processo de Legalização de um Percurso Pedestre

A – Elaboração do Projecto:

1. Promotor da obra/Entidades promotora/Executora da obra
2. Memória descritiva (justificação da implantação do percurso)
3. Características técnicas (limpeza, sinalização e apoio técnico)
4. Caracterização (descrição do percurso, ficha técnica e perfil)
5. Cartografia (Implantação a 1:25000)
6. Mapa de medições e orçamentação
7. Anexos
 - Declarações de autorização de equipamento e passagem
 - Contrato de cedência de passagem
 - Termo de responsabilidade do técnico
 - Pareceres do proprietário/gestão do território

B – Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Portaria n.º 1140/2006)

C – Câmara Municipal/Divisão de OrdTerritório e Urbanismo (Decreto-Lei 317/97)

D – Marcação no terreno (Decreto Legislativo Regional n.7-B/2000/M)

Neste enquadramento teórico e conceptual, desenvolve-se o projecto de Turismo Cultural — *o percurso pedestre à descoberta do Castro de Santo Estêvão da Facha no Caminho Português de Santiago*, cimentado no levantamento e as escavações arqueológicas desenvolvidas por F. Almeida; S. Baptista (1980) e B. Almeida (1990); integrando e articulando o alojamento em Turismo de Habitação, o registo do património cultural (material e imaterial), a gastronomia e o Vinho Verde, o habitat rural e natural, o saber fazer e o fazer saber do mundo rural, numa dinâmica sócio-económica, cultural e recreativa.

Um turismo cultural e criativo, proporcionando uma experiência diferenciada, traduzindo um conjunto de ‘vivências e emoções’, a continuação da tradição, não só em termos de segurança das pessoas e

bens, mas também, no reforço das características culturais de acolhimento: a simpatia, a afabilidade, a disponibilidade e a sociabilidade das gentes do Lima.

Tendo presente esta realidade, apresentamos um produto turístico específico e cultural. A criação de um percurso pedestre cultural traduzido na interpretação do património arquitectónico e cultural, congregando esforços e a articulação com várias entidades públicas e privadas. O alojamento é protagonizado pela Associação do Turismo de Habitação (TURIHAB), o Castro de Sto. Estêvão da Facha, o Caminho de Santiago e o Museu dos Terceiros, pela Câmara Municipal de Ponte de Lima e a Associação dos Amigos do Caminho de Santiago, e entre outras entidades que se integram no quadro da preservação do património monumental e cultural.

CAPÍTULO III

Levantamento do Percurso Pedestre

3.1. Enquadramento do Percurso



Fonte: Autor

Fig.4 - Vale da Facha

O presente percurso pedestre abrange as freguesias da Facha ou Santo Estêvão da Facha, Seara, Correlhã, terminando na sede do concelho de Ponte de Lima, região do Minho — Norte de Portugal.

Pelas considerações gerais e características que a seguir apresentamos, desde o programa proposto ao perfil de percurso em questão, podemos concluir que se trata de um itinerário fácil, atingindo cerca de 12 Km e a altitude máxima de 142 metros, de pouca exigência a nível de preparação física.

Atendendo ao objectivo do nosso projecto descobrir o Castro de Santo Estevão da Facha, torna-se importante exaltar as particularidades da paisagem rural, a dicotomia serra/vale, complementada pela presença do

património natural, histórico e artístico que testemunham a nossa caminhada através do Caminho Medieval Português de Santiago de Compostela. (Este percurso pedestre transeuropeu encontra-se em processo de classificação, estando registado na Federação Portuguesa de Campismo com a designação de GR11 – E9 “Caminho de Santiago”).

A freguesia da Facha situa-se dentro de um ângulo, num fundo vale, nas faldas de duas serras que correm, a primeira de norte a sul, com o nome de serra da Nó (577 m), onde se destaca a presença de inúmeros vestígios de povoação antiquíssima. Aqui, como A. Matos Reis noticiou, há «covas de mouros» que são galerias de filões auríferos. Corre a outra serra com o nome de monte do Castelo (484 m), outrora chamado de monte de Aguiar, onde se registam restos de uma antiga fortaleza datável dos séculos XI e XII – o Castelo de S. Miguel da Facha, localizado em direcção de nascente a poente, formando o ângulo que permite destacar-se, na portela de Santo Estêvão, terminando em declive sobre as freguesias de Vitorino das Donas e Geraz do Lima. O vale da Facha é cortado em toda a sua extensão por um riacho que dá pelo nome de rio Tinto, nascendo da portela, divide a freguesia em duas partes, testemunhando a presença de rodas de engenhos e azenhas, e vai morrer no rio Lima, confundindo-se, por alturas da Seara, com a campina limiana, na extremidade ocidental da formosa Veiga da Correlhã.

As qualidades do solo, a abundância de águas e o clima de tipo atlântico com influência mediterrânica, favoreceram a expansão da actividade agrícola, em regime de minifúndio, a pastorícia, e a exploração dos recursos florestais, levando as populações da época romana a fixarem-se, na encosta e vale, e a arrotearem os terrenos que compõem a bacia do pequeno ribeiro.

Também, em termos viários, foi o vale importante no período romano e seguintes. A atestar a presença de uma via romana, secundária, estão a série de tégulas que aparecem de ambos os lados do caminho medieval que ligava Barcelos a actual vila de Ponte de Lima, pela Ponte das Tábuas sobre o rio Neiva. C. A. Brochado de Almeida defende uma «raiz pré-romana».

Atendendo a esta ocupação do vale e meia encosta nesta altura, o mesmo poderemos afirmar, recuando para outros tempos, à Idade do Ferro, período que se estende desde os séculos VIII a VII a. C. até ao início da nossa era, cujas populações estabeleceram uma série de «habitats» ao longo da vertente oriental da serra da Nó, salientando-se no pequeno cabeço da orla norte o monte do Castelo, sítio escolhido para a implantação do castro de Santo Estêvão.



Fonte: Autor

Fig. 5 - Latada tradicional de Vinho Verde

Toda esta região caracteriza um multifacetado espaço geográfico, bafejado pela natureza e moldado pelo homem ao longo dos diferentes tempos, definido por Jaime Cortesão como «a morada rural dispersa por veiga e vale, à beira dos caminhos e do perene veio de água, que lhe rega a horta e o pé de alfádega cheirosa.

A casa típica, de granito e carvalho, aproxima ou funde num só, a modos de presépio, a vivenda humana e o curral do gado».

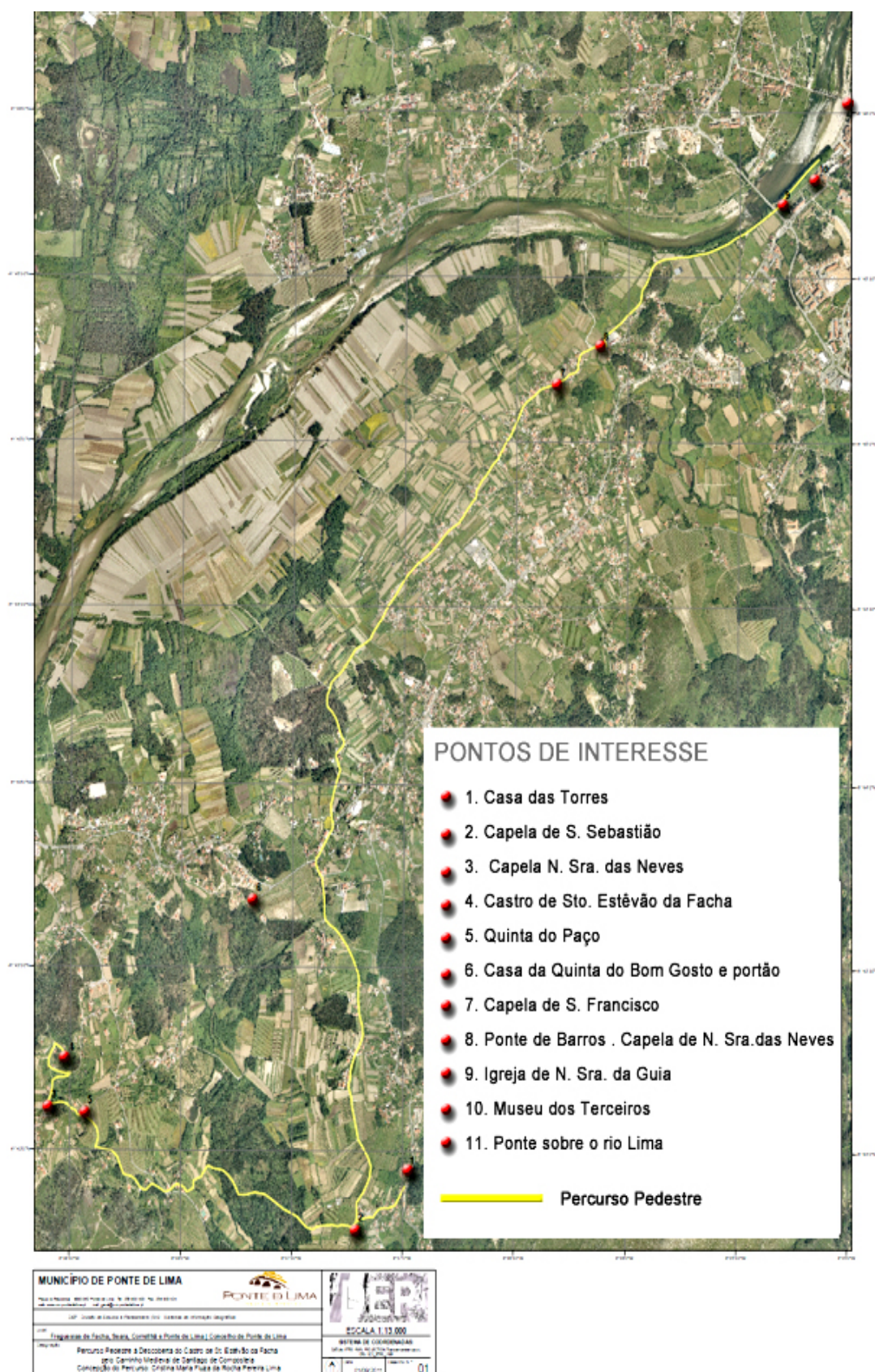


Fig. 6 – Percurso Pedestre à Descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha / CPSC

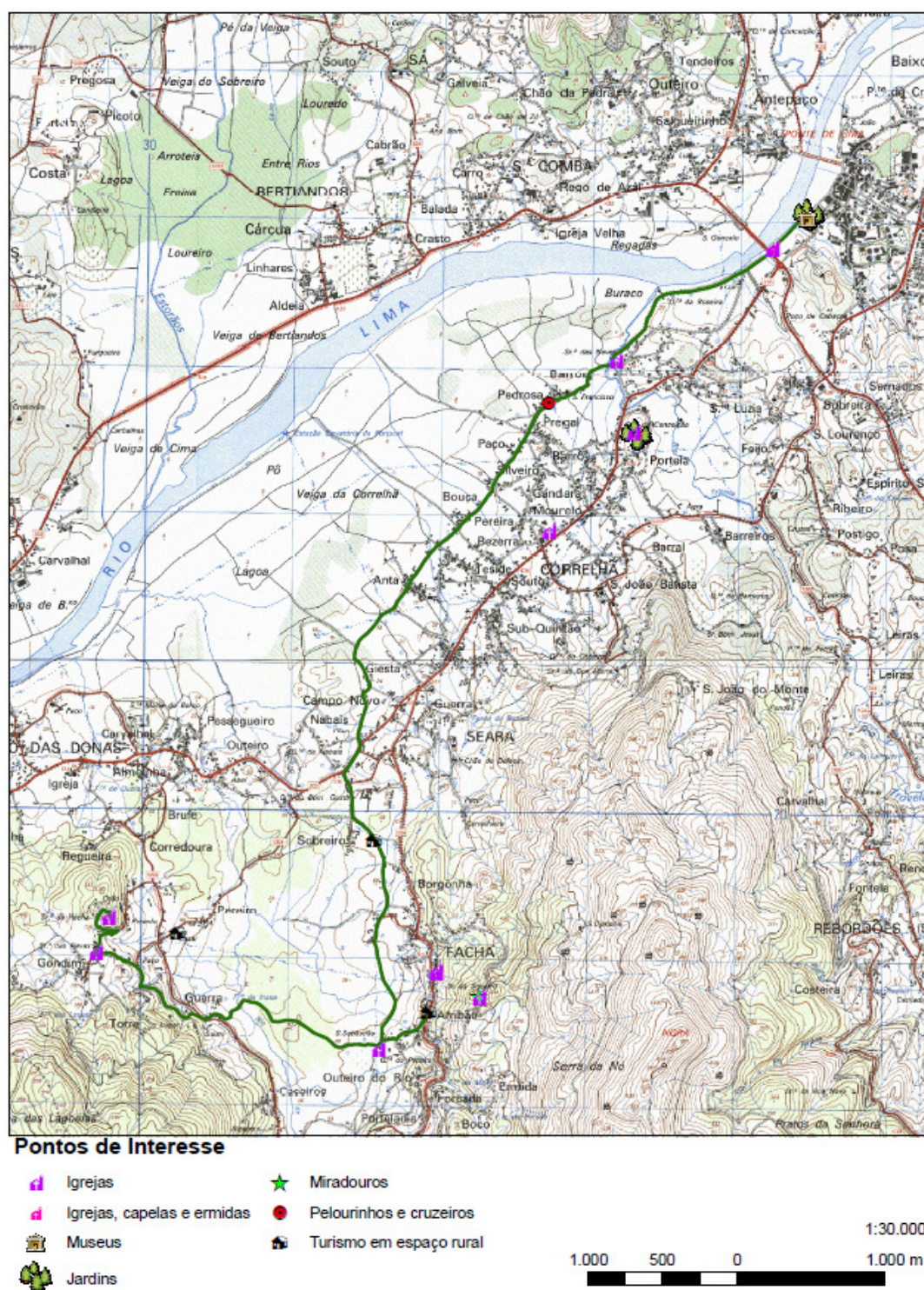


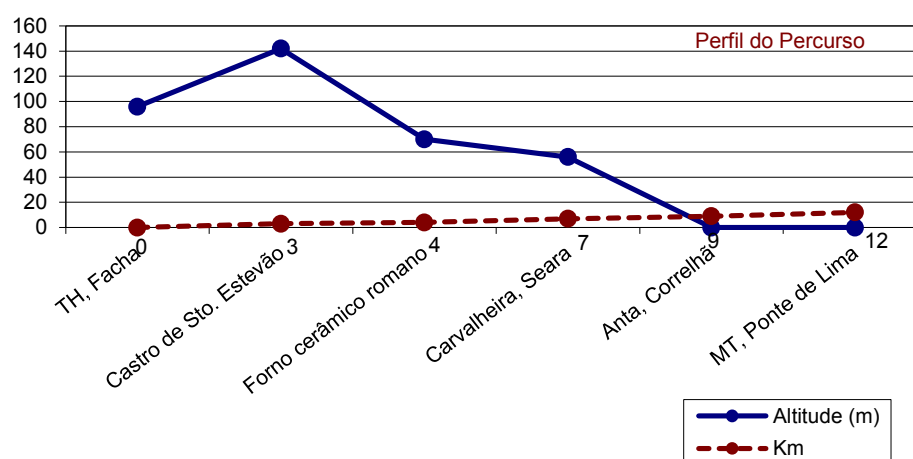
Fig. 7 – Percurso Pedestre à Descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha / CPSC

3.2. Programa de Visita

HORÁRIO		DISTÂNCIA PERCORRIDA (km)	LOCAL
08.00	Partida para o Castro de Sto. Estêvão (desvio CPSC)	0.0	Casa das Torres, Facha
09.30	Chegada ao Castro	3.0	Monte de Sto. Estêvão
10.15	Visita ao Forno cerâmico romano	3.7	Casa do Paço
10.45	Regresso CPSC	5.0	Carvalheira, Seara
13.00	Paragem - Almoço	9.0	Sra. das Neves, Correlhã
14.30	Partida	9.0	Sra. das Neves, Correlhã
15.30	Chegada a Ponte de Lima	12.0	Ponte de Lima
15.32	Visita ao Museu dos Terceiros	12.2	Ponte de Lima

Fig. 8 – Programa de visita do percurso pedestre

3.3. Perfil do Percurso



Local	Altitude (m)	Km
TH, Facha	96	0
Castro de Sto. Estêvão	142	3
Forno cerâmico romano	70	4
Carvalheira, Seara	56	7
Anta, Correlhã	0	9
MT, Ponte de Lima	0	12

Fig. 9 – Gráfico/tabela – Perfil do percurso pedestre

3.4. Considerações Gerais — BOA CAMINHADA!



Fonte: Autor

Fig. 10 – Sinalização JAE

- Antes de partir consulte a documentação escrita.
 - Atenda ao boletim meteorológico antes de partir e prepare equipamento em conformidade.
 - Usar prova de prudência e dar meia volta quando se justificar, no caso do estado do tempo se deteriorar ou surgir nevoeiro;
 - Verifique a hora de partida, confirmando que o percurso se poderá finalizar antes de anoitecer.
-
- Não esquecer o equipamento e a preparação física;
 - Nunca partir sozinho, acompanhe-se de um ou mais companheiros;
 - Em vez de um grande repasto a meio do dia é aconselhável fazer refeições leves e beber para hidratação (articular com os frutos secos e alimentos ricos em glucose);
 - “Não deixe mais que pegadas, não tire mais que fotografias”.

NOTA - Este percurso é recomendado de Março a Outubro a grupos de qualquer idade, que amem a natureza e a descoberta do passado! Pode ser realizado a pé, a cavalo e de bicicleta, de dia ou à noite (ao luar), variando a luz natural e aproveitando os rituais da faina agrícola e o ritmo da natureza das várias estações.

3.5. Análise do Percurso Pedestre

O projecto do Percurso Pedestre Facha → Ponte de Lima, integra a análise de doze locais ou sítios com interesse, ilustrados através de fichas descritivas (*vide* anexo 2).



Fonte: Autor

Fig.11 – Troço do percurso pedestre

1. **TH** Casa das Torres
2. Capela de S. Sebastião — CPSC
3. Capela de Nossa Sra. das Neves
4. Castro de Sto. Estêvão da Facha
5. Quinta do Paço
6. Casa da Quinta do Bom Gosto e portão
7. Capela de S. Francisco
8. Ponte de Barros e Capela da Sra. das Neves
9. Igreja de N. Sra. da Guia
10. Museu dos Terceiros
11. Ponte de Lima

3.5.1. TH Turismo de Habitação — Casa das Torres

Lugar de Arribão • Km 0.0



Fonte: Autor

Fig. 12 – Casa das Torres

A Casa das Torres constitui a nossa proposta de alojamento classificada em Turismo de Habitação, integrada na fórmula de Turismo no Espaço Rural. O Concelho de Ponte de Lima constitui o berço e a maior bolsa de TER do Norte de Portugal.

A Casa das Torres surge repentinamente no desenhado da curva, erguendo-se magnífica, constituindo um belo exemplo de arquitectura nobre do século XVIII do reinado de D. João V, da autoria do arquitecto Nicolau Nasoni. O trabalho barroco da linguagem *rocaille* das janelas abre para a quinta de pomares convidando a caminhar pelo vale da Facha à descoberta de vestígios de povos da Idade do Ferro, ocupantes desta região à chegada dos romanos.

A Casa das Torres localiza-se a 6 km de Ponte de Lima, no Lugar de Arribão — Facha. Integra a imagem de marca *Solares de Portugal*, como membro da TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação, onde poderá efectuar a respectiva reserva de alojamento.

Organizada na classificação de Casa Antiga, possui 3 quartos (1 duplo e 2 *twins*) e 1 apartamento para 4 pessoas e diversos equipamentos (jardim, piscina, sala de jogos, bar, golf a 6 km). Oferece a oportunidade de conhecer o Vinho Verde ‘Loureiro’ da quinta e a gastronomia tradicional. Encontra-se aberta todo ano (excepto Natal).

Esta filosofia de alojamento turístico nasce em 1977, evoluindo ao longo de vinte anos de existência, assumindo a sua maioridade como produto turístico, assumindo o grande desafio da afirmação da imagem nacional e internacional através de uma estratégia concertada protagonizada pela TURIHAB. Principiando uma modalidade, testemunho da vocação para a recuperação das casas portuguesas, conciliando critérios de criação de um alojamento diferente, personalizado e a defesa e salvaguarda de um património cultural e natural. O conceito geral do TER, assenta na preservação do património edificado e cultural, valorizando a arquitectura, na sua manifestação, erudita ou rústica, considerando a vida tradicional do meio rural. Outro elemento, consiste na criação de alojamento em regiões carenciadas de estruturas de alojamento turístico. O que identifica e personaliza este tipo de turismo é a presença da família na casa, transmitindo ao turista uma visão dos costumes e os modos de vida locais. As casas devem integrar-se na arquitectura local e os proprietários devem estar disponíveis e preparados para partilhar com entusiasmo a história local e outras informações complementares sobre a região (gastronomia tradicional, restauração, feiras, artesanato, costumes e

tradições locais, equipamentos de lazer, locais e actividades dignas de interesse).

Numa fase inicial, este tipo de alojamento estende-se aos Municípios de Vila Viçosa, Castelo de Vide, Ponte de Lima e Vouzela. Ponte de Lima, reuniu as melhores condições para a implementação desta filosofia de alojamento turístico. Nesta perspectiva, pensou-se no alargamento a outros campos de acção: as zonas de interior com carência de alojamentos; onde existisse um mínimo de equipamento que possibilitasse uma base de movimentação turística; em regiões com aceitação turística nacional e internacional, na proximidade das vias de penetração das fronteiras e nos percursos nacionais; em zonas símbolo de património turístico-cultural e animação.

Assim, expandiu-se, também, aos concelhos integrados na região envolvente do PNPG - Parque Nacional da Peneda-Gerês (concelhos de Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Terras de Bouro) e, ainda, do Parque Natural da Serra da Estrela (concelhos de Gouveia, Seia, Covilhã e Belmonte). Mais tarde, o programa do Turismo de Habitação estendeu-se às regiões do Vale do Douro e do Vale do Vouga.

As prioridades do Turismo de Habitação estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento do turismo do interior, uma nova realidade turística que simboliza a civilização dos tempos livres, a consciencialização para a vida em contacto com a natureza, afastar-se dos centros urbanos, em direcção à tranquilidade dos centros rurais. Significa, também, a revalorização do passado, o voltar às origens. «Revela-se um fenómeno ecológico, um turismo verde, um turismo cultural, “o verdadeiro culto da natureza”, em que o homem se relaciona novamente consigo e com o seu meio ambiente, a aldeia, o campo, como novo destino turístico. descobrir da nossa história e da nossa cultura num abrir de portas de uma casa antiga, de um solar ou de uma casa de lavoura, a presença da gastronomia regional, das distrações campesinas, a marcha, os passeios a pé, a caça e a pesca, o montanhismo o renascimento dos valores tradicionais» (Calheiros, 2011).

3.5.2. Capela de S. Sebastião — CPSC Caminho Português de Santiago de Compostela

Km 0.8 de km 12.0



Fonte: Autor

Fig. 13 – Capela de S. Sebastião / CPSC

O caminho que propomos percorrer a partir da *Casa das Torres* na descoberta do *Castro de Sto. Estêvão* é o mesmo que acolheu nos últimos seiscentos anos a grande maioria dos Peregrinos que de Portugal se dirigiam em Peregrinação ao Santuário de Santiago de Compostela.

Deve ter substituído na Baixa Idade Média o Velho Caminho Romano, o XIX Itinerário de Antonino que, por Braga e Ponte de Lima, seguia para Tui e Astorga, provavelmente já então em muito mau estado. A construção da Ponte de Barcelos, em 1325, evitou o recurso à ponte de Prado para atravessar o Cávado e criou uma via alternativa mais curta e sem passar por Braga, seguindo em linha recta até Ponte de Lima e Valença.

Foi só no século XIX, há cerca de 150 anos, com o reforço da rede de acessibilidades em função da nova cidade de Viana do Castelo, eleita capital de Distrito, e, nomeadamente, com a criação da linha de Caminho de Ferro, que Ponte de Lima deixou de ser passagem obrigatória entre o Baixo e o Alto Minho, perdendo rapidamente todo o interesse a velha estrada real Ponte de Lima – Valença, que ficou abandonada e perdida até há sete anos atrás, quando se iniciou a sua prospecção, identificação e recuperação. Este caminho foi percorrido por peregrinos ilustres como a

Rainha Santa Isabel ou o Rei D. Manuel I, mas também por uma multidão de anónimos a pé, a cavalo ou em carroções que deixaram bem marcado o rasto dos rodados em fundas rilheiras nas pedras da calçada. Por ele fugiu em 1102 o Arcebispo de Santiago Diogo Gelmires, quando cometeu o célebre “pio latrocínio”, roubando as relíquias dos Santos que se veneravam em Braga. Por aqui se estabeleceram as ligações às praças da fronteira, a nomeadamente Monção, durante a Guerra da Aclamação.

Por aqui avançaram os esquadrões de Heudelet que tentaram forçar a entrada de Soult em Portugal em 1809, enquanto a população galega rechaçava as reservas do Marechal Ney na Pontesampaio. Por aqui avançou o Almirante Napier em socorro de Valença na guerra civil de 1834. Por aqui, passou ainda, de liteira, Camilo Castelo Branco, desesperado com o incómodo da viagem, um dos últimos caminheiros ilustres a percorrê-lo. E muitos outros peregrinos, viajantes, almocreves, feirantes, soldados, ladrões o fizeram, contribuindo todos para condensar um certo labéu de desconforto e insegurança, que não ensombra, contudo, as qualidades excepcionais do caminho.

Mais uma vez e porque não recuarmos mais ainda no tempo, descobrindo outros períodos cronológicos da história, as origens, a paisagem rural, o património natural e edificado, o equilíbrio ambiental, de facto, uma forte razão para realizarmos este percurso que contempla 8 km do CPSC, que totaliza 164 km de Barcelos a Santiago de Compostela, 147 km de Ponte de Lima, 81 km do Porto (até Fátima 336 km).

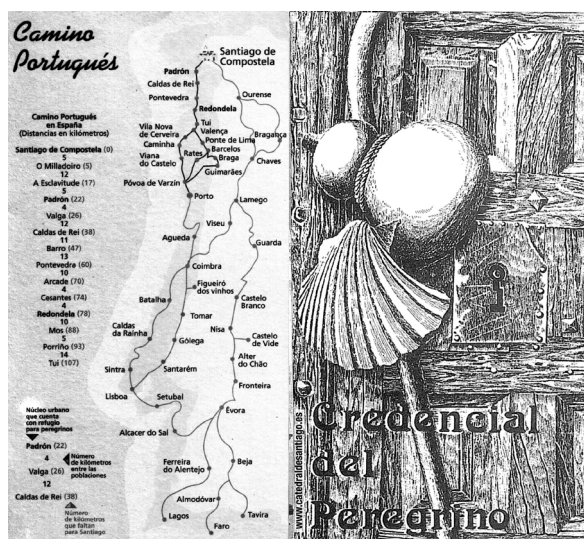


Fig. 14 – Credencial do Peregrino

Fonte: AACPS

O Peregrino na sua Peregrinação recebe uma credencial que poderá obter na Oficina do Peregrino em Santiago de Compostela, na Associação dos Amigos do Caminho, em ponte de Lima, ou numa entidade

credenciada para o feito, devendo ser carimbada ao longo das várias etapas do Caminho Português de Santiago. Os Peregrinos em Ano Santo Jacobeu recebem uma ‘bênção especial’¹⁷.

Após descer a *Casa das Torres*, primeiro, por uma calçada em pedra, seguida de pavimentação betuminosa, vamos ao encontro do caminho medieval, junto à *capela de S. Sebastião* e de um nicho com a data de 1840. Tomando o caminho à esquerda, deparamos com um cruzeiro e seguimos no coração do vale da Facha e tomamos o caminho dos Barreiros, de calçada de pedra. Verificamos as encostas de dois montes, o da Nó e o de Sto. Estêvão para onde caminhamos, testemunhos de ocupações humanas remotas. Presenciamos um tipo de paisagem que se caracteriza, na expressão de Orlando Ribeiro: pelos «fundos regados e socalcos que trepam a encosta, dão milho e pasto; na orla dos campos, a vinha trepa às árvores e os cachos amadurecem à sombra da folhagem; onde não se pode regar, terra de mato e pinhal sobre as ruínas de castros, e, por outra parte, a casa esparsa, o lugar aberto e os salpicos de habitação disseminados na verdura de campos e arvoredos». Nesta terra rural tão fértil e abençoada, o peregrino medieval que fosse surpreendido pelo cair da noite, poderia encontrar abrigo numa albergaria documentada em 1220.

As Inquirições de 1258, documentam a ocupação da terra e os bens produzidos, permitindo atestar que a freguesia da Facha tem, em laboração agrícola, todas as terras baixas, onde se produz o milho miúdo, que se diz «o pão» por ser o cereal mais utilizado na alimentação, o painço, a cevada e o linho e, nos terrenos mais secos, o centeio — com que faziam os bolos ditos *mondas*, e o vinho. Nas cortinhas, as couves e as favas. O relato das inquirições mostra-nos já uma enorme extensão das vinhas que, a julgar pela relativamente pequena percentagem que muitos pagavam ao rei, de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{8}$, seriam de plantação recente, em arroteamentos novos feitos junto às partes mais altas do *agere* à custa do monte ou da floresta. Soutos de

¹⁷ São considerados Anos Santos Jacobeus todos os que correspondem um Domingo ao dia da festividade de S. Tiago, 25 de Julho. Esta ocorrência tem uma periodicidade invariável de 6-11-6-5 anos, o anterior foi de 2010 e o próximo será em 2021. O privilégio jubilar concedido ao Santuário Compostelano foi determinado pelo Papa Calisto II em 1122 e posteriormente confirmado nos Anos Santos, incluindo a Indulgência Plenária que se pode lucrar uma vez por dia com a visita e oração na Catedral e recebendo os sacramentos da Confissão e da Comunhão.

caminho do Souto, do lado direito, deparamos com uma mina de nascente de água, e cruzamos a estrada municipal e tomamos um bonito troço no caminho da Sra. da Rocha.



Fonte: Autor

Fig. 16 – Caminho da Sra. da Rocha

Subindo a encosta do monte de Santo Estêvão e calcando cerca de 1km, rumo à *Quinta do Paço*, podemos testemunhar um belo espectáculo de vida rural, onde subsiste ainda uma agricultura tradicional, os campos de cereais — o milho e as forragens, as árvores de fruto, as oliveiras, a humanização das terras delimitadas pelas latadas de vinho verde de qualidade, as casas brancas salpicadas no vale, as gentes do Lima na faina do dia-a-dia, as raças autóctones, a barrosã e a galega a engordarem no campo, — as águas dos riachos reutilizadas através de engenhos e azenhas construídos noutros tempos, e uma mancha florestal onde sobressaem, o pinheiro manso, que compõe a encosta meridional da serra da Nó. Saliente-se que a freguesia é florestalmente, uma das mais ricas do Norte.

3.5.3. Capela da Sra. das Neves

Lugar de Gondim, Facha • Km 2.9



Fonte: Autor

Fig. 17 – Capela da Sra. das Neves

Voltando ao caminho e subindo a encosta, podemos visitar a *Capela de Nossa Senhora das Neves*, construída nos meados do XVII. As paredes da abside e o frontal do altar são decorados com painéis de azulejo tipo ‘tapete’, seiscentistas, de inspiração oriental.

Na encosta meridional do Castro de Sto. Estêvão, num amplo espaço agrícola, actualmente ocupados pelos lugares de Gondim, de N. Sra. das Neves e pela Quinta da Bouça, estão os vestígios arqueológicos do Paço Velho, na Bouça da Gateira, mais concretamente, uma “*villa*” do início da Alta Idade Média e uma necrópole do mesmo período. A influência Suevo-Visigótica é traduzível no enriquecimento linguístico e toponímico, na diversificação e multiplicação do habitat.

3.5.4. Castro de Sto. Estêvão da Facha

Sra. da Rocha, Facha • Km 3.2



Fonte: Autor

Fig. 18 – Castro de Sto. Estêvão da Facha

Retomando o caminho junto à Capela de N. Sra. das Neves, subimos para chegar a um dos cabeços mais meridionais do monte do Castelo descobrindo as ruínas arqueológicas de *Sto. Estêvão da Facha*, prova da existência de um povoado primitivo, de origem pré-romana, um pertencente ao tipo geral dos chamados «castros agrícolas» do noroeste de Portugal.

Esta estação arqueológica tem cativado o interesse de vários investigadores, tendo sido alvo de estudo no início dos anos 80 por uma equipe dirigida C. A. Ferreira de Almeida.

Constitui uma área importante para o conhecimento da problemática da cultura castreja desde o seu início até à miscigenação com a cultura romana. Apesar da área escavada ser relativamente pequena em função do total, podemos visitar o testemunho de um tipo de civilização muito antiga que está, sem dúvida, na origem do povo lusitano.

As características geográficas do noroeste peninsular, caracterizado por um ambiente em que o relevo desempenha papel predominante, contribuíram para o assentamento de núcleos populacionais em posições elevadas - 'os altos', obedecendo prioritariamente a critérios estratégicos de defesa, em recintos fechados (castros), a denotar um período de particular mudança económica e social manifesta na constituição de núcleos de povoamento indígena declaradamente defensivos e com estruturas arquitectónicas predominantemente circulares, evidenciando uma verdadeira «civilização da pedra».

Ao longo do período compreendido entre o século V e a segunda metade do século II a. C., parecem esboçar-se um conjunto de transformações nas comunidades da zona litoral entre o Douro e o Minho, fazendo emergir as principais características daquilo a que vem a chamar-se «cultura castreja do Noroeste». Este grupo cultural, cujas origens mergulham, naturalmente, nas tradições regionais do Bronze Final, constitui-se por meio da assimilação de influências externas de diferentes proveniências. (zonas meridionais ibero-púnicas e influências continentais de comunidades da área indo-europeia).



Fonte: Autor

Fig. 19 - Pia de água

Ao longo dos séculos V e VI a. C., diferentes movimentos de populações, vindas da área indo-europeia da meseta e das regiões meridionais (expedições dos Túrdulos e Célticos) teriam gerado certa instabilidade em todo o Entre Douro e Minho. A esta fase correspondem os castros, fortificados e instalados em zonas elevadas. A zona do litoral compreendida entre os rios Douro e Minho era um território de um grupo de «povos» genericamente designados por Calaicos habitantes dos célebres «castros» (José Mattoso). De acordo com os dados cartográficos dos

levantamentos em curso de Jorge de Alarcão permitem contabilizar um número, que se aproxima de um milhar para a generalidade do território do Norte de Portugal. Plínio declara que existiam ao todo, na segunda metade do século I d. C., 24 *civitates* em todo o território litoral, chegando a enumerar diversos «povos» que ali viviam: Bibalos, Celernos, Galaicos, Equesos, Límicos, Querquenos, etc. Por outro lado, o geógrafo grego Estrabão (III, 4,20) afirma que os habitantes do norte do rio Douro eram, também, lusitanos e que somente depois da conquista romana passaram a chamar-se Calaicos.



Fonte: Brochura CitBriteiros, 2003

Fig. 20 – Casas reconstruídas na Citânia de Briteiros Guimarães (MN), por Francisco Martins Sarmiento, arqueólogo e etnólogo, exemplificando a casa castreja.

Neste contexto, situa-se a cidade ou Castro do Monte de Sto. Estêvão, «a maior referência em Ponte de Lima», integrando uma larga ocupação arqueológica que se estende do Calcolítico até à Idade Média. Como referência podemos verificar a capela dedicada ao mártir de Sto. Estevão, até meados do séc. XIX, culto substituído pela devoção a N. Sra. da Rocha. Podemos verificar as transformações recentes — a do coreto, e sobretudo, a do miradouro na parte mais alta — e outras mais antigas dos séculos XVII-XVIII, como a escadaria, a capela de Sto. Estêvão e o adro com a sua terraplanagem. No lado sul há cortes abruptos na rocha granítica, desbaste feito certamente para tornar mais inacessível o alto do monte.



Fonte: Autor

Fig. 21 – Conjunto Capela de N. Sra. da Rocha, coreto e escadório

A construção do habitat da Idade do Ferro data do século VII a. C. «É uma cronologia que se apoia em materiais oriundos da área mediterrânea, como nos séculos seguintes, as primeiras casas de pedra, surgem como consequência de um desenvolvimento urbano e económico bem patente, na presença de produções estranhas à região como são taças carenadas de “tipo alpiarça” e o uso de certos objectos de bronze, onde se destaca um disco solar, que além de ter sido usado, como amuleto em suspensão, reflecte um certo grau de desafogo económico e de prestígio, por parte de quem o usava».

- Vida Económica – Combinação da pastorícia e agricultura de cereais e de produtos hortícolas, herdada da economia do Bronze Final. A alimentação seria completada com os recursos da caça, e da recollecção dos frutos silvestres. Estrabão diz-nos que comiam pão de bolota durante a maior parte do ano, que as mulheres trabalhavam os campos, enquanto os homens apascentavam o gado e se envolviam em conflitos com as populações vizinhas ou organizavam expedições de pilhagem aos ricos territórios meridionais. O vinho era raro, o que conseguiam era celebrado em grandes festins familiares, constituindo um acto de sociabilidade. Produziam, no entanto, uma bebida fermentada à base de frutos. Desconheciam o azeite e usavam a manteiga como gordura e o linho como oleaginosa alimentar. O aparecimento de mós manuais de sela e circulares assinalam uma das inovações tecnológicas.

• *Metalúrgia e Cerâmica* – Este povoado também regista uma certa actividade metalúrgica. Junto à Capela de N. Sra. da Rocha há filões aplíticos, ricos em estanho. Descobriu-se um grande número de mós oblongas e de vaivém, utilizadas na moagem da pedra mineral. Também se regista a presença de ouro nas camadas mais fundas, essencialmente quartzo. Desde longa data se sabe que no Monte da Nó há «covas de mouros» que são galerias de filões auríferos. Muito perto do Monte de Sto. Estêvão, a poucas centenas de metros para sul e junto do lugar da Torre, há uma antiga corta de exploração mineira com dois braços.

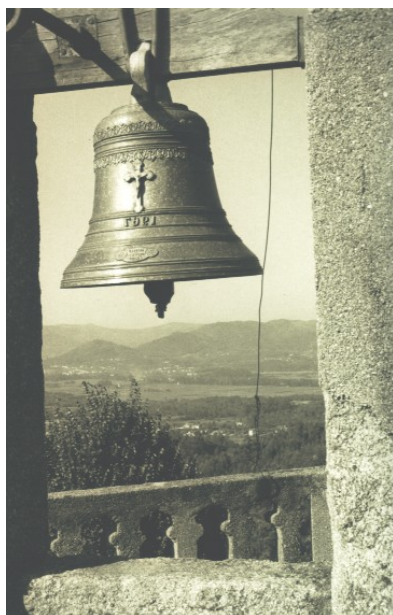
Relativamente à construção, o material utilizado é fundamentalmente a pedra. As primeiras construções pétreas surgiram entre os século V e II a. C., à base de pedra miúda com muito barro e pisos de saibro bem calcados. Este facto documenta, não só as possibilidades económicas dos habitantes do castro como um intercâmbio comercial com mercadores mediterrânicos. Comprova-se este facto, pela descoberta de fragmentos de uma cratera e de um “pelike” de fabrico ático que terão chegado ao povoado por volta do século I a. C. A partir deste período até ao século I d. C., as casas foram sendo remodeladas, conservando a tradicional planta circular, as lareiras de saibro avermelhado pelo fogo inseridas no terreno saibroso da casa e uma infinidade de fragmentos cerâmicos recolhidos, entre os quais, vasos feitos à mão, que foram evoluindo até aos fabricos onde a roda de oleiro marca presença. - potes, panelas de asa interior, dólios, taças, púcaros, copos ou tachos. Com a chegada dos romanos, pelo século I a. C., as casas, apesar de continuarem circulares, passam adoptar soluções técnicas diferentes, como a inclusão de pátios ou caranguejos, o aproveitamento de espaços contíguos como anexos onde constrói o forno de cozer o pão e colocação da lareira na parte central da casa, quando antes, por norma, se situavam a um canto da habitação. Esta nova gestão do espaço doméstico é acompanhada de uma simplificação dos motivos que decoram as cerâmicas indígenas, que passam a ser totalmente moldadas na roda de oleiro e no uso da *tegulae* e do *imbrex* que passam a cobrir as habitações do povoado até aí protegidas à base de elementos vegetais.

- Organização Social – Da área reduzida do castro conclui-se que a população compreendia poucas dezenas de famílias, certamente de tipo patriarcal. As casas, com efeito juntam-se aos grupos, com um pátio comum, por vezes murado. A população de um castro seria uma *gentilitas*, um agrupamento de várias famílias patriarcais do mesmo sangue. Vários castros constituíam uma *gens*. A solidariedade no trabalho e na guerra e o respeito dos mais velhos e dos costumes ancestrais era obrigação de todos os membros de uma mesma *gentilitas*.¹⁸

O agrupamento correspondia às necessidades de alojamento de uma família que conservasse junto de si os filhos, mesmo casados, e a descendência dos filhos, constituindo uma «comunidade de sangue», isto é, todos os seus habitantes se reconheciam descendentes de um antepassado comum. De acordo com escritos antigos, “as mulheres destes povos preferiam matar-se a si e aos filhos a sujeitarem-se a uma vida de escravidão”. A avaliar pelas dimensões das construções (típica «casa castreja» — casa circular de 5 metros de diâmetro, com uma cobertura de formato cónico suportada por um poste implantado ao centro da habitação (C. A. Ferreira de Almeida, 1986), cada castro deveria agrupar diversas células familiares, constituindo-se, deste modo, uma unidade suprafamiliar mais vasta. Cada povoado era designado na época romana pelo termo *castellum*. Estes núcleos suprafamiliares deveriam possuir chefes. Na Citânia de Briteiros (Guimarães) podemos verificar uma grande construção circular de 11m de diâmetro, possivelmente, destinada a um centro de reuniões do conselho de anciãos.

- Religião – Existia uma série de divindades indígenas veneradas nesta região ainda sob o domínio romano. Praticava-se desde o culto de variados deuses às festas familiares que as populações celebravam em certas noites de lua cheia, relacionadas com cultos de fertilidade, ou então, a celebração de costumes culturais que envolviam todos os habitantes do povoado, em santuários de ar livre, à semelhança do que se passava com os Lusitanos.

¹⁸ Alarcão, Jorge, 1987, *História Mundi*, «Portugal Romano», Editorial Verbo, 33º vol., p. 24-25.



Fonte: Autor

Fig. 22 – Sino e miradouro

«Esses castros, já, nesses tempos, velhíssimos, não passavam de uns apinhados de habitações de pedra, umas redondas e outras ovaladas, todas cobertas de colmo.

Muralhas, também de pedra, protegiam essas casinholas, tanto contra as feras como contra os inimigos dos outros castros.

A gente habitadora dessas cidadelas possuía já uma rude cultura, muito embora não soubesse escrever. Deixou porém, muitos e variados desenhos gravados nos rochedos, «linguagem» essa que não foi ainda possível decifrar.

Atravessava, então, a «Idade do Ferro». Já havia ferreiros, pedreiros, mineiros, ourives, pastores, grandes criadores de gado caprino e cavalar. Esses castrejos agricultavam o centeio e milho-miúdo, tendo a enxada e fouchinha como únicos instrumentos de trabalho. Porcos e galinhas passeavam livremente pelas cangostas. Talvez por isso fossem tão altas as soleiras... De uso comum, só havia louça grosseira de barro. Cozinham com manteiga. Usavam moinhos manuais, de pedra e comiam pão de centeio misturado com landras torradas. Infalíveis os requeijões de leite de cabra. Utilizavam muito as castanhas, que conservavam frescas, metidas em camadas de areia dos rios, depois de muito bem secas ao sol. Bebião cidra, hidromel ou cerveja, obtida pela fermentação do centeio. As mulheres teciam as vestimentas de lã em teares verticais e os homens seriam, sobretudo, guerreiros. Treinavam-se, desde crianças, nas artes de defesa e ataque. Usavam ‘saíos’ de manga curta de grosso tecido ‘afulado’ e andavam armados de espadas, facalhões e escudos redondos, de ferro, revestidos de couro. Combatiam cantando, de cabeleiras ao vento, em cima de uns cavalos pequeninos e tão rápidos que mais pareciam aparentados com o próprio vento. Os chefes distinguiram-se por colares de ouro maciço chamados *torques* e por argolas, também de ouro, as vírias, nos braços e artelhos.

Os castros viviam em luta, quase constante, uns com os outros.

No alto das muralhas, os vigias revezavam-se de dia e de noite pois, por questões de ‘lana caprina’, os ânimos azedavam-se e o sangue corria. Nos vales, cruzavam-se os caminhos, que não passavam de veredas.

Vinham até ao rio, pois o rio era fonte importante e imprescindível de alimentação.

E os castrejos iam também à orla do mar, pois só ali ‘abicavam’, durante os meses de verão, tempo claro e bonançosos barcos dos Gregos, dos Fenícios e Cartagineses, que traziam os vidros, as louças pintadas, os lindos tecidos de púrpura, os espelhos e outros produtos de alta civilização que trocavam por pedras de minério.

A que raça pertenciam esses homens dos castros, a quem poderíamos rigorosamente chamar «os avós dos nossos avós»?

Crê-se que um povo possivelmente originário desta Ibéria (por isso denominado *ibero*) fora, em eras muito remotas, subjugado por invasores de raça celta, vindos do centro da Europa e, da fusão de uns com os outros, advieram os *celtiberos*.

A esta nossa região, a este cantinho do noroeste peninsular, “a região dos castros” que vai do norte do Douro até lá cima ao Mar Cantábrico, os escritores gregos e romanos que, por aqui viajaram e deixaram pitorescos relatos, deram-lhe o nome de Calécia ou Galécia. E naturalmente os habitantes dela seriam conhecidos, tanto na Grécia, como em Roma, por Calaicos ou Galaicos, ou seja, na linguagem de hoje, Galegos. “Essa nossa região limiana estava profundamente encravada na velha Galécia, ou seja, a nossa Galiza” (J. Rosa Araújo, 1987).

O concelho de Ponte de Lima regista cerca de 31 castros, demonstrando a importância da cultura Castreja neste espaço territorial.

A data do abandono do povoado situa-se para lá do século I d. C., em que muitas famílias deixam o castro para se instalarem nas ocupações registadas no vale da Facha e no aro que circunda o povoado. Abandonado ou com habitações residuais, o castro volta a ser ponto de interesse por alturas em que Portugal se começa a afirmar como reino independente. Entre os séculos XI e o XIV os medievais instalaram o que se presume ter sido uma pequena fortaleza e algumas casas com ligações ao Castelo de S. Miguel, situado no alto do Monte do Castelo. Foi no monte de

Sto. Estêvão, hoje conhecido por Sra. da Rocha, que esteve a cabeça da Terra e do Julgado de Sto. Estêvão de Riba de Lima, entre os séculos XII e XIII, de que falam as Inquirições de 1228 e 1258.

O espólio arqueológico destas ruínas encontra-se exposto no Museu dos Terceiros em Ponte de Lima, um espólio encontrando-se na condição de reserva, ficando à disposição do visitante, destino programado para completar o nosso percurso pedestre.

3.5.5. Quinta da Casa do Paço

Lugar do Paço, Facha • Km 2.6



Fonte: Autor

Fig. 23 – Quinta da Casa do Paço

Regressamos ao caminho betuminoso da estrada camarária e após o cruzamento viramos à esquerda, caminhando para a parte oriental da freguesia onde se avista bem o castro de Sto. Estêvão, levando-nos até ao lugar do Paço. Segundo C. A. Brochado de Almeida constitui «um autêntico laboratório arqueológico». Este privilegiado lugar da Meia de Baixo, a meio caminho entre o sopé do monte do Castelo e o curso do rio Tinto, divide sensivelmente o vale em duas metades, encaixada entre o lugar de Gontim e a Quinta do Casal, compreende duas zonas distintas: Paço Velho (registo de uma *Villa* Suevo-Visigótica e Necrópole na ‘Bouça da Gateira’) e a Quinta do Paço.

A Quinta do Paço é uma vasta propriedade agrícola em socalcos, delimitada a Norte pelo caminho que conduz à capela de N. Sra. da Rocha

(castro de Sto. Estêvão) e a Este pela estrada camarária que faz a ligação à E. N. 204 (Seara-Barcelos). No perímetro da propriedade localiza-se o Velho Paço de interessante traça arquitectónica, remontando ao século XIV e uma capela datada do século XV, considerada por Ferreira de Almeida “o testemunho mais antigo de uma construção religiosa integrada em casa nobre na Ribeira-Lima”.

No final dos anos oitenta, a intervenção nas terras para fins produtivos, permitiu pôr a descoberto vestígios arqueológicos, que englobam uma casa castreja isolada, datada entre os primeiros anos do reinado de Augusto e os primeiros decénios do século I d. C., possivelmente de uma família vinda do vizinho castro de Sto. Estevão, que iniciou o arroteamento de um fértil espaço agrícola, altura em que as populações limianas começam a olhar a agricultura como o principal meio de subsistência. Também, a curta distância da casa castreja, as escavações revelaram uma pequena necrópole e um forno cerâmico, ambos datados da parte final da ocupação romana, num período que medeia entre o século IV e o V. A necrópole revelou ser o local de enterramento dos oleiros acompanhados de certo espólio, nomeadamente vasos cerâmicos (copos e taças).

Trata-se de um típico forno cerâmico que, ao longo da sua existência fabricou materiais de construção (*tegulae* e *imbrex*) e cerâmicas para uso doméstico. Apesar do seu mau estado de conservação, resultante das obras de plantio, é o único vestígio passível de se visitar, permitindo-nos conhecer uma tipologia bem clássica e característica deste tipo de estruturas. O local de implantação do forno foi intencionalmente planeado num terreno em declive, talhado de molde a que a estrutura inferior aí pudesse ser encaixada e permitisse que a câmara de aquecimento ficasse com um ligeiro declive, para facilitar o escoamento das águas infiltradas e, por outro lado, favorecia as operações de carga e descarga de combustíveis e detritos. A estrutura envolvente, onde se encaixou a câmara, é formada por pedras de calibre vários, sem qualquer tipo de aparelho e ligadas por uma boa dose de argamassa de barro. Esta, para

além de consolidar a parede, dava um tom de impermeabilidade numa construção onde a conservação do calor era fundamental.

O forno compõe-se de três corpos distintos:



Fonte: Autor

Fig. 24 – Forno cerâmico romano

- Boca do Forno e Fornalha – o corredor de acesso, à boca do forno, tem 1,60 m de comprimento por 0,80 m de largo. É formado por grandes blocos de granito, dos quais podemos verificar 3 de cada lado e mais um, tombado, no interior do corredor. A fornalha, ficava situada junto à câmara de aquecimento, podemos ainda verificar que o último par de blocos apresenta forte erosão, sinal de terem suportado a acção do fogo.

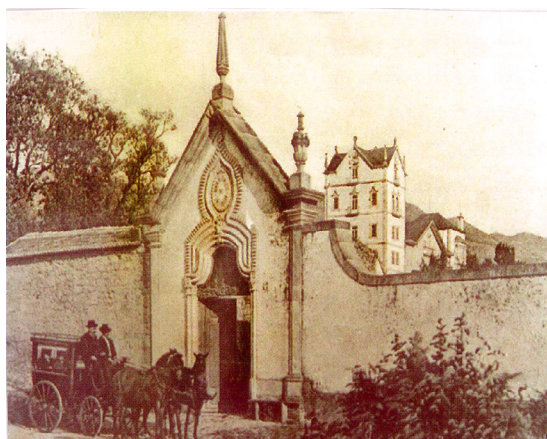
- Câmara de Aquecimento – É de tipo rectangular com 1,80 m por 2,20 m, sendo a face interior da parede envolvente mal aparelhada e rebocada a argamassa. O espaço interior está dividido por três arcos de volta perfeita, dos quais só se encontra intacto. Dos restantes conservam-se unicamente as bases e, num ou noutro caso, parte dos arranques. O arco completo tem 27 tijolos, funcionando o mais central como chave. Os espaços livres foram preenchidos com fiadas de tijolos, na base, e depois com bocados de *tégulae* e *imbres* unidos com argamassa. Obtinha-se desta forma um reforço aos arcos e a garantia na sustentação da grelha que suportava o peso do material a cozer. Os tijolos que compõem os arcos são quadrados, tendo entre 0,16 e 0,17 m de lado e cerca de 0,05 m de espessura.

- Grelha – Não resta nenhum fragmento «*in situ*», resta-nos elaborar um quadro de possibilidades. A análise dos vestígios sugere uma «grelha» formada por tijoleiras que assentavam sobre dois arcos, distanciadas uma das outras cerca de 2/3 cm, por onde passava o ar quente para a câmara da cozedura.

Atendendo à proximidade da necrópole e ao edifício do Paço, onde há *tégulas* semelhantes às do forno, é provável que a telha de cobertura tenha sido fabricada neste forno e, eventualmente, poderia fazer parte integrante de uma unidade de exploração agrícola que, entre outros serviços, englobava um forno para suprir às necessidades internas e, possivelmente, externas. Tal como a casa castreja, também o sítio onde o forno foi implantado obedeceu a critérios bem específicos, desde a proximidade da matéria-prima, da água necessária ao fabrico dos materiais e do caminho vicinal, para o escoamento dos produtos. Retomamos o caminho, cerca de 50m metros e voltamos ao caminho dos Barreiras, pela frondosa floresta até ligar ao Caminho Medieval de Santiago.

3.5.6. Quinta do Bom Gosto

Lugar do Sobreiro, Seara • Km 1.5



Fonte: Paiva, 2011

Fig. 25 – Quinta do Bom Gosto

Retomando a nossa caminhada, entramos na freguesia da Seara, terra de cereais e vinha, como o topónimo indica. Deparamos com um largo e uma pitoresca quinta, vulgarmente denominada do *Bom Gosto*. Um dos exemplares mais significativos da casa construída em altura. Trata-se de um edifício singular construído entre 1891 e 1900, que mostra uma profusão eclética de estilos. O conjunto construído integra vários estilos revivalistas, desde o gótico ao barroco, passando pelo muçulmano e renascentista, com um tradicional toque romântico de fim de séc. XIX.

3.5.7. Capela de S. Francisco

Lugar da Pedrosa, Correlhã • Km 7.6



Fonte: Autor

Fig. 26 - Cruzeiro da Pedrosa

Retomando o mesmo caminho e regressando junto ao ponto do desvio próximo da Quinta do Bom Gosto seguimos até cruzar uma estrada asfaltada – E.N. 203 (Ponte de Lima – Darque). Atravessamos cerca de 100 metros à frente e viramos à esquerda para pisar a continuação da via medieval na freguesia de S. Tomé da Correlhã, antiga Vila Cornelianiana dos romanos. Junto à margem esquerda do Rio Lima, banhando a bonita Veiga da Correlhã, a freguesia é das mais antigas e férteis do Concelho de Ponte de Lima. Segundo Pinho Leal, foi reconquistada aos mouros em 914 por Ordonho II e doada por este, em 915, a Santiago de Compostela, em satisfação de um voto de seu pai, D. Afonso III, ao Santo Apóstolo.



Fonte: Autor

Fig. 27 – Capela de S. Francisco

A doação foi confirmada por D. Henrique em 1097 e posteriormente pelos reis da 1ª Dinastia e por D. João I. Em 1120 o Bispo de Santiago concedeu-lhe foral. D. Afonso IV recomendou aos seus moradores que

reconhecessem o prelado compostelano como senhor da Terra. Em 1426 a mitra de Santiago vende o Senhorio a D. Afonso, Conde de Barcelos e futuro Duque de Bragança.

Por esta freguesia passou Diogo Gelmirez, Bispo de Compostela, com as relíquias de alguns santos, entre elas, as de S. Frutuoso, que havia furtado em Braga, e uns séculos depois, em 1594, Confalonieri na sua peregrinação ao Santuário da Galiza, o que demonstra a grande utilização deste caminho para quem o fazia com mais ou menos devoção.

Passamos os lugares de Anta, da Bouça, de Pereira de Peregal e de Paços. No lugar de Pedrosa, ladeamos um cruzeiro (I.I.P.), que ostenta a data de 1636 e mais à frente, a Capela de S. Francisco.

3.5.8. Ponte da Sra. das Neves

Lugar de Barros, Correlhã • Km 9.0



Fonte: Vieira, 1992

Fig. 28 – Ponte da Sra. das Neves

«Serpenteando verduras, latadas, casais de aldeia — este nunca acabar de grande povoado que é a nossa ribeira — estamos passando pela antiquíssima freguesia da Correlhã, a célebre Villa Corneliana.»

(Conde d' Aurora, Ponte a Viana, in *Roteiro da Ribeira Lima*, 1959)

Chegando à ponte medieval da Sra. das Neves e de acordo com o programa inicialmente proposto, sugerimos um descanso para uma pequena refeição, com iguarias de gastronomia local, junto à Capela da mesma invocação, ao som das águas do Rio Trovela.



Fonte: Autor

Fig. 29 - Largo Sra. das Neves
Fig. 30 - Rio Trovela e lavadeira

3.5.9. Capela de Sto. Abdão

Lugar da Igreja ou Lugar de S. Tomé, Correlhã • Km 10.8



Fonte: Autor

Fig. 31 – Capela de Sto. Abdão

Fora do percurso programado, vale a pena visitar a Capela de Sto. Abdão, integrada no circuito românico da Ribeira Lima. Esta capela foi dedicada a um dos três romeiros italianos, que depois de uma peregrinação a Santiago de Compostela, por aqui ficou, levando uma vida devota e eremita.

Trata-se de um templo românico do século XIII, muito simples, apresenta na fachada principal um portal com uma arquivolta, tendo o tímpano decoração apotropaica. (visava a protecção de possíveis desgraças). O motivo da direita, representa um nó de Salomão, o da esquerda uma cruz vazada sobre a qual repousa uma pomba. A figura

central representa Adão, mas foi picada em 1750 por ordem de um visitante que a considerou indecorosa e pouco digna. - Classificado I.I.P. (Imóvel de Interesse Público) pelo IGESPAR.

«É uma joiazinha românica do maior interesse e digna das maiores solitudes para a sua conservação».

Félix Alves Pereira, A Capela Românica de Santo Abdão (Correlhã), 1924.

No mesmo largo encontra-se a igreja paroquial da Correlhã, também românica, do final do século XIII, mas bastante modificada. Do portal principal subsistem apenas duas arquivoltas que assentam em dois pares de colunas com capitéis, decorados com ornamentos florais. A porta e o tímpano foram substituídas em 1855 por uma portada; e dos inícios desse século data também a torre neomedieval.

Mais acima, na encosta da Nô encontra-se o Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte, uma das romarias mais importantes do concelho de Ponte de Lima. Foi iniciado nos princípios do século XVIII e estaria concluído em 1742. De três naves, separadas por arcos de volta inteira, o interior da sua capela-mor guarda um dos conjuntos mais espectaculares de Portugal. As imagens da Morte da Virgem constituem uma singular adesão ao espírito Barroco.

3.5.10. Capela da Sra. da Guia

Avenida dos Plátanos, Ponte de Lima • Km 12.0



Fonte: Autor

Fig. 32 – Capela da Sra. da Guia

Por fim, atravessando uma antiga e frondosa latada que nos aproxima

do mitológico rio do Esquecimento, — o rio Lima¹⁹, que ‘retirava a memória a quem o cruzava’, chegamos a Ponte de Lima pela *Capela de N. S. da Guia*.



Fonte: Autor

Fig. 33 – Troço do CPSC

Esta passagem encontra-se numa privilegiada situação, num dos mais lindos pontos da Ribeira-Lima, «quadro de indizível doçura de paisagem minhota, écloga de suave musicalidade. Andam no ar versos de Bernardes e toda a emotividade dos poetas do Lima, palacianos, conventuais ou simples festeiros das ‘desgarradas’». Podemos testemunhar a velha ponte, uma grande obra de engenharia entre a vila e a freguesia de Arcozelo, que reflecte e bem duas épocas e dois estilos (monumento nacional).

Ainda subsistem 5 arcos, na margem direita, fora de águas, de origem romana. Servia a via militar de Braga a Astorga que cruzava o Lima a 24 000 passos de Tui e 20 000 de Braga. No dizer de José Hermano Saraiva, «as duas margens as tradições e as lendas povoam espaços históricos.» Também, por aí passava a estrada que ligava Braga a Santiago de Compostela e certamente o peregrino medieval. Beneficiando da

¹⁹ SYLVA, Duro da, *Subsídios para a História do Minho – O Rio Lethes e o Forum Limicorum*, Livraria de J. Rodrigues & C^a., Lisboa, 1923, pp.11 e 12. «Os antigos deram a este rio o nome de Lethes. Estrabão é de opinião que este apelido lhe resultou de um sucesso acontecido entre túrdulos e celtas, que numa expedição querendo atravessar este rio se envolveram em desordem de que resultou a morte do Capitão, ficando os soldados dispersos pela Ribeira, esquecendo-se inteiramente da dita expedição e dos motivos dela. Os Romanos, que depois dominaram esta Província, estavam tão persuadidos que as águas deste rio infundiam nos homens esquecimento, que a maior parte dos seus generais, temendo esquecer-se de Roma, não queriam tentar a sua passagem, até que sucedeu o caso de Décimo Júnio Bruto. Desejando passar o rio o Lima para fazer guerra aos Calaicos, e vendo que os soldados recusavam avançar temendo esquecer-se de Roma, sua pátria, arrancara a bandeira das mãos do Alferes, passara intrepidamente o rio e o seu exemplo serviu de estímulo às legiões que logo também se apressaram a transpô-lo, visto que o General se não tinha esquecido dos nomes dos soldados, pelos quais bradava da outra margem».

importância que a peregrinação jacobea então assumia, bem como da intensificação comercial, a vila, pelos finais do séc. XI, constituía um importante foco mercantil. Em 4 de Março de 1125 D. Teresa concede foral à Terra de Ponte (*loco ponte*). É o mais antigo da Ribeira-Lima e de todo o actual distrito de Viana do Castelo.

Sugiro vivamente não esquecer de realizar este percurso num dia de mercado — Feira de Ponte, «a mais antiga documentada em Portugal» como defende A. Matos Reis. É às segundas, de quinze em quinze dias (às outras, chama-lhes o povo *solteiras*). O foral de Ponte de Lima faz já alusão à feira, ao proteger todas as pessoas que a ela acorriam, «estabelecendo multas de 60 soldos para aqueles que maltratassem os feirantes».



Fonte. Autor

Fig. 34 – Avenida dos Plátanos

O peregrino acompanhado de mercadores e jograis, entrava em Ponte de Lima. Até meados do século XVI existiu neste local, à margem do rio, uma ermida consagrada a S. Vicente Mártir, cuja fundação se perde na escuridão dos tempos, e se diz que serviu de Matriz da Vila, quando a maior parte dos moradores estiveram estabelecidos nas suas proximidades. No século XVII criou-se nesta ermida uma Confraria devotada ao culto de Nossa Senhora da Guia. Nesse tempo, ao Nascente da ermida, estava em ruínas o edifício que servira de Hospital da Gafaria ou dos Gafos e fora anexado à Santa Casa da Misericórdia, por alvará de 16 de Julho de 1551. Na Vila existia também uma albergaria, documentada séc. XII, que serviria para o peregrino repousar e pernoitar ao fim da

jornada. No lugar onde existia a Gafaria foi então construído o novo templo consagrado a Nossa Senhora da Guia, nos anos de 1629 a 1630. Salientamos o formoso pórtico e a casa do capelão datados do séc. XVIII.

Entramos pela centenária Avenida dos Plátanos, (de D. Luís Filipe chamada porque inaugurou o filho mais velho de El-Rei D. Carlos, em 1901).

3.5.11. Museu dos Terceiros

Avenida dos Plátanos, Ponte de Lima • Km 12.2



Fonte: Autor

Fig. 35 – Museu dos Terceiros

A meio da frondosa Avenida, situa-se o conjunto monumental constituído pelas Igrejas de Santo António dos Frades e da Ordem Terceira de S. Francisco e os edifícios anexos, que integram o *Museu dos Terceiros*, sede do Instituto Limiano (Associação para a Defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima). Do primitivo Convento dos Frades Franciscanos, cuja origem remonta à centúria de quatrocentos, resta somente a Igreja Conventual, pois o convento foi totalmente demolido em 1895. Junto à Igreja de Santo António dos Frades, construíram os Irmãos da Ordem Terceira, entre 1745 e 1747, a sua Igreja e sacristia, bem como uma Sala Consistorial e outros anexos em redor de um pequeno claustro, a sugerir um estilo sóbrio mas ao gosto dos arquitectos barrocos de meados do séc. XVIII. Merece referência uma imagem de Santa Isabel peregrina, Rainha de Portugal, de madeira pintada e estofada (séc. XVIII).

O Museu dos Terceiros foi criado em 1974, com o objectivo de guardar e expor peças de arte sacra. Por acção directa do actual bispo de Dume, D. Carlos Martins Pinheiro, iniciam-se as diligências de restauro dos edifícios, a criação do Museu de Arte Sacra de Ponte de Lima e do Instituto Limiano, uma associação cultural, formada por clérigos e leigos, destinada a dinamizar a cultura concelhia, homologada por decisão diocesana em 1978. Conservam as duas igrejas e seus anexos um importante património de arte sacra, arqueológico e outras peças da área da etnografia e da pintura.

A exclusividade religiosa do Museu viria a alterar-se no início da década de 80, com a chegada do espólio das escavações arqueológicas do Castro de Sto. Estêvão da Facha e com as peças de etnografia que foram ficando das diversas exposições temáticas, que se iam realizando, anualmente, por ocasião das afamadas festas das Feiras Novas (primeira quinzena de Setembro).

Também podemos verificar um significativo número de peças recolhidas em outras estações do aro concelhio de Ponte de Lima, pelo padre António José Baptista, pároco da freguesia da Facha. Saliente-se o espólio proveniente das escavações realizadas na Quinta do Paço, na *Villa* Suevo-Visigótica da Quinta do Paço Velho da Facha e, outras, como no Castro do Eirado da Correlhã, na Cividade de Vitorino das Donas, no forno cerâmico da Correlhã e na *Villa* Romana de Rebordelo, freguesia de S. Lourenço do Mato.

Após obras de beneficiação, o Museu dos Terceiros está vocacionado à Arte Sacra. A parte do espólio da secção de Arqueologia passou à situação de reserva no museu, podendo visitar-se com marcação prévia.

A secção, associada à temática do percurso proposto, permite-nos completar a *descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha*, através da visita ao seguinte espólio arqueológico:

Casa Castreja da Quinta do Paço (Facha)

a) CERÂMICA / I d. C. (Reinado de Augusto) Cerâmica castreja (Id. Ferro) e bolotas calcinadas / Forno cerâmico - *tegulae* e marca de oleiro

b) GRANITO / Seg. met. do séc. I a. C./ I d. C. / Prisão de gado

Villa tardo-romana da Quinta do Paço Velho (Facha)

a) CERÂMICA / Séc.V a VIII-IX d. C.

Sepultura de forma triangular construída com *tegulae* e ímbrices/
Reconstrução do telhado de uma casa romana/Copos e tijolos /
Cerâmica da Alta Idade Média

b) BRONZE / Séc. V / VII d. C.

Fivela de cinturão em bronze com a inscrição:
“*CRISTUS SIT TECUM*” (Cristo esteja contigo)



Fonte: Autor

Fig. 36 – Sepultura tardo-romana

Castro de Sto. Estêvão da Facha

a) CERÂMICA

II milénio a. C. - Cerâmica “tipo Penha”
Séc. VI a. C. - Cerâmica castreja (Id. do Ferro)
Sec. I a I d. C. - Cerâmica romana
Época romana - *Tegulae*
Séc. XII / XIV - Cerâmica medieval

b) GRANITO

Id. do Ferro - Mós manuais de sela, em granito
Romanização - Mós manuais circulares castrejas
Séc I a. C./ Séc. I d. C. - Prisão de gado

O espólio integra, ainda:

- Cerâmicas castrejas com e sem decoração;
- Fundo de vaso castrejo/cossoiros (fiação);
- Machado de pedra polida/ Restos ósseos (javali/porco);
- Contas de colar em vidro (importação da região mediterrânica);
- Cerâmicas de tipo Alpiarça (séc. VII a. C.);
- Cerâmicas áticas (séc. IV a. C.);
- Objectos em bronze / Molde de fundição;
- Fragmentos de vaso em vidro romano/Sementes de milho-painço (calcinadas);
- Cerâmicas de importação (Península Ibérica e mediterrâneo);
- Lareira decorada com círculos e cordiformes impressos.

3.5.12. Ponte de Lima

Km 12.2



Fonte: Autor

Fig. 37 – Ponte de Lima

«Para divagar sobre aquilo que julgo ter sido a origem, tanto da feira como da vila de Ponte de Lima, há que recuar e recuar muito no tempo.

Assim e para começar: qual seria o aspecto desta nossa região limiana aí uns dois mil anos a esta parte?

Julgo não ser muito difícil de imaginar:

O rio correria entre salgueirais, tal como agora, mas muito mais caudaloso, em leito muito mais profundo. As chuvas cairiam mais pesadas e abundantes.

As margens do rio, os vales, os outeiros e os montes?

Tudo coberto por brenhas de carvalhos, castanheiros, sobreiros, pinheiros mansos, bétulas, medronhais, touças de azevinhos.

Sob as ramagens abundariam os ursos, os lobos, ninhadas de porcos monteses. Não faltariam, também, cervos e raposas. Homens, mulheres e crianças só os havia nos altos dos montes. Só lá em cima, nos chamados castros, de que ainda restam abundantíssimas ruínas».

JOSÉ ROSA DE ARAÚJO, Como teria nascido a Feira e a Vila de Ponte de Lima?, 1987

A Rainha D. Teresa outorgou carta de foral à vila, referindo-se à mesma como «Terra de Ponte», em 4 de Março de 1125. No século XIV, D. Pedro I, atendendo à posição geoestratégica de Ponte de Lima, mandou construindo um burgo medieval cercado de muralhas e nove torres, das quais ainda restam duas, vários vestígios das restantes e de toda a estrutura defensiva de então, fazendo-se o acesso à vila através de seis portas.

A ponte, que deu nome a esta única terra, adquiriu sempre uma importância de grande significado em todo o Alto Minho, atendendo a ser a única passagem segura do Rio Lima, em toda a sua extensão, até aos finais da Idade Média. A primitiva foi construída por Augusto, no séc. I, da qual ainda resta um troço significativo na margem direita do Lima (5 arcos), sendo a medieval um marco notável da arquitectura civil. Referência obrigatória para os milhares de peregrinos que continuam a jornada até Santiago.

Ao longo desta viagem no tempo e no espaço, Ponte de Lima partilha a sua beleza natural, o património cultural, as memórias físicas da cultura castreja, o império Romano, a Idade Média, proporcionando ao visitante um regresso às origens, uma experiência ao imaginário e sensações, um itinerário cultural no seio de um jardim único de Portugal.

No final da visita, sugerimos o descanso merecido, deambulando pelo casco histórico da encantadora Vila de Ponte de Lima, pernoitar num dos belos Solares de Portugal ou continuar a jornada no Caminho Medieval Português de Santiago de Compostela!

«Jardim de encantamento, obra de preço,
Fulgor e riso em fontes de cristal,
És a mais linda terra que conheço
Em todo o meu soberbo Portugal!»

Teófilo Carneiro (1891-1949)

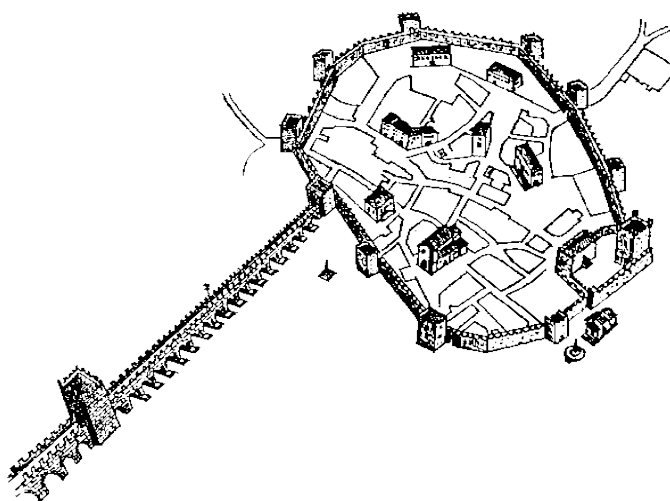


Fig. 38 – Ponte de Lima medieval
Disponível em: <http://www.pontedelima.net/site/historia.html>,
acesso 23/10/2011

3.6. Reconhecimento e Validação do Percorso Pedestre

No quadro da validação e reconhecimento do projecto do percurso pedestre — *à descoberta do Castro de Santo Estêvão da Facha no Caminho Português de Santiago*, desenvolvemos duas acções:

- Consulta e recolha de informação de um conjunto de entidades públicas e privadas (CMPL, TURIHAB; ADRIL; AACPS; Museu dos Terceiros), sobre a importância da implementação deste percurso para a dinâmica de desenvolvimento local e a interpretação do património cultural. Todas as entidades foram unânimes no incentivo à criação de estruturas que articulem os recursos locais numa fórmula inovadora e de salvaguarda da identidade local
- Organização de uma visita experimental, com o objectivo de testar o percurso numa visão de fruição do turista nacional/internacional. Convidamos um grupo multidisciplinar, constituído por 18 estudantes (Programa ERASMUS), de várias nacionalidades (Grécia; Holanda; Itália; Polónia; República Checa e Alemanha), e das áreas de turismo, agricultura, direito, gestão, *marketing* (Instituto Politécnico de Viana do Castelo e a Escola Superior Agrária). Participaram, ainda, na visita, 5 portugueses de áreas profissionais diferenciadas (Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Instituto Politécnico de Leiria e a Universidade do Minho).e residentes no estrangeiro Os participantes (8 masculinos e 11 femininos) enquadraram-se na faixa etária dos 20 aos 60 anos.



Fonte: Autor

Fig. 39 – Grupo de reconhecimento e validação do percurso pedestre

A visita contou com a colaboração e as presenças do proprietário da Casa das Torres, Eng. Tristão Malheiro, o Pároco da Facha, o Padre António Baptista (membro da equipe das escavações do Castro de Sto. Estêvão da Facha) e o Dr. José Dantas, Museu dos Terceiros.

Os participantes receberam o programa de visita, um mapa para reconhecimento e sinalização do percurso e um questionário em inglês (*vide anexo*), para validação do percurso pedestre.

Após a análise dos resultados do questionário, a título qualitativo e referencial, permite-nos registar os seguintes pontos:

- i. O nível de dificuldade do percurso: fácil/moderado.
- ii. O interesse pelo percurso pedestre — a ligação da Casa das Torres/do CPSC/ /Castro de Sto. Estêvão da Facha/Casa do Paço, forno cerâmico romano e o Museu dos Terceiros.
- iii. A importância da interpretação do património cultural e a natureza na valorização do itinerário.
- iv. A importância do espólio arqueológico no Museu dos Terceiros (depósito).
- v. A experiência diferenciadora do percurso cultural no concelho de Ponte de Lima/meio rural.
- vi. A escolha da viagem em grupo/pé.
- vii. A escolha do período de viagem Maio/Novembro.

Deixamos alguns testemunhos dos participantes:

“I enjoyed something different than the other cultural visits i did in Portugal... special experience of a cultural trail... in rural landscape, local gastronomy, in a group of friends”.

University of Applied Sciences Urban & Rural Development (Holanda).

“The walking trail was very interesting experience because it combines the pleasure of being with friends and local people and also because I had the opportunity to learn some cultural/historical about the local heritage and enjoy all the nature around me”.

Technical Educational Institute of Athens, (Grecia).

“I love to explore new countries, its countries, its culture and heritage... this walking experience is the best way...”

Warsaw University of Technology (Polonia).

“A very special experience...very nice, the best way to share Portugal...”

University of Management of Florence (Itália).

“Great experience, beautiful trail... to get to know culture and nature, the archaeological site and the museum, a different view of local heritage... the best time with friends and local traditions... I will return to Portugal”.

Police investigator (Alemanha).

A validação e o reconhecimento do percurso constituem um contributo a considerar na implementação e a sinalética do percurso pedestre.

CAPÍTULO IV

Estratégia de *marketing* do percurso pedestre

O estudo de caso integra um plano de *marketing*, a partir das oportunidades de criação de novos percursos pedestres, articulando e potenciando os recursos locais, aumentando o fluxo de participantes/ano de forma a ser rentabilizada a estrutura criada para o efeito, chamar a atenção para outras mais valias históricas e culturais existentes no concelho de Ponte de Lima e contribuir para um desenvolvimento sustentável da região. Procura-se, ainda, sensibilizar os possíveis parceiros públicos (instituições e associações locais) e os agentes privados (alojamento, produtos regionais, gastronomia, etc.) e o sector empresarial – para uma participação e cooperação efectiva de forma a rentabilizar as suas próprias estruturas e serviços.

Segundo Gunn (1994) e Pearce (1995), a gestão do marketing dos recursos culturais deve atender a três características principais:

- a existência de várias organizações implicadas na gestão;
- a exigência de satisfazer as necessidades de diferentes públicos alvo;
- e a necessidade de um modelo de coordenação de fins lucrativos com fins não lucrativos.

A criação de um percurso pedestre com a aproximação de «Turismo Cultural» pressupõe a contribuição para um desenvolvimento sustentável, assente na diferenciação e a potenciação dos recursos culturais da região e no reforço das parcerias público-privadas. Neste contexto, proporcionar aos visitantes uma experiência marcante, «sensações únicas», recheadas de memórias históricas e património cultural, atributos de identidade local, a paisagem natural e o campo.

4.1. Objectivo

Esta proposta de «percurso pedestre» tem como objectivo ser uma referência no mercado dos produtos pedestres, procurando manter e implementar a atractividade e a qualidade através do desenvolvimento de parcerias e redes de actuação, em novos formatos de apresentação, diferenciação e 'fruição do campo'. Mantendo sempre presente a autenticidade, as necessidades e as aspirações, demonstradas pelos visitantes, de forma a corresponder às suas expectativas e motivações de visita.

O enfoque centra-se nos critérios de ética e desenvolvimento sustentável, a satisfação do cliente, valorização do território e as comunidades rurais, a promoção da diversidade de ideias na procura de novas oportunidades, a inovação, o empreendedorismo, a competência e a qualidade diferenciadoras.

Para equacionar a estratégia de *marketing* de lançamento e conhecer as variáveis que determinam a segmentação do mercado, procedemos à análise do *marketing mix*⁽¹⁸⁾ através do estudo de quatro elementos: o produto, o preço, a promoção e a distribuição.

4.1.1. Produto

Considerando o produto, capaz de motivar a deslocação de pessoas ou de ocupar os seus tempos livres, reunindo iniciativas criativas e experiências inovadoras, integrando desde o património cultural e natural ao património humano, a hospitalidade e a arte de receber num modelo de maior interesse para a comunidade local.

Este produto turístico é composto pela experiência, disponível a um preço, que inclui cinco componentes:

- os recursos locais existentes no percurso pedestre;
- Instalações e serviços;
- os acessos e meios de transporte;
- as imagens e percepções do destino;

(18) Kotler, Philip (1994), *Marketing Management*, Prentice Hall, 8.ª Edição.

- o alojamento, passagem aérea, alimentação e participação nas atracções, com componentes tangíveis e intangíveis, formando uma imagem única associada ao destino turístico.

O produto proposto «percurso pedestre à descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha no Caminho de Santiago», constitui-se de vários elementos base, desde o itinerário de um dia (12 km), que parte da freguesia da Facha com a visita ao Castro de Sto. Estêvão da Facha, o forno cerâmico romano da Casa do Paço, interligando o Caminho Medieval de Santiago até ao Museu dos Terceiros na vila de Ponte de Lima. Outros elementos base, o serviço de alojamento em Turismo de Habitação — Casa das Torres, a restauração de apoio (lanche ou refeição local), a estrutura arqueológica — o Museu dos Terceiros e ainda, o guia de interpretação do passeio pedestre. Também, considera-se os elementos complementares, o transporte dos caminhantes ao local de alojamento e o dispositivo de informação. A balizagem acompanha o visitante do percurso (guia, informação *Web*, *audio-tour*, *GPS*).

Esta composição representa um conjunto de elementos diferentes. Um produto complexo e heterogéneo. Parte pertence à esfera intangível: trilhos e caminhos, paisagens, espaços naturais e património cultural material e imaterial, integra o bem colectivo de uma região, ou mesmo da identidade de uma nação. Estes elementos e os bens tangíveis e intangíveis dependem da responsabilidade da autarquia, do sector associativo, de agentes privados e a comunidade local.

4.1.2. Preço

O preço determina a entrada de receita, integrando o preço de custo e o preço de venda. A margem prevista varia em função das necessidades e dos objectivos iniciais. Na definição do preço de venda dos percursos pedestres intervêm também apreciações mais subjectivas sobre os níveis de preços aceitáveis pela clientela e sobre o posicionamento face à concorrência. O preço de venda está condicionado ao mercado, correspondendo a uma tabela de preços aplicada em função de diversas variáveis, desde a sazonalidade (— épocas alta, média, baixa), tipo de

clientela (individual, grupo, facha etária), condições de reserva (pacotes e campanhas de promoção).

Considerando a organização do percurso pedestre proposto, o preço deve atender às margens e comissões dos diferentes intermediários da comercialização e distribuição: 10% agência de viagens; 10% material de informação e de promoção; 15% despesas fixas (administração, seguro e fundos de garantia); 55% para retribuição de outros fornecedores de prestações.

A organização do pacote turístico e a definição do preço/custo final integra os elementos-base: alojamento na rede de casas da TURIHAB²⁰, Casa das Torres; o acompanhamento de um guia profissional local; a alimentação (produtos locais — Casa das Torres/restauração local); e o Museu dos Terceiros (bilhete de entrada).

A antecipação da informação do preço no mercado é uma estratégia competitiva e diferenciada. A aceitação pelos parceiros públicos e privados constitui um compromisso de credibilidade do projecto de percurso pedestre no mercado.

4.1.3. Distribuição

A distribuição e a colocação do produto no mercado realiza-se através da divulgação e comunicação do produto junto das parcerias, a contratação de operadores e agências turísticas, nacionais e internacionais.

As parcerias com as entidades envolvidas no processo (TURIHAB/CENTER, Museu dos Terceiros, Câmara Municipal de Ponte de Lima) constituem o veículo de distribuição por excelência para este pacote turístico.

Através de parceiros público-privados, viabiliza-se a cooperação para promover as actividades de animação temáticas; as visitas organizadas; a sensibilização da comunicação social do sector; a articulação de sinergias e aproveitamento de oportunidades de mercado, constituem pontos

²⁰ A TURIHAB estabelece uma margem de 15% para os intermediários, quer sejam agentes ou operadores turísticos. Os preços para o mercado internacional são traduzidos na moeda de cada país, com uma tabela para cliente directo e com uma dedução de 15% para o operador.

importantes para a captação de novos operadores, agências de turismo e o consumidor final.

4.1.4. Promoção

Os diferentes tipos de promoção para o lançamento do produto no mercado correspondem à publicidade de uma forma indirecta, vendas directas, e-commerce, as redes sociais (*facebook*, *Hi5*, *Linkedin* e outras) e as parcerias envolvidas no processo.

TIPO DE PROMOÇÃO	ACTIVIDADES PROMOCIONAIS
Promoção Directa	Educacionais temáticas «Cultura Castreja» Escolas/Universidades/Associações Exposições/Eventos Culturais no Castro S. Estêvão
Vendas/Contratação	CENTER Operadores Turísticos Agências de Viagem Parcerias Outras assinaturas de protocolos com descontos Passaporte percursos pedestres Vale do Lima
Consumidor Final <i>in loco</i>	TURIHAB e rede Solares de Portugal; Museu dos Terceiros <i>Audio/tour</i> na Casa das Torres Internet/site/redes sociais Brochura/ <i>mailing</i> directo

Fig. 40 - Promoção do Percorso Pedestre

4.2. Análise SWOT

Para uma eficaz análise do percurso pedestre e a implementação no mercado, sugere-se a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*)²¹ a partir do seguinte quadro:

Pontos Fortes	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> - Alojamento/ Solares de Portugal - Turismo de habitação/TER - Caminho de Santiago - Ecovias - Cultura castreja - Património cultural - Património paisagístico - Património humano - Meio rural - Actividades de animação - Produtos Locais e artesanato - Vinhos e gastronomia - Associativismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Novos segmentos de mercado - Turismo cultural - Turismo de natureza - Pedestrianismo - Meio rural /Produtos locais - Rotas turísticas - Circuitos temáticos culturais - Cooperação - Investigação
Pontos Fracos	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Centro de interpretação arqueológica - Sinalização - Sazonalidade - Associativismo - Clima - Promoção - Imagem de marca 	<ul style="list-style-type: none"> - Outras Rotas Turísticas - Massificação - Informação precária - Controle de qualidade - Concorrência de preços

Fig. 41 - Análise SWOT

4.3. Dimensão do mercado e segmentos-alvo

O conceito das rotas culturais corresponde a uma crescente procura dos turistas relativamente a novos destinos e culturas, propondo um novo modelo de turismo não só capaz de reduzir a concentração e a sazonalidade mas, simultaneamente, reforçar os laços de uma comunidade/região através da descoberta do património.

Os segmentos de turistas das rotas culturais são especialmente os ecologistas, os desportistas, os seniores activos e os peregrinos.

²¹ FORGES, G. P.; PAOLO, M. S. (1985), *Working sthrough Conflict. A Communication Perspective*, Dallas. Scott, Foresmann-Company.

Considerando o tema proposto do «Caminho Português de Santiago», como um suporte de ligação para a descoberta da estrutura arqueológica e o percurso, torna-se importante atender aos dados estatísticos da Oficina do Peregrino, que nos permitem concluir alguns indicadores sobre a evolução do número de 'peregrinos a Santiago', ao longo dos últimos anos, a segmentação, a facha etária e o mercado de origem.

Durante o mês de Setembro de 2011 a Oficina do Peregrino recebeu 26.008 peregrinos. No quadro do perfil de peregrinos, 11.407 (43,86%) são mulheres e 14.601 (56,14%) são homens. A pé registam-se 21.569 (82,93%), em bicicleta 4.367 (16,79%) e a cavalo 68 (0,26%).

A origem dos peregrinos representa 14% espanhóis, e 86% estrangeiros: 13.456 (22,96%), a Alemanha, com 3.089 (22,96%); a Itália, com 1.518 (11,28%); a França, com 1.426 (10,60%); Portugal, com 988 (7,34%); a Irlanda, com 650 (4,83%); Reino Unido, com 501 (3,72%); Canadá, com 418 (3,11%); e os Estados Unidos, com 377 (2,80%).

Quanto às idades dos peregrinos, a faixa etária dos 30 aos 60 anos é a mais destacada, seguida pela faixa até aos 30 anos e por fim a faixa com mais de 60 anos.

No que respeita as motivações, a Oficina do Peregrino apresenta como opções a motivação religiosa, registando 11.661 (44,84%); Religiosa-cultural 12.691(48,80%) e cultural 1.656 (6,37%).

Relativamente à passagem dos peregrinos por Ponte de Lima, os indicadores disponíveis da Câmara Municipal de Ponte de Lima, no quadro das estadias no Albergue dos Peregrinos, no mês de Agosto de 2011 registou a passagem de 1303 Peregrinos, entre os quais 1113 a pernoitar e 190 a transitar. Verifica-se que o meio de locomoção mais utilizado é a pé, seguido de bicicleta. Os peregrinos provêm de diferentes nacionalidades: Portugal, Espanha, Alemanha, Itália, Polónia, França, Reino Unido, Áustria, Suécia e Brasil.

Embora não existam dados específicos para o sector do pedestrianismo em Portugal, segundo o PENT (2006) existem 500.000 praticantes em Portugal, no sector de Turismo de Natureza, onde se insere esta actividade, sendo 4 % estrangeiros, com alta probabilidade de

aumento a curto prazo (9% ao ano), com um incremento linear de 130% (10 anos).

O turismo de passeio pedestre representa uma actividade associada aos países desenvolvidos, a título de exemplo, verifica-se o total de 3 milhões de caminhantes em Itália e em França; 10 milhões no Reino Unido. Na Suécia, 30% da população dedica-se ao passeio em florestas ou caminhos rurais, 50% dos “Anglo-Saxões” pratica esta actividade (Observatório Europeu LEADER).

“Uma viagem de mil milhas começa com o primeiro passo”

Mao Tse-tung

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

O projecto de investigação proposto — «à descoberta do Castro de Sto. Estêvão da Facha, um percurso pedestre no Caminho Português de Santiago» utilizando a via medieval da Facha a Ponte de Lima, permitiu actualizar o património existente, à luz de um modelo integrado cultural e turístico. Podemos verificar, como é possível, partindo de uma visão integrada, valorizar um pequeno percurso a pé, a cavalo ou de bicicleta, e como é visível, uma nova atitude relativamente às questões da memória, a herança, o património cultural e o meio Rural.

Um dos principais desafios da implementação de um percurso pedestre desta natureza, cimentado no «Caminho Português de Santiago», reside na implementação de uma fórmula de suporte, articulada com o dinamismo do território, o compromisso na interpretação da estrutura criada, através de parcerias público-privadas, agentes de animação local, promotores de experiências e vivências criativas, fazendo a ponte entre o Turismo Cultural, as actividades *out door*.

Uma nova interpretação, integrada nas tendências do Turismo Cultural e Pedestrianismo, permite a criação de um pacote turístico e cultural, uma nova fórmula de rentabilização dos recursos locais. Este modelo pode ser referenciado e multiplicado a outras localidades, integrando o alojamento em Turismo de Habitação, o itinerário como viagem no tempo e no espaço, o sítio arqueológico, a estrutura

museológica, as acessibilidades, promovendo a valorização e a divulgação das questões como recurso cultural e turístico.

Neste sentido, a primeira sugestão, para a valorização do percurso pedestre, manifesta-se na colocação de sinalética no «castro de Sto. Estêvão» e noutros vestígios arqueológicos, um centro de interpretação contextualizado, como uma porta aberta do concelho de Ponte de Lima e o *repositorium* do espolio em reserva no Museu dos Terceiros, com o objectivo de indicar informação complementar, como: a história e a natureza do sítio arqueológico, o período cronológico, a área envolvente e as implicações, uma síntese explicativa sobre os vestígios existentes *in loco*, e outras informações complementares. Este quadro sinalético de interpretação, deveria ser traduzido para os locais, que na maior parte das vezes, desconhecem o seu património, e noutras línguas (inglês, castelhano e francês), com vista a informar os visitantes da Ribeira-Lima.

Ainda, uma segunda sugestão, reconhecendo a importância do Castro de Sto. Estêvão da Facha, uma referência de «castro agrícola» de valor no contexto da temática da 'cultura castreja' e o seu conjunto (capela, coreto e escadório), como testemunho de longa ocupação no tempo, acreditamos que valeria a pena, candidatar esta estação arqueológica ao IGESPAR à semelhança dos três castros, com a classificação de I.I.P.: Trás-Cidade e Alto de Valadas (1984) na Serra da Nó e Cresto (1990), todos localizados na freguesia de Vitorino dos Piães, no concelho de Ponte de Lima.

Certamente, poderíamos, complementar o itinerário interligando outros castros em rede do concelho de Ponte de Lima, ou então, ir ao encontro de outros sítios arqueológicos onde o *modus vivendi* da civilização castreja está presente no Noroeste peninsular.

Por fim, a criação de um agente de animação turística cultural, no concelho de Ponte de Lima, que ofereça um serviço profissional de turismo cultural activo, uma visão integrada e criativa, uma plataforma de animação no campo.

A vontade de interpretar um património tão vasto e desconhecido do nosso passado histórico constitui uma prioridade, mas preservar, recuperar, organizar, gerir e promover constitui uma oportunidade, que

pode ser rentabilizada no quadro do desenvolvimento sustentável, antes que a própria memória não passe de pedras abandonadas sem significado no silêncio do tempo e do espaço!

Numa conjuntura de crise de modelos, a implementação de novas ideias, o empreendedorismo inovador, a sedimentação de parcerias e a cooperação institucional, a valorização dos recursos turísticos-culturais, à luz de vivências sensoriais, abrem as portas a uma nova fase, uma atitude criativa e consciente, cimentada em redes de cooperação e o intercâmbio de experiências.

As últimas palavras, vão de encontro à necessidade de colaborar, por outro lado, com a área do turismo cultural, articulando os ensinamentos de outras áreas do saber, formulando estratégias de desenvolvimento e promoção integradas, unindo os interesses locais, as vontades regionais e nacionais, que visem valorizar e preservar as zonas rurais, onde se descobrem ainda, velhos caminhos e vestígios arqueológicos, e ou, o potencial para organizar novos percursos culturais, em que o binómio Património & Turismo Cultural está representado.

Quanto ao trabalho de projecto de Turismo Cultural, temos consciência da sua dimensão, envolvendo parcerias, serviços, infra-estruturas, entre outras questões e, que por isso, constitui um estímulo para continuar o estudo desta temática, relacionada com os *percursos pedestres*, num País com potencial, em que «o andar a pé cultural» pode reunir os povos e as culturas numa visão de desenvolvimento sustentável e a salvaguarda do património cultural.

E, finalmente, pondo em prática o percurso pedestre estudado, convidamos vivamente, a usufruir do nosso passado, pelos caminhos velhos e calejados do tempo — Venha visitar o Castro de Sto. Estêvão, numa peregrinação cultural da Facha a Ponte de Lima!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Gomes (2010), *Ponte de Lima nos Caminhos de Santiago in «Limiana»*, Revista de Informação, Cultura e Turismo, Dezembro 2010.
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA e FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, II Volume G – Z, Editorial Verbo.
- ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal I*, Aris e Philips Ltd, Warminster.
- _____ (1988), *Portugal das Origens à Romanização*, Lisboa, Presença.
- _____ (1987), *História Mundi*, «Portugal Romano», Editorial Verbo.
- _____ (1990), *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, IAFC.
- _____ (1996), *Para uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Afrontamento.
- ALARCÃO, J.; JORGE, V. O. (1997), *Pensar a Arqueologia, Hoje*, Porto, SPAE.
- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de (1990), *Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima*, ER, 7/8.
- _____ (1990), *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Inventário Arqueológico do Concelho de Ponte de Lima, Vol. I (dissertação de doutoramento), Porto, FLUP.
- ALMEIDA, C. A. B.; BAPTISTA, António José (1981), *Castros e Castelos de Ponte de Lima*, Sep. «I Colóquio Galaico-Minhoto», Ponte de Lima.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira; ALMEIDA, C. A. B.; SOEIRO, T.; BAPTISTA, A. J. (1980), *Escavações Arqueológicas no Castro de Santo Estevão da Facha*, Sep. Ponte de Lima, «Arquivo de Ponte de Lima».
- ALENCOÃO, A.; ROSA, E.; MOREIRA, H.; SANTOS, J., GABRIEL, R. (2010). *Pedestrianismo uma abordagem multidisciplinar: ambiente, aptidão física e saúde*. Vila Real: Edições da UTAD.
- ARAÚJO, José Rosa de (1962), *Caminhos Velhos e ponte de Viana e Ponte de Lima*, Junta distrital de Viana do Castelo, Viana do Castelo.
- AURORA, Conde d' (1959), *Roteiro da Ribeira Lima*, Porto.
- _____ (1965), *Caminho Português para Santiago de Compostela*, Livraria Cruz, Braga.

- BRAGA, C.; Morelli, G.; LAGES, V. N. (2004), *Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. São Paulo, SEBRAE.
- BRAGA, Teófilo (2006), *Pedestrianismo e Percursos Pedestres*, Manual de Formação, disponível em <http://www.lsilva.uac.pt/Ensino/EcoTur/Pedestrianismo.pdf>, acesso 26/08/2011.
- BARRETO, Margarita (2007), *Cultura e Turismo: Discursões Contemporânea*. 1 ed. Papyrus.
- BRITO, Raquel Soeiro; FABIÃO, Carlos; MACIAS, Santiago; MATTOSO, José; TORRES, Claudio (1992), *História de Portugal – Antes de Portugal*, Iº Vol. Lisboa, Circulo de Leitores, Lda.
- BURKART, A. J.; MEDLIK, S. (1974), *Tourism, Past, Present and Future*, London, Heinemann.
- CASTRO, Manuel Chaves e (1988), *Turismo no Espaço Rural*, Viana do Castelo, Ed. do autor.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES (1993), *Le Tourisme Culturel en Europe* CEC, Brussels.
- CHITTY; BAKER, D. (1999), *Managing Historical Sites and Buildings. Reconciling Presentation and Preservation*, London, Routledge.
- COSTA, J. M. (2003), *Os Caminhos de Descoberta do Passado: a via romana (Via Nova) entre Bracara e Asturica*. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Universidade do Minho.
- COSTA, Jorge (1997), *A study of strategic planning and environmental scanning in themultiunit Portuguese hotel sector*. University of Surrey, Reino Unido.
- COSTA, Jorge; RITA, Paulo; ÁGUAS, Paulo (2004), *Tendências Internacionais em Turismo*, S.l.: Lidel – Edições Técnicas, 2ª ed.
- CRAIK, J. (1977), *The Culture of Tourism*, em ROGER, Ch. e URRY, J. (eds.): *Touring Cultures. Transformations of Travel and Theory*. London. Routledge.
- CARNEIRO, Teófilo (2006), *Poesias e outros dispersos*, Ed. CMPL, 1996.
- CORDEIRO, José M. Lopes (1997), Editorial, *Caminho da Seda em Trás-os-Montes, Paços da Seda*, 1, Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros
- DIAS, Francisco; SOIFER Jack; FERREIRA, Luís (coord.) (2009), *O Futuro do Turismo, Território, Património, Planeamento*, Porto: Estratégias Criativas.
- FERREIRA, L. (2008), *Políticas Públicas e Desenvolvimento do Turismo: análise de modelos de planeamento estratégico de destinos turísticos*, Working Paper, ISCET/CIIC, Porto.
- FORGES, G. P.; PAOLO, M. S. (1985), *Working sthrough Conflict. A Communication Perspective*, Dallas. Scott, Foresmann-Company.

- GOVINI, N. (1986), *Promotional Management*, New Jersey, Prentice-Hall.
- GRÄNGSJÖ, Y. (2003), *Destination Networking Co-operation in Peripheral Surroundings*, *International Journal of Physical distribution & Logistics Management*, Vol. 33, Nº5.
- HERBERT, David T. (1995), *Heritage, Tourism and Society*, London, Mansell Publishing.
- HEWISON, Robert; HOLDEN, John (2011), *The Cultural Leadership Handbook: How to run a Creative Organization*, Gower.
- (2004), *Marketing para Turismo*, Madrid: Pearson Educación, 3ªed.
- JOHNSON, G. e SCHOLLES, K. (2005). *Exploring Corporate Strategy – Text and Cases*. England 7th edition, Prentice Hall.
- REINA (2004), *Marketing para Turismo*, Madrid: Pearson Educación, 3ªed.
- RITCHIE, J. e CROUCH, G. (2005), *The Competitive destination: a sustainable tourism perspective*, CABI Publishing, Oxon.
- IZQUIERDO, C. C., (2004). *Marketing del Patrimonio cultural*. ESIC, Madrid.
- INSKEEP, Edward (1991), *Tourism Planning. An Integrated and Sustainable Development Approach*, New York, Van Nostrand Reinhold.
- LAMBIN, Jean-Jacques (2008), *Marketing Estratégico*, Lisboa: Ed. McGRAW-HILL de Portugal, 4ª ed.
- LE MOS, Miguel Roque dos Reis (1977), *Anais Municipais de Ponte de Lima*, CML.
- LIMA, João Gomes de Abreu (1996), *Projecto de Recuperação do Caminho Português de Santiago de Compostela*, Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago, Ponte de Lima.
- (1999), *O Caminho Português de Santiago*, Publicação da Assembleia Portuguesa dos Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta, Separata do Vol. 7-8, Filermo.
- MC CARTHY E. J. & PERRAULT, W. D. (1993), *Basic Marketing* United States, Irwin.
- MALTA, Paula Alexandra (2000), *Das Relações Entre o Tempo Livre, Lazer e Turismo*, in «Sociedade e Cultura I», *Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, Vol. 13 (1).
- MEDLIKS, Burkart A. J. (1981), *Tourism, Past, Present and Future*, Heinemann, London, 2nd Ed.
- MIDDLETON, Victor T. C. (1988), *Travel Motivations*, «Marketing in Travel & Tourism», Great Britain Heinemann Professional Publishing, Sussex.
- MORRISON, Christie Mill (1985), *Tourism*, in «The Tourism System», New Jersey, Prentice-Hall International, Inc., New Jersey.

- NADAIS, Catarina Duarte Fontoura (2010), *O turismo e o Território da Espiritualidade – Os Caminhos de Santiago em Portugal*, (dissertação de mestrado), FLUC.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (1999), *Código Mundial de Ética do Turismo*, OMT.
- PÉREX, Xerardo Pereiro (2009), *Turismo Cultural*, uma visão antropológica, Colección Passos nº2, Tenerife.
- QUINTELA, Maria A. (2005), *Museus, cultura popular e turismo cultural na cidade do Rio de Janeiro: algumas reflexões*, in Perspectivas del turismo cultural II. Disponível em <http://www.naya.org.ar/turismo>.
- QUARTENNAIRE PORTUGAL (2008), *Reinventar o Turismo no Minho*, Portugal.
- PAIVA, Maria A. da Silva (2011), *As Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima, Estruturas; Funções e Significados*, Ponte de Lima, Ed. CMPL.
- PINA, Paulo (1987), *Alojamento Sortido*, in «Portugal. O Turismo no Século XX», Lisboa, Lucidus.
- REIS, António P. dos Matos (1973), *Itinerários de Ponte de Lima*, Ponte de Lima.
- _____ (1978), *A Romanização do Concelho de Ponte de Lima*, Ponte de Lima.
- RIBEIRO, Orlando (1987), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa.
- _____ (1983), *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Lisboa.
- KOTLER, Philip (1994), *Marketing Management*, Prentice Hall, 8.ª Edição.
- SYLVA, Duro da (1923), *Subsídios para a História do Minho – O Rio Lethes e o Forum Limicorum*, Lisboa, Livraria de J. Rodrigues & Cª.
- THEOBALD, William (1994), *Global Tourism. The next decade*, Oxford, Butterworth-Heinemann, Ltd.
- TURISMO DE PORTUGAL (2006). *Plano Estratégico Nacional de Turismo* (PENT). Lisboa: Ministério da Economia e Inovação.
- UZZELL, David (1989), *Heritage Interpretation*, Vol. I e II, London, Belhaven Press.
- YALE, P. (1998), *From Tourist Attractions to Heritage Tourism*, Huntingdon: Elm,
- VIANA, M. G. (1972), *Classificação e Catalogação e Numeração e Rotulagem, “Arte de Organizar Colecções”*, Exposições e Museus: Porto.
- VIEIRA, Amândio de Sousa (1996), *Ponte de Lima, Minha Pátria*, Ponte de Lima, Ed. Foto Lethes.
- _____ (1992) *Ponte de Lima, Formas de Ver*, Ponte de Lima; Ed. Foto Lethes.

- VINCENT, Mosco & WAZKO, Janet (1987), *The Political Economy of Information*, England, The University of Wisconsin Press.
- WALLE, Alf H. (1988), *Cultural Tourism. A strategic Focus*. Westview Press, Oxford.
- WORLD TOURISM ORGANISATION (2001), *Conta Satélite do Turismo (CST)*, Quadro Conceptual, Madrid, WTO.
- WORLD TOURISM ORGANIZATION, (2001), *Sustainable Development of Tourism – A Compilation of Good Practices*, WTO.

Virtuais

AGENDA 21 PARA UM TURISMO EUROPEU SUSTENTÁVEL E COMPETITIVO

Disponível em:

<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0621:FIN:PT:PDF>, acesso 15/07/2011.

AGENDA 21: UNITED NATIONS – DIVISION OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

Disponível em:

http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_00.shtml, acesso 15/07/2011.

AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal:

Disponível em:

<http://www.portugalglobal.pt/PT/>, acesso 12/10/2011.

AACPS - Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago

Disponível em:

<http://www.caminhoportuguesdesantiago.com/PT>, acesso 25/07/2011.

EUROPA: SÍNTESES DA LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Disponível em:

http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/industry/l10132_pt.htm; Acesso 15/07/2011.

Câmara Municipal de Ponte de Lima

Disponível em:

<http://www.cm-pontedelima.pt/>, acesso 22/09/2011.

CENTER – Central Nacional do Turismo no Espaço Rural

Disponível em:

<http://www.center.pt>; <http://www.center.pt/PT/noticias.php>, Acesso em 26/08/2011.

FCMP - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

Disponível em:

<http://www.fcmportugal.com/>, acesso 24/07/2011.

IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/classificacaodopatrimonio/>, acesso 16/05/2011.

INSTITUTO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Disponível em:

<http://www.institutodeturismo.org>, acesso 18/06/2011.

INSTITUT DES ITINÉRAIRES CULTURELS

Disponível em:

<http://www.InstitutEuropéendesItinérairesCulturels.mht>, acesso 15/07/2011.

Legislação - Percursos Pedestres em Portugal

Disponível em:

<http://www.fcmportugal.com/ResourcesUser/Data/Regulamentos/Regulamento%20PP%20v4.pdf>, acesso 26/08/2011.

Legislação – Criação de Agentes de Animação Turística

Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/licenciamentoeutilidadeturistica/empresasdeanimacaoturistica/Pages/EmpresasdeAnima%C3%A7%C3%A3oTur%C3%ADstica.aspx>, acesso 26/08/2011.

Legislação TER/TH

Disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/legislacao/licenciamentoeutilidadeturistica/empresasdeanimacaoturistica/Pages/EmpresasdeAnima%C3%A7%C3%A3oTur%C3%ADstica.aspx>, acesso 26/09/2011.

TURIHAB – Associação do Turismo de Habitação

Disponível em:

<http://www.turihab.pt>; <http://www.solaresdeportugal.pt/PT>, acesso 26/09/2011.

TURISMO

Disponível em:

G:\Turismo uemstrong\Texto 6 - A Evolução do Conceito de Marketing-strong-em-u.mht, acesso 16/10/2011.

TURISMO DO PORTO E NORTE DE PORTUGAL

Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt>, acesso 1/09/2011.

TURISMO DE PORTUGAL

Disponíveis em:

<http://www.visitportugal.com>; <http://www.descubraportugal.com.pt>, acesso 4/09/2011.

<http://www.turismodeportugal.pt>, acesso 4/09/2011.

http://www.turismo.deportugal,IP__DiaEuropeu.doTurismo.promove.as.rotas.culturais.mht, acesso 4/09/2011.

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ÁreasActividade/Produtos eDestinos /Pages/TouringCultural.aspx>, acesso 15/07/2011.

Marketing Cultural

Disponível em:

http://www.marketingcultural.com.br/50dicas_mkt.asp?url=50%20Dicas%20de%20Marketing%20Cultural&sessao=50dicas, acesso 21/09/2011.

Museu dos Terceiros

Disponível em: <http://www.museudosterceiros.com/>, acesso 15/08/2011.

Museu Nacional de Arqueologia

Disponível em:

http://mnarqueologiaipmuseus.pt/?a=11&x=3&q_pg=proxima&pg=2&c=0%20-%2042k%20-, acesso 21/08/2011.

Oficina do Peregrino

Disponível em:

<http://peregrinossantiago.es/esp/postperegrinacion/estadisticas/>, acesso 13/09/2011.

OCDE – Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Económico

Disponível em: <http://www.oecd.org>, acesso em 15/11/2011.

OMT/UNWTO - Organização Mundial do Turismo

Disponíveis em: <http://media.unwto.org/en/press-release/2011-06>

30/international-tourism-maintains-momentum-despite-challengesvel;

<http://unwto.org/> <http://www.world-tourism.org>, acesso 2/09/2011.

PENT – Propostas para Revisão no Horizonte de 2015 – Versão 2.0

Disponível em:

http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf, acesso 15/06/2011.

http://www.turismodeportugal.pt/Português/turismodeportugal/Documents/PENT_Revisão.pdf, acesso 15/06/2011.

Passosonline

Disponível em:

<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>, acesso 16/11/2011.

Ponte de Lima

Disponível em:

<http://www.pontedelima.net/site/historia.html>, acesso 23/10/2011

WALKING PERCURSOS LEADER

Disponível em:

<http://www.fao.org/sard/static/leader/pt/biblio/walking.pdf>, acesso 27/08/2011.

ANEXOS

Anexo 1



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

QUESTIONNAIRE

Walking validation for the Project “Cultural Tourism: discovery of the Celtic settlement S. Estêvão da Facha – walking trail in the Portuguese Way to Santiago de Compostela” on 26 March 2011

1. Are you familiar with walking trails? – YES/NO

2. What, in your opinion, are the most relevant resources/attractions of this walking trail?

(Please RANK each item: 0 - not important, 1 - of some importance, 2 - of considerable importance, 3 - very important.)

- * cultural attractions
- * historical /archeological heritage
- * manor country tourism accommodation
- * community contact
- * rural habitat
- * natural habitat (fauna and flora)
- * landscape/environment

3. How important is for you the interpretation of cultural resources along the trail?

- * highly important * middle importance * no importance

4. How important is for you the local people interaction along the trail?

- * highly important * of some importance * of little or no importance

5. Do you consider important to include Casa das Torres – Manor House accommodation as a departure of this walking trail? YES/NO

6. The trail from *Caminho de Santiago* to the *Castro de Sto. Estêvão da Facha* add value to this walking trail? YES/NO

7. Are the archeological remains in the Terceiros Museum important for the interpretation of the celtic settlement? YES/NO

8. How do you classified the typology of this walking trail?

* difficult? * moderate? * easy?

9. With whom do you normally travel on a walking trail trip?

* Alone - YES/NO

* with partner/companion - YES/NO

* with a group of family/friends - YES/NO

* with a guide - YES/NO

10. Would a one-week trip based on a walking trail in Portugal be attractive to you?

* highly attractive * attractive * no attractive

Did you enjoy the walking trail? -- YES/NO Why? (Please write in your comments)

Finally, could we ask you to provide some brief details about yourself?

Gender: Mail____ Female____

Nationality_____

Professional

activity_____

Educational

Institution_____

Age Group? - Below 21 - 30; 31 - 40; 41 - 50; 51 - 60; over 60

When do you travel? - Any time; December-April; May-November

Length of trip? - Up to one week; one week; two weeks; three weeks or more

Thank you for your cooperation!

This questionnaire has been put together by Cristina Lima. It is part of a Heritage and Cultural Tourism research project being done on behalf of the Minho University as a contribution to a study of walking trails as a Cultural Tourism opportunity for the rural world.

Anexo 2

Projecto Turismo Cultural: Percurso Pedestre à Descoberta do Castro de Santo Estêvão da Facha pelo Caminho Português Medieval de Santiago de Compostela (CPS)						
Trabalho de campo: fichas identificativas						
Local		Altitude (m)	km	Classificação	PDM (carta arqueológica)	Cronologia
Turismo de Habitação - Casa das Torres, Arribão - Facha		96	0	Património Arquitectónico inventariado e não classificado	Casa Nobre e outros edifícios — Y98	Séc. XVIII
Capela de S. Sebastião CPS (desvio)			900 m		Itinerário — X110	I. Média (Séc. XII)
Capela N. Sra. das Neves			3	s/ registo		Séc. XVII
Castro de Santo Estêvão		142	3,4	Património Arqueológico inventariado e não classificado	Povoado da Idade do Ferro: Castro Tradicional — X26	Calcolítico; Id. Bronze; Id. Ferro; Romana
Vestígios castrejos, necrópole e forno cerâmico na Quinta do Paço		70	4	Património Arqueológico inventariado e não classificado	Ocupação da Epoca Romana e da Alta Idade Média — X61	
(regresso CPS)					Casa do Paço, portão nobre e capela — Y95	Séc. XIV
Casa da Quinta do Bom Gosto e portão, Seara		56	7,5	Património Arquitectónico inventariado e não classificado	Casa Nobre e outros edifícios — Y100	Séc. XIX
Capela de S. Francisco, Correlhã		0	9	s/ registo		Séc. XVII
Ponte de Barros - Capela N. Sra. das Neves			9,7	Património Arquitectónico inventariado e não classificado	Capela — Y42	Séc. XVII
Igreja de N. Sra. da Guia, Ponte de Lima				Património Arquitectónico classificado de interesse público	DL nº 129/77 de 29 de setembro — Y50	Séc. XVII
Museu dos Terceiros	(Igreja do Convento de Sto António dos Capuchos e da Ordem Terceira de S. Francisco)		12	Património Arquitectónico inventariado e não classificado	Igrejas, Museu dos Terceiros — Y49	Sécs. XV/XVIII
Ponte sobre o rio Lima				Património Arquitectónico e Arqueológico classificado MN	DL de 16 de junho de 1910 — Y1	Sécs. I/XIV